



JORGE LUIZ DA SILVA NASCIMENTO

**MEMÓRIA, ETNODESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA VÓ ELVIRA DE PELOTAS(RS)**

CANOAS, 2023

JORGE LUIZ DA SILVA NASCIMENTO

**MEMÓRIA, ETNODESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA VÓ ELVIRA DE PELOTAS(RS)**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Memória Social e Bens Culturais – Linha de pesquisa em Memória, Cultura e Gestão.

Orientação: Profa. Dra. Maria de Lourdes Borges

Coorientação: Prof. Dr. Moisés Waismann

CANOAS, 2023

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244m Nascimento, Jorge Luiz da Silva.  
Memória, etnodesenvolvimento e sustentabilidade na Comunidade Quilombola Vó Elvira de Pelotas (RS) / Jorge Luiz da Silva Nascimento – 2023.  
148f.; 30 cm.

Tese (doutorado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2023.

“Orientação: Profa. Dra. Maria de Lourdes Borges”.

“Coorientação: Moises Waismann”.

1. Etnodesenvolvimento. 2. Memória de engajamento. 3. Memória social. 4. Sustentabilidade. I. Borges, Maria de Lourdes. II. Waismann, Moises. III. Título.

CDU: **316.7**

JORGE LUIZ DA SILVA NASCIMENTO

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

---

Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli  
UNIVILLE

---

Profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin  
Universidade La Salle, Canoas/RS

---

Profa. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira  
Universidade La Salle, Canoas/RS

---

Prof. Dr. Moisés Waismann  
Coorientador - Universidade La Salle, Canoas/RS

---

Profa. Dra. Maria de Lourdes Borges  
Orientadora e Presidenta da Banca - Universidade La Salle

**Área de Concentração:** Estudos em Memória Social

**Curso:** Doutorado Interdisciplinar em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 31 de julho de 2023.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, uma palavra de agradecimento e apreço aos meus antepassados, homens e mulheres de fé e coragem que lutaram pela vida e pela liberdade.

A minha mãe Dinah da Silva Nascimento, pelo apoio incondicional e pelos valores que sempre me transmitiu, entre os quais a força para nunca desistir de lutar.

A minha companheira, Leilane, aos meus filhos Manoel, Luis Felipe e Henrique Luis, aos netos Amanda, Camila, Miguel, Augusto, Julia e Junior.

Aos meus orientadores, Prof. Dra. Maria de Lourdes Borges e Prof. Dr. Moisés Waismann.

Ao PPGMSBC da Universidade La Salle, aos professores pela acolhida, a equipe da secretaria em especial a Silvia Soares pelo apoio, aos colegas de aula, ao grupo de pesquisa agradeço pelos bons momentos de aprendizado e convívio.

Ao Terreiro Ogun Lanceiro Iemanjá representado por Mãe Eloá de Oxalá.

Ao Éder, Leandra e toda a comunidade da CRQ Vó Elvira, na localidade denominada Monte Bonito, no município de Pelotas, grato pela acolhida.

A todos e todas que contribuíram de uma maneira ou outra na minha trajetória e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

**MINHA GRATIDÃO**

*A voz de minha bisavó  
ecoou criança nos porões do navio.  
Ecoou lamentos de uma infância perdida.  
A voz de minha avó ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.  
A voz de minha mãe ecoou baixinho  
revolta no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado rumo à favela.  
(Conceição Evaristo)*

## RESUMO

As comunidades quilombolas recorrentemente enfrentam desafios no que se refere à sua sustentabilidade, a qual está muito vinculada às políticas públicas de reconhecimento e reparação. Diante disso, o objetivo desta tese é analisar como ocorre a sustentabilidade na comunidade Quilombola Vó Elvira localizada no município de Pelotas/RS sob a compreensão da memória social e do etnodesenvolvimento, estando coerente com a linha de pesquisa Memória, Cultura e Gestão do Doutorado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. A metodologia caracterizou-se como estudo de caso, de natureza aplicada e descritiva, com abordagem de cunho qualitativo, sendo que foram analisados dados secundários segundo a análise temática. Os resultados das análises apontaram que os integrantes da comunidade quilombola Vó Elvira enfrentam diariamente um racismo pouco sutil em contextos coletivos como universidades, bancos e lojas, sendo a eles atribuído um espaço intersubjetivo de não merecimento, caracterizado como um mecanismo de negação da sociedade que se recusa a aceitar o negro como uma pessoa igual ao branco em termos de comportamento, pensamento e emoção, o que dificulta a sustentabilidade. A criação e institucionalização do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas foi um dos principais avanços em termos de sustentabilidade para a Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) Vó Elvira e para os quilombolas de Pelotas, por meio do qual conseguiram a abertura de poços, facilidade para a comercialização de produtos agrícolas, direito ao Talão de Produtor Rural entre outras. Percebe-se que premissas do etnodesenvolvimento norteiam ações do Comitê, uma vez que leva em consideração a diversidade cultural das comunidades, seus conhecimentos e linguagens. Portanto, a memória social da sustentabilidade na CRQ Vó Elvira centra-se nas memórias de engajamento, entendidas como ativos de mobilização social voltada para os ganhos coletivos dos quilombolas de Pelotas, concretizadas pela participação política por meio do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas. Evidenciou-se a memória de engajamento como um ativo de mobilização social, capitaneada pelo Comitê Gestor Quilombola de Pelotas, vem combater um apagamento epistemológico voltado para os negros quilombolas por meio da memória social como estratégia que a comunidade se apropria. Portanto, evidenciou-se o protagonismo como eixo principal da comunidade Quilombola Vó Elvira, no que se refere à sua sustentabilidade numa perspectiva do etnodesenvolvimento, em que a memória social cumpre uma função estratégica, vinculada à participação social dessas comunidades.

Palavras-chave: Etnodesenvolvimento. Memória de engajamento. Memória Social. Sustentabilidade. Quilombo Vó Elvira.

## ABSTRACT

Quilombola communities recurrently face challenges concerning their sustainability, which is closely linked to public policies of recognition and reparation. Therefore, the objective of this thesis is to analyze how sustainability occurs in the Quilombola community Vó Elvira located in the municipality of Pelotas/RS under the understanding of social memory and ethnodevelopment, being consistent with the line of research Memory, Culture and Management of the Doctorate in Social Memory and Cultural Goods. The methodology was characterized as a case study, of an applied and descriptive nature, with a qualitative approach, and secondary data were analyzed according to the thematic analysis. The results of the analysis indicate that the members of the Vó Elvira Quilombola community face subtle racism daily in collective contexts such as universities, banks, and stores, being attributed to them an intersubjective space of non-deserving, characterized as a mechanism of denial of society that is the refusal to accept the black as a person equal to the white in terms of behavior, thought and emotion, which makes sustainability difficult. The creation and institutionalization of the Pelotas Quilombola Management Committee were one of the main advances in terms of sustainability for QMC Vó Elvira and the Pelotas Quilombolas, through which they managed to open wells, facilitate the sale of agricultural products, right to the Rural Producer Booklet, among others. It is noticed that premises of ethnodevelopment guide the Committee's actions since it takes into account the cultural diversity of communities, their knowledge, and languages. Therefore, the social memory of sustainability at QMC Vó Elvira focuses on engagement memories, understood as social mobilization assets aimed at the collective gains of Pelotas Quilombolas, achieved through political participation through the Pelotas Quilombola Management Committee. The memory of engagement was evidenced as an asset of social mobilization, led by the Quilombola Management Committee of Pelotas, which combats an epistemological erasure aimed at black quilombolas through social memory as a strategy that the community appropriates. Therefore, the protagonism was evidenced as the main axis of the Quilombola Vó Elvira community, with regard to its sustainability in a perspective of ethnodevelopment, in which social memory fulfills a strategic function, linked to the social participation of these communities.

Keywords: Ethnodevelopment. Engagement memory. Social Memory. Sustainability. Quilombo Vó Elvira.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Síntese dos trabalhos encontrado .....	30
Gráfico 1 – Teses e dissertações.....	33
Gráfico 2 – Quantitativo de trabalhos em Universidades Públicas e Privadas.....	33
Gráfico 3 – Gênero masculino e feminino.....	34
Gráfico 4 – Programas de Pós-graduação.....	36
Gráfico 5 – Metodologias utilizadas nas pesquisas selecionadas.....	37
Figura 1 – Mapa Rural do Município de Pelotas e sua localização no Estado e no Brasil.....	49
Figura 2 – Imagem dos dados de certificação da comunidade Vó Elvira.....	50
Figura 3 – Venda da produção agrícola nas feiras locais foi interrompida durante a pandemia.....	53
Figura 4 – Mapa dos agrupamentos quilombolas por município.....	68
Quadro 2 – Situação dos quilombolas.....	69
Quadro 3 – Participantes da Pesquisa.....	77
Figura 5 – Imagem dos entrevistados.....	78
Figura 6 – Casa da CRQ Vó Elvir.....	80
Quadro 4 – Sustentabilidade no contexto quilombola.....	84

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADS-CUT	Agência Desenvolvimento Solidário
AI5	Ato Institucional Número 5
ANTEAG	Associação Nacional Trabalhadores Autogestionários
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CGQ	Comitê Gestor Quilombola
CIPAS	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIPLA	Indústria de Componentes Plásticos S/A
CODENE/RS	Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul
CNQ/CUT	Confederação Nacional dos Químicos da Central Única dos Trabalhadores
CGASQ	Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
COPEL	Companhia Petroquímica do Sul
COPING	Conselho dos Povos Indígenas Ingarikó
CRQs	Comunidades Remanescentes de Quilombos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
EBCT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ES	Economia Solidária
FACQ	Federação das Comunidades Remanescentes de Quilombos
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCP	Fundação Cultural Palmares
FSM	Fórum Social Mundial
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
GTES	Grupo de Trabalho Brasileiro Economia Solidária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade.
HOECHST	Indústria Química Alemã S/A
JOC	Juventude Operária Cristã
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MNU	Movimento Negro Unificado
MST	Movimento dos Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PPA	Planos Plurianuais
PPG	Programa de Pós-graduação
PPH	Indústria de Polipropileno S/A
PT	Partido dos Trabalhadores
PETROQUISA	Petrobrás Química SA
PETROFLEX	Indústria e Comércio S/A
POLISUL	Industria de Polietileno S/A
POLIOLEFINAS	Indústria de Polímeros S/A
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RS	Rio Grande do Sul
SEDAI	Secretaria Estadual de Desenvolvimento de Assuntos Internacionais
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidaria
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINPOLO	Sindicato dos Trabalhadores Petroquímicos de Triunfo
SLP	Sistema Local de Produção
TIRSS	Terra Indígena Raposa Serra do Sol
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UnB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Contextualizando o tema de investigação .....</b>	<b>23</b>
<b>1.2 Levantamento de Teses e Dissertações Sobre o Tema Estudado.....</b>	<b>29</b>
<b>1.3 Percurso Metodológico da Pesquisa.....</b>	<b>41</b>
<b>2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS, MEMÓRIA SOCIAL NA CRQ VÓ ELVIRA ...</b>	<b>46</b>
<b>2.1 Memória Social na CRQ Vó Elvira.....</b>	<b>48</b>
<b>3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS QUILOMBOLAS, SUSTENTABILIDADE E MEMÓRIA SOCIAL .....</b>	<b>57</b>
<b>3.1 Políticas Públicas.....</b>	<b>58</b>
<b>3.2 Políticas públicas para os quilombolas .....</b>	<b>60</b>
<b>3.3 Memória social e aspectos raciais.....</b>	<b>62</b>
<b>3.4 Cultura e Desigualdades.....</b>	<b>65</b>
<b>3.5 Políticas públicas para os quilombolas e suas consequências .....</b>	<b>67</b>
<b>3.6 Sustentabilidade, quilombolas e memória social.....</b>	<b>74</b>
<b>4 ROTA ANALÍTICA: SUSTENTABILIDADE E ETNODESENVOLVIMENTO NO QUILOMBO VÓ ELVIRA .....</b>	<b>77</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE A – Síntese dos trabalhos encontrados.....</b>	<b>106</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho é um estudo em memória social sobre as relações de sustentabilidade e etnodesenvolvimento no contexto quilombola. Inicialmente apresento meu memorial pessoal a fim de demonstrar o ponto de partida para a temática em tela, em seguida contextualizo o tema desta investigação, prática deste curso de Doutorado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

Eis aqui Jorge, nascido em Porto Alegre em 1954, que traz a palavra nascimento no nome, filho de Manoel Araújo da Silva Nascimento e Dinah da Silva Nascimento.

Lembro do ano em que minha mãe ficou viúva, 1957, eu tinha três anos e seis irmãos. Minha mãe tinha como referência a igreja católica, por este motivo, eu e meus irmãos mais novos fomos estudar em uma escola Cristã no Bairro Niterói em Canoas. O colégio Ginásio São Paulo era somente para meninas, e a escola La Salle Niterói somente para meninos.

Eu estudei na escola La Salle só para meninos, no bairro Niterói, minha irmã, no ginásio São Paulo, uma escola de freiras, e os demais irmãos na escola pública, todas no mesmo bairro. Foram tempos muito difíceis e duros, minha mãe profissionalmente, inicia a organização socioeconômica familiar, trabalhando como doméstica, passando logo a seguir, ao trabalho na indústria da alimentação, em uma empresa chamada produtos alimentícios “UMBU Ltda” em Porto Alegre.

Diante das dificuldades de subsistência e de um legado cristão do núcleo familiar negro, as orientações e discussões, giravam em torno da moral, e do cumprimento da ordem política vigente, fato contestado no núcleo familiar por meu avô Marcílio Rodrigues, sim, pois ele e minha avó Ormisda da Silva Rodrigues, solidariamente vieram morar em nossa casa, a fim de contribuir para superação daquela conjuntura, ajudando a filha na organização econômica daqueles difíceis momentos da vida e da sociedade brasileira.

A renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a turbulência acerca da posse do vice João Goulart influenciaram diretamente em nossa vida familiar. Em um certo dia deste ano pela manhã, ao sair cedo para o trabalho, minha mãe voltou muito assustada dizendo que não iria trabalhar, pois as ruas próximas a nossa casa que faziam limite com o campo da Base Aérea de Canoas estavam sitiadas por tanques do III Exército,

porque o comando da Base Aérea de Canoas queria decolar aviões para bombardear o Palácio Piratini, sede do governo de Leonel de Moura Brizola.

Em 1964, em decorrência do golpe, a imprensa latino-americana e a do Brasil, falavam de terrorismo e dos comunistas. Na verdade, uma espécie de guerra fria instalou-se nos países da América Latina e no Brasil, desse processo ocorrem: prisões, perseguições, morte e desaparecimento de pessoas, muito sofrimento às famílias e às instituições brasileiras. Culminando em um período de ditadura militar de 1964 a 1985.

Mesmo diante desses acontecimentos, a vida cotidiana familiar seguiu, o movimento estudantil foi amordaçado, devido a importância dos estudantes na chamada Campanha da Legalidade, movimento de resistência que garantiu a posse de Jango, após a renúncia de Jânio Quadros, Presidente do Brasil nessa época. Mas a vida e os anos se passaram e cresci neste ambiente social crítico, distinto e desafiador.

Na escola havia a proibição da organização estudantil, as iniciativas que ocorriam eram coibidas e as pessoas eram presas e investigadas pelo Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), organismo de repressão às iniciativas de busca de liberdades democráticas de organização dos estudantes.

Fui trilhando, então os primeiros passos de organização social, ingressei nos “coroinhas” da Paróquia São Paulo Apóstolo de Niterói. Tendo em vista os conflitos decorrentes nos diferentes espaços de organização social, na igreja isso também não foi diferente, onde houve prisões de participantes da Juventude Operária Cristã e inclusive o pároco da igreja.

Em 1974, com a conclusão dos meus estudos no ensino médio, iniciei minha vida profissional em uma empresa de levantamento topográfico, que executava trabalhos para o exército brasileiro em um projeto de reestruturação da malha ferroviária nacional, uma preparação brasileira para o desenvolvimento econômico em diferentes áreas estratégicas.

Meu segundo emprego foi na indústria, após capacitação realizada no Serviço Nacional da Indústria (SENAI). Trabalhei como torneiro mecânico por alguns meses, onde participei das primeiras reuniões para a organização das oposições sindicais, nos horários de almoço, nos campos de futebol do bairro Anchieta em Porto Alegre. Com salários arrojados, a vida adulta trazendo novos desafios, casei-me. Troquei o

trabalho metalúrgico pelo trabalho na Prefeitura de Canoas no setor de topografia, buscando um salário melhor equacionando, a vida conjugal entre receitas e despesas. Preciso novamente dizer que o arrocho salarial só era superado pela criatividade de troca de emprego e de profissões segundo habilidades e capacidades individuais.

Com a nova vida social, o casamento, e a chegada dos filhos, iniciam-se novos desafios e busca de superação. A procura por um emprego e as oportunidades nas recentes estatizações dos governos militares, nas empresas de comunicação, trata-se aqui em específico de concurso para Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), pois melhores salários eram o objetivo da troca. Era uma época de ditadura militar, onde a gestão do Estado estabelecia uma perspectiva de exploração de riquezas e desenvolvimento, política de emprego com utilização de bens naturais, metalurgia, petróleo e gás, associados ao fazer laboral do trabalhador.

Com o passar do tempo, filhos crescidos e na escola, participei de muitos concursos, com aprovação e sucesso, garantido no cadastro das empresas investimento no futuro.

A seguir tive uma experiência como selecionado da Petrobrás, sendo chamado e não admitido para o emprego, depois de uma seleção médica, física e psicológica, na época fui desclassificado através da barreira técnica, utilizada para filtrar a possibilidade dos ativistas nas administrações e serviços das estatais. No entanto, em 1979, fui chamado também na Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), empresa de economia mista que incorporou e extinguiu a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, uma estatal estadual, desta vez chamado e aprovado após o exame médico e psicológico um padrão das administrações da ditadura militar.

Um dado importante deste período eram as infiltrações militantes nestes espaços, mesmo com o controle exercido pelo sistema, o fato é que burlado o sistema as organizações mantinham seu funcionamento e trabalhavam para a volta da organização dos trabalhadores em sindicatos livres da intervenção militar existente. No trabalho da militância na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPAS), organização das atividades sociais das associações que eram muito importantes como instrumento de consciência da organização e combate à ditadura. No período de desaparecimento de muitos militantes, o presidente era o Emílio Garrastazu Médici, a Polícia Federal entrava nas dependências da empresa evocando o AI-5 (Ato Institucional Número 5) e levava companheiros sob o pretexto da Lei de Segurança Nacional.

Foi uma experiência enriquecedora e educativa ter trabalhado com pessoas de várias idades, identidades e matizes: socialistas, anarquistas, comunistas. A luta avançava e as “Diretas Já!” Tomava as ruas, Brizola voltava do exílio, as ditaduras sofreram revezes com a pressão popular, a abertura nos governos militares expressava o avanço incontestado do processo, as greves pipocavam no país inteiro, a região do ABC Paulista<sup>1</sup> com LULA era o berço do Novo Sindicalismo combativo. As comissões de Fábrica e a democratização dos locais de trabalho em busca de respeito, democracia e direitos trabalhistas e humanos, moldavam as aspirações das novas relações pretendidas, pelas relações de trabalho e da sociedade.

Com a inovação dos novos setores de produção, surgiram os Polos Petroquímicos: na região Nordeste; Camaçari na Bahia, Salgema em Alagoas, no ABC - São Paulo e Rio de Janeiro - Duque de Caxias. A estratégia era o desenvolvimento da cadeia produtiva do Petróleo e as matérias primas dos setores automobilístico, componentes da linha branca dos eletrodomésticos.

Justamente, neste momento da expansão do setor produtivo nacional, e do slogan Brasil “Ame-o ou Deixe-o”, slogan do nacionalismo militar, buscando coibir posições contrárias à sua permanência no poder do país.

A Petroquisa é um dos exemplos desse regime, uma empresa que nos polos petroquímicos e na organização do sistema Petrobras cumpriu a função do espaço, onde os militares se instalaram para controle do processo como um todo. Tinha como objetivo a segurança de todo o processo de organização nos Polos Petroquímicos em todo o Brasil: evitar greves e manter o cronograma em funcionamento.

O Polo de Triunfo no Rio Grande do Sul, foi um planejamento de Sistema Local de Produção (SLPs), um complexo militarmente organizado e detalhadamente executado, desde as obras da logística pesada, mão de obra, máquinas e equipamentos importados.

A Copesul como empresa estratégica de primeira geração, produtora de insumos para alimentação das indústrias coligadas de transformação, as sistemistas (empresas responsáveis) pela produção de: polietileno, borracha, solventes, etc. A Polisul, Petroquímica Triunfo, Poliolefinas, PPH, Petroflex, Oxiteno fazem parte da segunda geração da cadeia produtiva do petróleo.

---

<sup>1</sup>Os três municípios que fazem divisa com a Capital Paulista, são: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, que formam um conjunto de municípios vizinhos um do outro, com divisa de Município.



Neste momento e com estas condições objetivas de trabalho, fizeram com que eu saísse da RFFSA no Rio Grande do Sul e em 1982 fosse trabalhar na Polissul, no IIIº Polo Petroquímico no município de Triunfo, empresa pertencente ao grupo Ipiranga do município de Rio Grande/RS, assim como a alemã Hoechst (Indústria Química Alemã S/A), Ipiranga é a única empresa de refino de petróleo da iniciativa privada do Brasil.

Foram décadas de trabalhos de cunhos sociais, econômicos, políticos e culturais, Manutenção Industrial, Oficial III de Manutenção, Dirigente Sindical (SINDIPOLO 82/98), representante da Confederação Nacional dos Químicos da Central Única dos Trabalhadores (CNQ/CUT 86/98), articulador da empresa nas competições e atividades culturais do SESI/RS, representante da CNQ/CUT junto às comissões de fábrica multinacionais do setor petroquímico, com atuação internacional.

Nos anos 90, quando participava do movimento sindical, fui nomeado em congresso, Secretário de Formação Política da CNQ-CUT, onde fiquei por três mandatos (9 anos). Em dois mandatos fui Secretário de Formação Política, e em um mandato fui Coordenador Regional nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Foi através deste papel que desenvolvia no movimento sindical que estabeleci relações com a instituição de pesquisas sindicais do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), preparando os conteúdos sociais, econômicos e políticos, que subsidiaram as negociações entre sindicato e empresas. Com esta experiência com pesquisa das relações de trabalho acabei envolvido com negociações multinacionais, com uma empresa Alemã.

A Hoechst Ipiranga do Brasil é um exemplo, e particularmente como trabalhador da Hoechst Ipiranga do Brasil do Polo Petroquímico em Triunfo/RS. Neste período, estreitei relações dentro da empresa com as comissões de fábrica, tendo como objetivo uma política de negociação sindical, como por exemplo, o trabalho em turnos e a saúde do trabalhador.

Estabelecemos uma política de cooperação entre o movimento sindical alemão e o movimento sindical brasileiro e iniciamos um processo de relações mais estreitas, comparando o sistema e organização do trabalho alemão e o sistema e organização do trabalho na rede Ipiranga do Brasil, passamos a articular ações, tanto no planejamento da empresa Recife na Alemanha, junto com a comissão de fábrica deles, com as diretrizes estabelecidas lá, trabalhávamos aqui no Brasil com o sindicato

e com a fábrica da Rede Ipiranga do Polo Petroquímico. A melhor das ações executadas pela rede que em nosso ponto de vista beneficiaria trabalhadores na perspectiva do Brasil, e assim, tivemos muitas conquistas, uma delas foi ter um estudo sobre o regime de turnos da Alemanha e o regime de turnos no Brasil. Foi uma pesquisa extensa, mas organizamos o trabalho no sentido de compreender as mudanças que estavam ocorrendo na Europa e no regime de turnos não só da Alemanha, mas também no da França e de outros países, na Suécia que começava a precarizar as condições de trabalho do regime de turnos, aumentando a jornada de trabalho.

O novo sindicalismo rompeu com a colaboração de classe e impôs um novo ideário de apoio às lutas populares, resgatando da resistência popular suas lutas por participação e lutas por direitos humanos como: LGBT fobia, machismo, racismo, um sindicalismo que libertou as históricas opressões da sociedade brasileira.

Vem deste momento o meu engajamento organizado de luta contra o racismo brasileiro, organizamos o 1º Encontro do Negro no Mercado de Trabalho do RS, com uma pauta que buscava diagnosticar, tal situação urbana e rural, cabe destacar o meu encontro com Ubirajara Toledo (Sindicato Metroviários), José Carlos dos Anjos (antropólogo da UFRGS), Júlio Camisolão (Sindicato dos Bancários de Porto Alegre), Jorge Luiz do Nascimento (SINDIPOLO), o encontro foi importante, pois identificou a religiosidade africana, e o trabalhador rural negro como sujeito a ser esclarecido, portador de direitos, e categoria profissional.

O trabalho de organizar a ação de respostas aos problemas apontados para nós negros foi inicialmente tomar contato com uma instituição do movimento negro, para socializar com eles a questão do trabalhador rural negro. Em decorrência deste encontro assumimos mais uma tarefa, organizar o Movimento Negro Unificado (MNU) no RS, que resultou na organização do 1º Seminário de Formação e Planejamento de Organização do MNU no RS, realizado juntamente com o Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Dentre os desafios e resultados desse período, cabe ressaltar a defesa contra o fechamento do terreiro de “Mãe Dorsa” que a Prefeitura de Porto Alegre queria demolir para desobstruir a passagem da obra de logística ao acesso do Shopping Iguatemi. Havia mais 8 terreiros envolvidos, a prefeitura mudou os terreiros para as suas habitações populares arbitrariamente, encerrando as negociações com o movimento social, porém “Mãe Dorsa” continuou no local.

Seguindo esse pensamento, com relação ao trabalhador rural negro (quilombolas), construímos uma estratégia de longa duração através de parceria do Antropólogo José Carlos dos Anjos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desenvolvendo estudos para discutir de forma qualificada a identidade, a memória e os direitos desta parcela importante da população negra.

A discussão na comissão dos difusos na constituição de 1988, as comissões de combate ao racismo feitos pela CUT, a construção da redação do Art. 68 na constituição do direito à terra, as regulamentações do Art. 68, no estado do RS, e no Brasil, um fator de disputa jurídica com os setores conservadores da sociedade organizada, a constituição do marco de definição política econômica social e cultural da identidade negra e quilombola, atestados pelos artigos. 215, 216, e pelo decreto 4887 da Constituição Federal de 1988. Políticas públicas transversais de promoção de etnodesenvolvimento, economia solidária, fundação da Federação Articulação Quilombola do Rio Grande do Sul.

Em 2001 participei do I Fórum Social Mundial (IFSM), em Porto Alegre, no governo de Olívio Dutra. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é fruto do processo histórico impulsionado a partir do chão de fábrica e passando pela participação geral dos trabalhadores no I FSM, em Porto Alegre, participaram do Fórum 16 mil pessoas vindas de 117 países, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes acotovelavam-se na oficina denominada “Economia Popular e Autogestão”, onde discutiu-se a auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda.

No final do ano de 2002, ainda durante o governo de Olívio Dutra, me encontrava na Secretaria Estadual de Desenvolvimento de Assuntos Internacionais (SEDAI). Neste mesmo ano, por ocasião do processo eleitoral, que culminou na vitória do Governo Lula, o grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária, elaborou uma carta ao governo Lula intitulada: “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, com reuniões na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo. Este documento de interlocução com o futuro governo apresentou as diretrizes gerais da Economia Solidária que reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A ratificação da proposta ocorreu durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, com a participação de mais de 200 pessoas. Uma das questões fundamentais

para essa indicação, é de que no governo Olívio Dutra participei da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI), desenvolvendo um trabalho de articulação dos movimentos sociais na economia solidária do Rio Grande do Sul. Deste grupo participavam agentes e atores envolvidos com a economia solidária no país, dentre eles universidades, empreendedores e organizações não governamentais, enfim o público da economia solidária no Brasil que já tinha percorrido uma longa estrada para construção. Aqui essa construção iniciava com a articulação entre essas instituições, estabelecemos uma interlocução com o primeiro Escalão, já nomeado pelo presidente Lula: Miguel Rosseto iria para o Desenvolvimento Agrário e o Jaques Wagner para o Ministério do Trabalho.

O programa sobre “Redes de Empresas recuperadas” tinha o mesmo sentido. Coordenado por Dione Manetti e Jorge Nascimento, que suscitavam a experiência desempenhada na SEDA, no governo Olívio Dutra, entre os anos de 1998 a 2002. Uma questão foi essencial nesse sentido, o I Seminário Nacional de Autogestão, realizado em dezembro de 2003 em Joinville/SC, em parceria com o MST, a ADS-CUT e ANTEAG, e como forma de apoio à CIPLA, empresa sob ocupação dos metalúrgicos (SANTOS; NASCIMENTO, 2018).

Após a eleição do governo Lula (em 2002), as pessoas que foram convidadas a participar do governo fizeram uma reunião em que estavam presentes: Eu, o Secretário Paul Singer, Sonia Kruppa, Dione Manetti, Haroldo Mendonça, Roberto Marinho e Valmor Squiochet. Depois de uma longa reunião, chegamos a um consenso, o Secretário Paul Singer, propôs que eu já permanecesse em Brasília no sentido de ultimar todos os encaminhamentos que foram feitos pela reunião e começar um trabalho de preparação e organização da logística necessária para a construção da SENAES. Após, Eu, Jorge Nascimento, em conjunto com Dione Manetti e Sonia Kruppa selecionamos os primeiros recursos humanos e a logística necessária para o funcionamento da SENAES, articulamos externamente, as relações e ações iniciais com os demais Ministérios organizamos e implantamos a SENAES, com uma nova estrutura junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM).

A integração deu-se sem muito atrito, uma parte dos funcionários já sabia algo da economia solidária, muitos estavam curiosos e outros eram simpatizantes. Ocorreu pequeno estranhamento entre os auditores fiscais que estavam empenhados em combater as falsas cooperativas de trabalho que eram utilizadas (num período de demasiado desemprego), para terceirizar atividades a despesas reduzidas, porque na

ocasião esses trabalhadores eram rotulados como autônomos e não tinham por isso direito aos benefícios da legislação do trabalho, que estariam unicamente disponíveis para os trabalhadores empregados diretamente pela empresa (SINGER; KRUPPA, 2004).

Em janeiro de 2003, Porto Alegre sediou o II Fórum Social Mundial, que foi o marco inicial para mobilização e articulação de encontros e construção de estratégias do campo da Economia Solidária, com um grupo de trabalho (GT) permanente agilizando as ações e articulações na organização da II Plenária Nacional que aconteceu nesta ocasião e foi coordenada pelo GT Brasileiro de Economia Solidária. Na ocasião estiveram reunidas cerca de 800 pessoas, entre elas representantes internacionais da área. Por sua vez, o GT foi importante na intensificação da agenda de organização da III Plenária Brasileira de Economia Solidária em junho de 2003, mobilizando 17 estados, aumentando a participação de 800 para 900 pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil.

Ainda, no ano de 2003 fui para Brasília, desenvolvi um trabalho durante 3 meses na preparação e organização do processo de chamada de algumas pessoas do movimento social da Cáritas, dos irmãos Maristas de Brasília, com a finalidade de criar um grupo de sistematização e organização para trazer uma maior representação dos Empreendimentos e da Universidade, com a intenção de ajudar na construção de uma secretaria, pois era importante ouvir todos os atores. O ministro Jacques Wagner, chegou em Brasília para tratar dessas questões e contatar com a equipe do professor Paul Singer na Universidade de São Paulo, com o intuito de começar a construção da economia solidária de baixo para cima. O início dessa discussão para a organização da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ocorreu logo após a eleição de Lula, Jaques Wagner do estado da Bahia foi escolhido como Ministro do Trabalho. De posse dessas informações, algumas pessoas que já se articulavam politicamente no Rio Grande do Sul fizeram contato com o vice-governador, Miguel Rossetto, para que ele encomendasse uma conversa deste grupo com o ministro Jaques Wagner, para propor a possibilidade de que com outras pessoas no Brasil organizássemos a economia solidária no Ministério do Trabalho, fato que foi atendido por ele.

No ano de 2004 percebe-se a chegada de novos sujeitos na Economia Solidária nos episódios da III Plenária com a criação dos Fóruns Estaduais e Regionais que permitiram a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, com trabalhadores de todos os estados. Este encontro contou com a

participação de um total de 2.500 pessoas e aconteceu entre os dias 13 e 15 de agosto de 2004. Iniciava-se “um primeiro experimento com quilombolas”. A SENAES optou por uma estratégia local de endodesenvolvimento, melhor dizendo, o desenvolvimento coordenado e produzido com esforço da própria comunidade, não dependendo de investimento externos. A ação para o desenvolvimento repousava na estratégia de pessoas escolhidas pela comunidade e subordinadas a uma formação sob responsabilidade da SENAES, em economia solidária e endodesenvolvimento (SANTOS; NASCIMENTO, 2018).

Em 2005, convidado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, participei do “III Encontro de Educadoras/es Negras/os do Paraná”; representando a SENAES através de discussões referentes à economia solidária, na época, já se discutia a sustentabilidade das comunidades quilombolas do Paraná, tendo a agroecologia e a economia solidária como principais vetores para o desenvolvimento sustentável.

No final do mês de janeiro de 2006, dentre as grandes ações do III Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, momento importante de resistência dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, realizou-se uma reunião plenária para deliberar sobre a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, que ocorreria no período de 26 a 29 de junho. Neste encontro foram discutidas e deliberadas as resoluções voltadas à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e propostas de políticas públicas para Economia Solidária.

A representação da IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) ocorreu em março de 2008, revelando a plenitude do movimento. Quando observamos as instituições e representações tais como constatadas a seguir: Abcred, Anteag, Concrab, Ecosol, Unicafes, Unisol Brasil; entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, Fase Nacional, Ibase, IMS, PACS, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho); redes mistas (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária); e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. A perspectiva republicana da política nacional, é revelada na estruturação da Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas e Economia Solidária.

Em 2011, após minha saída, com o avanço da economia solidária, fica consolidada a Plenária Nacional como a instância máxima de deliberação do FBES, dando as diretrizes políticas para orientar a Coordenação Nacional e a Coordenação Executiva, estabelecendo o seu funcionamento com orientações de gestão

organizacional. Deliberando em última instância sobre decisões políticas, operacionais e administrativas do FBES, que por sua vez ficou composta pelas entidades nacionais (no limite de até 12 representantes, a partir da comprovação de atuar em, no mínimo, sete fóruns estaduais), pela representação dos fóruns estaduais (3 por estado: 2 EES e 1 entidade de apoio local) e da indicação da rede de gestores (2 por região e 2 nacionais).

A partir de 2012, com minha entrada no então Centro Universitário La Salle, na Graduação Plena de História se dá meu engajamento de caráter acadêmico na questão racial, por meio de uma estratégia de construção de historicidade científica de reconhecimento e participação nas políticas públicas, através do direito e garantia de acesso à cultura detalhados e estabelecidos nos artigos 215 e 216 da constituição e garantia de direitos universais, como “o direito à terra”.

A construção do movimento social negro nos anos 70 desenvolveu-se com o conhecimento popular, e poder a partir da política pública pensar uma estratégia, que garanta o seu reconhecimento pelo Estado das Comunidades remanescentes de Quilombo, este foi um passo a mais a ser dado no sentido de garantir a historicidade desse processo. Em 2018, iniciei o Curso de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle, para que pudesse desenvolver uma estratégia de construção e consolidação do movimento social e popular, no sentido de construção dentro das políticas públicas do estado, como o reconhecimento dessas comunidades enquanto expectativa de organizadoras da cultura e do desenvolvimento da sociedade brasileira ativista social econômica e política.

No ano de 2018 recebi uma homenagem no livro de Paul Singer: democracia, economia e autogestão, na introdução do capítulo “Paul Singer: uma tese e oito hipóteses sobre o socialismo/autogestão”, Claudio Nascimento dedicou o mesmo a Jorge Nascimento, que levou o “clamor dos terreiros” a SENAES. E a Ademar Bertucci (*in memoriam*), artesão construtor de “Catedrais solidárias”:

“Antes de tudo, ao iniciar este ensaio, encontrei no Largo Glenio Peres, em Porto Alegre, o amigo Jorge Nascimento, em uma passeata da campanha do PT à Presidência. Estava clamando com seu pessoal dos terreiros, cheio de vida e esperança” (SANTOS; NASCIMENTO, 2018, p. 83).

Sendo assim, a inserção na Universidade La Salle, por meio deste trabalho sobre quilombos da Metade Sul do RS, é repleta de sentido em minha trajetória. A escrita deste tese refere-se a uma afirmação a partir da própria experiência pessoal como forma de superar os trauma da intersubjetividade e das consequências

perversas do racismo. Pretendi apresentar neste memorial pessoal a trajetória e protagonismo de um negro militante.

### **1.1 Contextualizando o tema de investigação**

A fim de contextualizar a temática dos quilombolas, não há como evitar mencionar os primórdios da inserção das pessoas negras escravizadas no Rio Grande do Sul. Os fundadores da ocupação e colonização do estado gaúcho, tais como os portugueses, alemães, franceses, italianos, poloneses e outros, construíram novos sonhos, riqueza e status de vida ao se fixarem nas terras sulinas. Outras etnias, como as dos contingentes de negros escravizados, para cá transportadas, foram apartadas brutalmente de suas realidades, famílias, comunidades e de seus lugares memoriais, passando por apagamentos de memória e identidade (PESAVENTO, 1992).

No decorrer do desenvolvimento socioeconômico da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o século XIX, os negros foram fundamentais como mão-de-obra, porém, foram alijados da repartição dos bens. Estavam presentes no trabalho nas fazendas, nas charqueadas, nas pequenas propriedades, no levantamento de cidades e nas mais diversas atividades urbanas e em alguns espaços de colonização alemã (PESAVENTO, 1992).

O Rio Grande do Sul, por conta de seu povoamento historicamente relacionado às atividades pastoris e agrárias, teve sua organização econômica fundamentada nas grandes propriedades rurais na metade Sul e na pequena propriedade rural como traço marcante na metade Norte. Muitas das indústrias tiveram sua gênese relacionada à pecuária e outras relacionadas às atividades artesanais e agrárias, desenvolvidas pelos imigrantes. Com o decorrer do tempo, tanto a atividade agrária como a industrial se diversificam, passando por crescimento de estabelecimentos, mas com fortes acentos regionais (PESAVENTO, 1992).

Ao final do Século XIX e primeiras décadas do XX, a abertura de novas estradas e linhas ferroviárias impulsionou o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, a economia e a sociedade tiveram modificações relevantes, assim como os poderes políticos instituídos. No entanto, continuava como uma economia subsidiária, basicamente agroindustrial e agroexportadora, voltada para mercados regionais e internos, mas que favoreceu a autossuficiência e o desenvolvimento urbano. (PESAVENTO, 1992).



As populações negras, pós-abolição da escravidão, foram excluídos das oportunidades de trabalho, do acesso à terra, de formas dignas de viver e de serem atores na nova realidade socioeconômica e política vivida pelo Brasil. No decorrer do século XX, gradativamente, como aponta Pesavento (1992), instala-se uma “frustração histórica”, pois mesmo com instalação de refinaria de petróleo, de siderurgia e de outros parques industriais, o Rio Grande do Sul estava numa posição periférica em relação ao centro do país. No contexto dos anos 1970, segundo Schmidt e Herrlein Jr. (2002) houve a retomada da economia gaúcha, especialmente em função da agricultura por meio de novas tecnologias no manejo do solo e arrendamento de terras, emergindo categorias de assalariados rurais e cooperativas de produtores agrícolas.

No entanto, a grande maioria da população negra, não teve acesso significativo ao mundo do trabalho assalariado, seja no setor da agricultura, no industrial e/ou no comercial, constituindo fração frágil na sociedade sul-rio-grandense, sendo-lhes restringido conquistar autonomia socioeconômica. Segundo Silva (2009) ao longo do tempo os descendentes de ex-escravos mantiveram domínios sobre alguns territórios no interior gaúcho. Nestes agrupamentos étnicos preservaram, mesmo sob condições difíceis, características singulares e próprias. Atualmente, estas comunidades são designadas em diversas instâncias como Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ). De acordo com O’Dwyer (2002), o termo quilombo se refere a diferentes grupos que, com o tempo, desenvolveram distintas maneiras de manter e reproduzir os seus modos de vida, com características de determinado lugar, mantendo assim, uma forma de resistência.

Neste contexto, o etnodesenvolvimento emerge como uma maneira para a subsistência e manutenção de uma comunidade por meio da geração de renda, conseguindo manter o seu diferencial sociocultural (STAVENHAGEN, 1985). O etnodesenvolvimento se ocupa de um desenvolvimento que congrega a etnicidade da comunidade, valorizando recursos da cultura, sejam reais ou potenciais (ALMEIDA, 2017). A potência do conceito do etnodesenvolvimento reside no embasamento a partir da capacidade autônoma de uma comunidade para orientar seu próprio desenvolvimento (ALMEIDA, 2017). Assim, elementos de sustentabilidade fazem sentido nesta discussão.

O etnodesenvolvimento é um conceito que surgiu a partir das críticas aos modelos de desenvolvimento tradicionais, que muitas vezes eram aplicados sem levar

em conta as particularidades culturais e socioeconômicas das populações locais. O termo foi cunhado na década de 1970 por antropólogos como Charles Wagley e foi desenvolvido por outros autores, como Antonio Carlos Diegues e Philippe Descola.

Arruti (2006) alerta para a existência de um “*ethos* de silêncio”, que repercute nas formas e conteúdos de narrar a memória social negra – e isso não apenas pelas instituições, mas pelos próprios descendentes dos povos negros e remanescentes de quilombo. Logo,

[...] com o passado, reveste de grande cuidado o trabalho com a memória: ela não pode ser vista como um simples ‘resgate’ ou compilação de histórias que estejam prontas para revelarem o que ‘realmente aconteceu’. A memória é produto do processo de mobilização, ao mesmo tempo em que o ato de lembrar e instituir tal memória é parte desse processo (ARRUTI, 2006, p. 216).

Neste contexto, o conceito de etnodesenvolvimento é fundamental. Primeiro, porque é uma proposta de tensionamento do capitalismo através da auto-organização e autonomia de um grupo oriundo de populações tradicionais que mantém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura (STAVENHAGEN, 1984). Segundo, porque permite a reprodução da comunidade levando em consideração seus aspectos memoriais e identitários. Em outras palavras, tematizar o etnodesenvolvimento no âmbito de comunidades remanescentes de quilombos é uma estratégia visando à sua duração social, quer seja em espaços urbanos ou rurais.

No âmbito do Plano Brasil Quilombola (2005), o etnodesenvolvimento é entendido como

[...] uma base de referência comum ou semelhante, que é: a busca da satisfação de necessidades essenciais (alimentação, saúde, moradia); estratégia de desenvolvimento que enfatiza a necessidade de fortalecimento dos referenciais locais, destacando a importância das práticas endógenas; e foco para estratégias de sustentabilidade. Tal semelhança nos sugere que entre uma perspectiva e outra há um conjunto de fundamentos comuns e que, embora uma não apareça diretamente como fundamento da outra, ambas fazem parte de um projeto comum: a construção de um modelo de desenvolvimento que vise a promoção do desenvolvimento diferenciado e calcado pelos princípios de sustentabilidade e justiça social. (BRASIL, 2005, p. 74).

Sendo assim, o etnodesenvolvimento propõe um modelo de desenvolvimento que respeite e valorize a diversidade cultural e que seja baseado no diálogo e na

participação ativa das comunidades locais. Isso implica em considerar as diferentes formas de conhecimento, os valores e as práticas culturais das populações envolvidas, bem como suas necessidades e demandas.

Por sua vez, a elaboração do conceito de sustentabilidade começou em 1972, após conferência em Estocolmo sobre meio ambiente, mas só alcançou projeção mundial em 1987. O princípio deste conceito parte do entendimento que as necessidades básicas das populações não devem comprometer os padrões de vida das gerações futuras. Os recursos devem ser utilizados de acordo com a capacidade de reposição da natureza, de maneira que o crescimento econômico não agrida violenta e irreparavelmente o ecossistema e, ao mesmo tempo, repare os graves problemas sociais (PEREIRA, 2011).

O desenvolvimento do entendimento de sustentabilidade teve três abordagens principais: a primeira, denominada *ecologia radical*, acreditava que os imperativos econômicos e sociais poderiam se submeter a uma gestão preocupada com o aspecto ecológico. Na segunda, denominada *ambientalismo moderado*, há o reconhecimento que a conservação ambiental é incompatível com o crescimento da economia e da população, inclusive vislumbrando que a sobrevivência capitalista estaria fadada ao fracasso. As recomendações giravam em torno de pactos internacionais, descentralização urbana e industrial e melhor planejamento territorial. Então, o termo 'desenvolvimento sustentável' equivale a projetos de ambientalismo moderado, dentro desta segunda via. A terceira abordagem, chamada de *ecologia política* entende que são indissociáveis os contextos político, econômico e ambiental. A exploração econômica e suas desigualdades estão no centro do debate, pois esta via entende que os conflitos socioambientais decorrem de uma disputa desigual no campo político, como por exemplo, que os custos ambientais recaem sobre os que têm pouco poder de decisão. A forma como ela percebe uma saída seria a criação de fóruns e instâncias de maneira que pudesse equilibrar o poder decisório, em formato de justiça ambiental (ROTHBERG, 2015).

Especificamente, no caso da comunidade Vó Elvira em Pelotas, ao longo dos anos 2000 que se efetuaram diálogos sistemáticos com os Governos Estadual/Federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (2003-2016) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses diálogos são fundamentais para este projeto: sem eles, dificilmente seriam gerados

estudos visando ao reconhecimento e autorreconhecimento da comunidade e o seu desenvolvimento econômico-social.

Assim, a pesquisa parte do reconhecimento dos empreendimentos das Comunidades Remanescente Quilombolas (CRQs) com atualização, aperfeiçoamento e criação de leis e mecanismos facilita a formalização e funcionamento dos empreendimentos, considerando os aspectos tributários e de acessos dos quilombolas à seguridade social, como sujeito de direitos. Também amplia o acesso a mecanismos de comercialização justa e solidária, incluindo a implantação de equipamentos de comercialização, centrais de comercialização, mercado solidário, feiras, etc.

Além disso, a criação e implantação de um Sistema Nacional de Economia Solidária, articulando as iniciativas dos entes governamentais e da sociedade, CRQs, etc., nas esferas municipal, estadual e federal, promove a intersetorialidade e a integração entre as várias políticas que dialogam com a Economia Solidária (ES) como estratégia de desenvolvimento sustentado junto ao sistema.

A SENAES (2003-2016), em sua política de relação direta com os agentes do modelo de desenvolvimento protagonizado pelos quilombolas, ensejou a quebra de cultura de relação Estado-Sociedade, demonstrando na prática os novos caminhos de organização do desenvolvimento em territórios solidários em uma combinação das ações Federal e Estadual e Municipal (Territórios da Pesca, Territórios da Paz e outros).

Dessa maneira, fazer um trabalho de memória com integrantes das CRQs se impõe, tendo em vista que colabora para um autodiagnóstico dessas comunidades o qual poderá constituir-se como elemento de novas alternativas de etnodesenvolvimento. Quanto ao interesse pessoal, a pesquisa justifica-se pela longa trajetória deste autor, tanto no paradigma da afrocentricidade, quanto no conceito do etnodesenvolvimento.

O campo empírico desta pesquisa é a comunidade quilombola Vó Elvira, localizada no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. Vó Elvira nasceu em 1920 em Arroio do Padre (município atualmente emancipado de Pelotas).

Minha avó me contava que quando era criança vivia em casas alheias, trabalhando em regime de semiescravidão, dormindo em cama de pau, em lugares inapropriados, comia no corredor da casa, sendo frequentes os castigos físicos. Ela passou a trabalhar desde muito cedo para ajudar na criação dos irmãos, e retornava para a casa dos pais nos finais de semana,

geralmente uma vez por mês. [Aos 16 anos, Elvira casou com Constantino Ribeiro]. Vó Elvira saiu do Arroio do Padre há aproximadamente 80 anos, porque a situação era muito difícil, trabalhava e plantava de graça na fazenda em que residia, pois não tinham nem terreno próprio para construir uma casa. Então migrou com o marido e três filhos, de carroça, para morar no Monte Bonito, município de Pelotas, no qual residimos até hoje. Como haviam terrenos devolutos neste local, várias famílias negras que não tinham terras chegaram e se apossaram, originando a comunidade quilombola que hoje leva o nome da minha avó. Ao chegar com a família, fizeram uma casa de barro, não tinha água, luz e nem fogão a lenha, mas tinha a família reunida e uma força enorme para batalhar e ter uma vida digna que todo o ser humano merece. (FONSECA, 2020, p. 63).

As memórias da fundadora do Quilombo Vó Elvira são relatadas pela neta Leandra Ribeiro Fonseca em sua dissertação de mestrado *Mulheres quilombolas: trajetórias de luta e identidades em construção pela Universidade Federal de Pelotas* em 2020. Atualmente são 20 famílias que vivem na CRQ Vó Elvira, onde compartilham cinco hectares de terra (5.000m<sup>2</sup>).

É neste contexto empírico que a presente tese levanta o **problema de pesquisa**: Como ocorre a sustentabilidade na comunidade Quilombola Vó Elvira quando analisada sob a compreensão da memória social e do etnodesenvolvimento?

A hipótese desta tese é a de que as comunidades quilombolas têm capacidade de auto sustentabilidade, desde que tenham reconhecimento, por parte do estado democrático de direito, acesso e participação em decisões sobre políticas públicas para as comunidades tradicionais, e sejam consultadas sobre suas necessidades e assim como atendidas por programas de formação profissional de aplicação geral, artesanato, agricultura, indústrias rurais e comunitárias, atividades tradicionais e de subsistência.

Diante do que foi exposto anteriormente se estabelece o **objetivo geral** desta tese que é analisar como ocorre a sustentabilidade na comunidade Quilombola Vó Elvira sob a compreensão da memória social e do etnodesenvolvimento.

A partir do objetivo geral estruturou-se os **objetivos específicos**, que são:

- 1) compreender a gênese da CRQ Vó Elvira e seu processo de transformação em comunidade remanescente de quilombos;
- 2) identificar como a sustentabilidade se apresenta na CRQ Vó Elvira e sua relação com o etnodesenvolvimento;
- 3) interpretar de que maneira a memória social se relaciona com a sustentabilidade na CRQ Vó Elvira.

A seguir é apresentado um levantamento de teses e dissertações sobre as temáticas de memória social, etnodesenvolvimento e sustentabilidade.

## **1.2 Levantamento de Teses e Dissertações Sobre o Tema Estudado**

Alicerçado na temática desta investigação que tem como título Memória Social, Etnodesenvolvimento e Sustentabilidade: A Comunidade Quilombola Vó Elvira No Município de Pelotas (RS), realizou-se um levantamento de teses e dissertações da plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, para analisarmos o que vem sendo estudado e escrito sobre o tema. Antes de realizar o levantamento na plataforma da BDTD, tentou-se fazer o levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, porém sem sucesso.

As primeiras palavras-chave utilizadas foram: memória social e quilombolas; memória social e quilombos, entre os anos de 2010 a 2021, onde encontramos 93 resultados. Após fez-se uma leitura cuidadosa dos resumos, e selecionados 45 trabalhos, foram motivos para exclusão os trabalhos que não continham em seus resumos: objetivo, metodologia e algum resultado.

Com as palavras-chave Quilombos e sustentabilidade; Quilombolas e sustentabilidade, entre os anos de 2010 a 2021 foram encontrados 79 resultados. Após feita a leitura cuidadosa dos resumos, e selecionados 31 trabalhos, foram motivos para exclusão os trabalhos que não continham em seus resumos: objetivo, metodologia e algum resultado.

Com as palavras-chave Memória social, quilombos e sustentabilidade, entre os anos de 2010 a 2021 e foram encontrados 10 resultados, que após leitura cuidadosa dos resumos foram selecionados 3 trabalhos. E com as palavras-chave "Memória social, quilombolas e sustentabilidade", entre os anos de 2010 a 2021 foram encontrados 13 resultados e selecionados 4 trabalhos. Da mesma forma foram motivos para exclusão os trabalhos que não continham em seus resumos: objetivo, metodologia e algum resultado.

No total foram encontrados 83 trabalhos, (quadro completo encontra-se no Apêndice A). A seguir são dispostos no quadro 1, uma relação dos achados mais semelhantes com a temática pesquisada:

Quadro 1 – Síntese dos trabalhos encontrado

TRABALHO/ ANO/ AUTOR/ PALAVRAS- CHAVE	IES/PROGRAMA TÍTULO	OBJETIVO DA PESQUISA	METODOLOGIA	SINTESE DOS RESULTADOS
<p>Tese – 2016 DINIZ, Raimundo Erundino Santos.</p> <p>Conhecimento tradicional associado; Festas populares; Quilombos; Quilombolas. Comunidade São Pedro dos Bois – AM.</p>	<p>Universidade Federal do Pará</p> <p>PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido</p> <p>Quilombo de São Pedro dos Bois: memória biocultural subvertida nas lógicas de ocupações recentes do Amapá.</p>	<p>Analisar a importância das formas intrínsecas de usos sócio culturais dos recursos naturais pelos quilombolas para a continuidade do território com base nos saberes tradicionais, na imemorialidade das crenças, festividades, roças, extrativismos, pescas e caças.</p>	<p>Organizou-se realização de survey, durante o qual buscou-se utilizar o método descritivo-analítico para averiguar as condições políticas, econômicas e socioculturais da comunidade quilombola São Pedro dos Bois</p>	<p>As fontes levantadas por entrevistas, observações e anotações em campo, análises documentais, realização de oficina para elaboração de croqui e registros fotográficos demonstraram que no estado do Amapá as políticas anunciadas de “Desenvolvimento Sustentável” não prescindem o entendimento as lógicas de ocupações das terras tradicionalmente ocupadas e desconsideram a memória biocultural quilombola que tem muito a contribuir com práticas coletivas de usos sociais dos bens comuns.</p>
<p>Dissertação-2017 NASCIMENTO, Raimundo Magno Cardoso.</p> <p>Quilombos; Gestão territorial; Comunidades tradicionais; Sustentabilidade; Amazônia.</p>	<p>Universidade de Brasília PPG em Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Comunidades quilombolas África e Laranjituba um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional.</p>	<p>Caracterizar as formas tradicionais de gestão e refletir sobre sua evolução, procurando compreender sua eficiência e eficácia local ao longo dos tempos, assim como sua importância social e científica.</p>	<p>Sua elaboração se deu por meio de entrevistas, grupos focais, mapeamento participativo, além de referências bibliográficas e outras fontes de informação.</p>	<p>Por fim, se faz uma reflexão conclusiva sobre a Gestão Territorial em África e Laranjituba, à luz da tradição e de sustentabilidade, assim como se apresentam as perspectivas da comunidade acerca da sua forma própria de gestão, no ponto de vista da sustentabilidade, com base em referências bibliográficas sendo fechado com a apresentação de algumas lições aprendidas.</p>
<p>Dissertação-2018</p>	<p>Universidade de Brasília</p>	<p>Buscou compreender a relação entre o</p>	<p>Esta pesquisa, de caráter qualitativo e interdisciplinar.</p>	<p>A pesquisa destaca, dentre outros aspectos, a</p>

TRABALHO/ ANO/ AUTOR/ PALAVRAS- CHAVE	IES/PROGRAMA TÍTULO	OBJETIVO DA PESQUISA	METODOLOGIA	SINTESE DOS RESULTADOS
<p>Dissertação - 2018</p> <p>FRANCIS, Poliana de Almeida.</p> <p>Agrobiodiversidade de Quilombos; Sistemas agrícolas; Comunidades tradicionais.</p>	<p>PPG em Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Unidades de conservação, territórios quilombolas e reservas da agrobiodiversidade de áreas protegidas ou territórios ameaçados?</p>	<p>contexto político do Brasil e a conservação da agrobiodiversidade em áreas de sobreposição entre TQs e UCs.</p>	<p>Foram realizadas revisão bibliográfica, consulta a dados oficiais, entrevistas e reuniões com grupos focais. Os dados levantados compõem também um estudo de caso acerca da sobreposição entre o Território Quilombola da Comunidade Mumbuca e a Reserva Biológica da Mata Escura, localizados em Jequitinhonha-MG.</p>	<p>importância da convergência entre políticas públicas ambientais, territoriais, agrícolas, sociais e culturais; a necessidade da adoção de instrumentos de gestão de áreas protegidas que compatibilizem os direitos das comunidades quilombolas com os objetivos de criação das UCs nas áreas de sobreposição, em consonância com o imperativo de conservação da agrobiodiversidade; e a oportunidade de construção de uma coalizão de áreas protegidas em prol da proteção do patrimônio socioambiental brasileiro.</p>
<p>Dissertação – 2020</p> <p>CUNHA, Fernanda Ielpo da.</p> <p>Antepassados; Cultura negra e identidades; Sementes.</p>	<p>Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção.</p> <p>PPG Sociobiodiversidade e Tecnologias sustentáveis</p> <p>Os saberes ancestrais e o cultivo de sementes crioulas: estudo no Quilombo Sítio Veiga, Quixadá-Ceará.</p>	<p>Analisar como o cultivo de sementes crioulas contribui para a preservação da identidade sociocultural e sustentabilidade ambiental quilombola na comunidade Sítio Veiga, em Quixadá, Ceará.</p>	<p>Tipologia exploratório-descritiva com abordagem qualitativa, valendo-se das técnicas de entrevistas semiestruturadas, cuja modalidade norteadora foi a etnográfica de observação participante, métodos fundamentais para uma maior aproximação e interação com os sujeitos sociais da pesquisa.</p>	<p>Relevância dos saberes ancestrais do cultivo de sementes crioulas para a preservação da identidade sociocultural quilombola e os aspectos de preservação e sustentabilidade ambiental, de uma alimentação saudável com base nas sementes crioulas, simbolizando esses conhecimentos uma forma de manter vivos e atuantes seus costumes e tradições, a simbologia das 12 sementes crioulas, que representa a vida, o conhecimento e a oralidade, que</p>

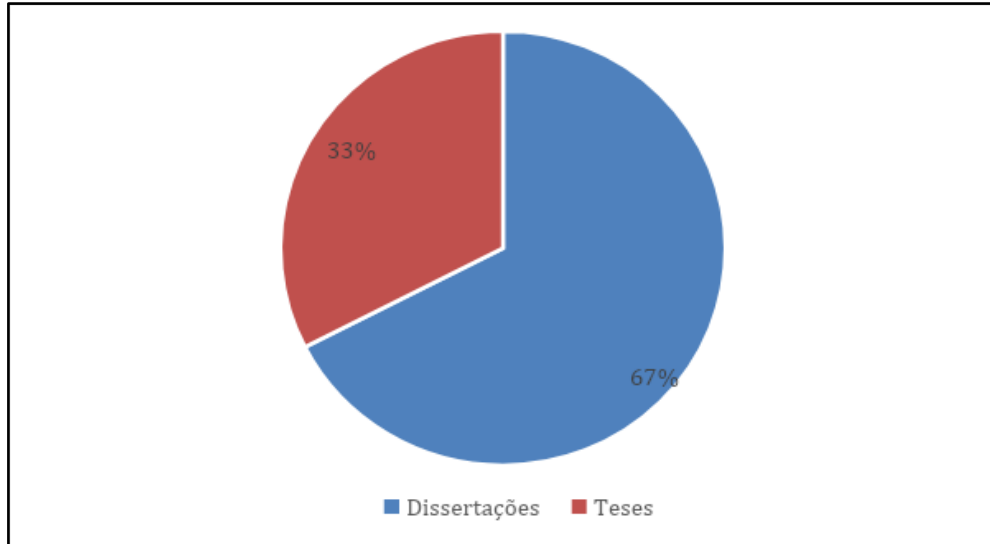


TRABALHO/ ANO/ AUTOR/ PALAVRAS- CHAVE	IES/PROGRAMA TÍTULO	OBJETIVO DA PESQUISA	METODOLOGIA	SÍNTESE DOS RESULTADOS
				serão perpetuados pelas próximas gerações como continuidade da existência quilombola.
<p>Dissertação- 2018</p> <p>NASCIMENTO, Jorge Luiz da Silva</p> <p>Memória social; Quilombo urbano; Etnodesenvolvimento; Canoas.</p>	<p>Universidade La Salle</p> <p>PPG em Memória Social e Bens Culturais</p> <p>Alternativas de etnodesenvolvimento na comunidade Chácara das Rosas em Canoas/RS: um estudo de memória social.</p>	<p>Objetivo é identificar as alternativas de etnodesenvolvimento da comunidade remanescente de quilombo Chácara das Rosas, em Canoas/RS</p>	<p>A pesquisa é de caráter qualitativo. Mais especificamente, o método funda-se na pesquisa-ação como ferramenta de investigação e transformação da realidade.</p>	<p>Os resultados parciais indicam que a comunidade vem se empoderando com as discussões sobre etnodesenvolvimento, prevenindo a realização não apenas do curso de extensão previsto pelo projeto de pesquisa em mestrado profissional, mas seminários e ações pontuais com vistas à tomada de consciência da importância histórica, social e memorial do quilombo.</p>
<p>Dissertação – 2019</p> <p>SANTOS, José Augusto Menezes dos.</p> <p>Geografia agrícola; Posse da terra; Quilombos; História; Conflito social; Quilombolas; Atividades políticas; Luta pela terra; Território; Organização política.</p>	<p>Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE</p> <p>PPG em geografia</p> <p>A luta do povo quilombola, Mussuca: organização política e resistência em Sergipe.</p>	<p>Objetivou avaliar a espacialização da luta dos remanescentes do Território quilombola Mussuca, localizado no município de Laranjeiras, no estado de Sergipe</p>	<p>A aplicação de quarenta e um questionários apontaram para o desvelamento sobre a condição de luta contínua da comunidade quilombola da Mussuca.</p>	<p>Uma realidade que marca o conjunto dos territórios quilombolas brasileiros, que apesar das conquistas constitucionais permanecem áreas à margem de condições mínimas para a reprodução das famílias, que em geral têm negados direitos básicos. Observou-se que o quadro de resistência da identidade e de lutas por direitos sociais se agravou a partir do golpe de 2016 e da eleição da ultradireita brasileira em 2018.</p>

Fonte: Produzido pelo autor (2022).

Como já citado, no quadro 1, foram relacionados os trabalhos mais relevantes para a temática investigativa. A seguir no gráfico 1 foram relacionadas a quantidade de teses e dissertações encontradas na busca.

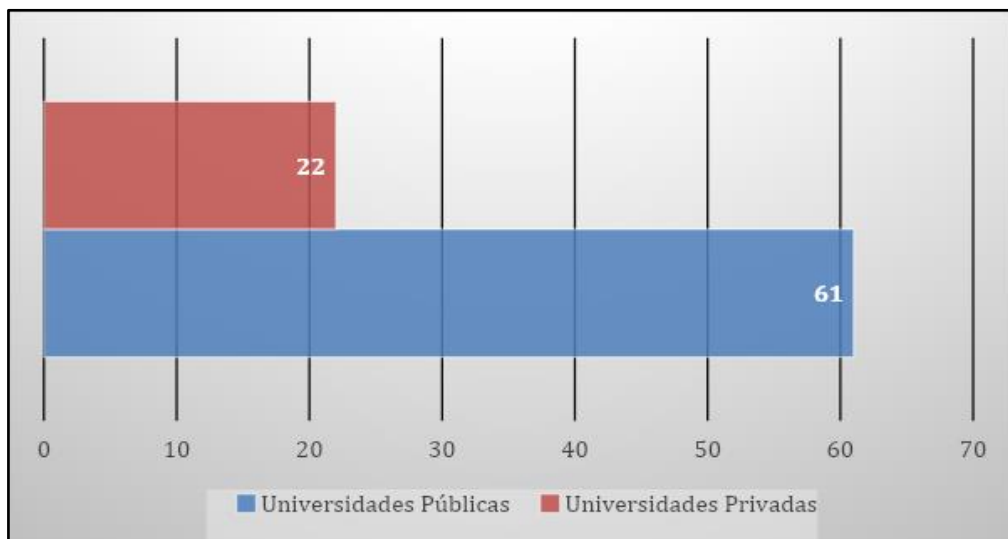
Gráfico 1 – Teses e dissertações



Fonte: Produzido pelo autor (2022).

A seguir verifica-se que a quantidade desses trabalhos fora produzidos majoritariamente em Instituições de Ensino Superior públicas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Quantitativo de trabalhos em Universidades Públicas e Privadas

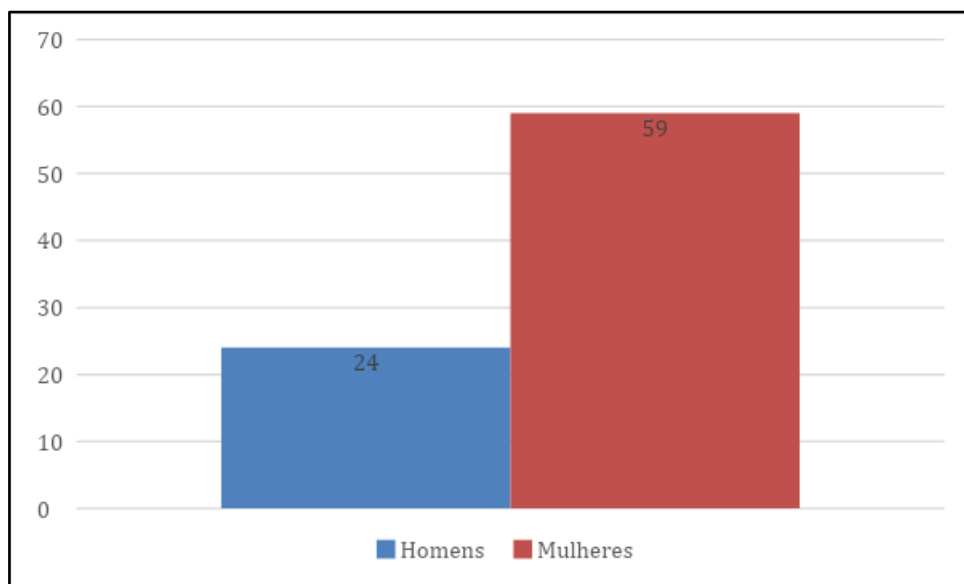


Fonte: Produzido pelo autor (2022).

Percebe-se que a maioria dos trabalhos foram produzidos em Instituições Públicas, o que comprova que pesquisa realizada pela Academia Brasileira de Ciências (2019, s/p.), entidade independente e não governamental em mais de 900 cientistas são associados, está de acordo “mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais”.

Apresenta-se a seguir quanto destas pesquisas foram desenvolvidas por homens e mulheres.

Gráfico 3 – Gênero masculino e feminino



Fonte: Produzido pelo autor (2022).

Como pode-se perceber por meio do Gráfico 3 que foram realizadas 59 pesquisas por mulheres e 24 pesquisas por homens, demonstrando que as mulheres estão mais envolvidas no mundo acadêmico com a questão quilombola do que os homens.

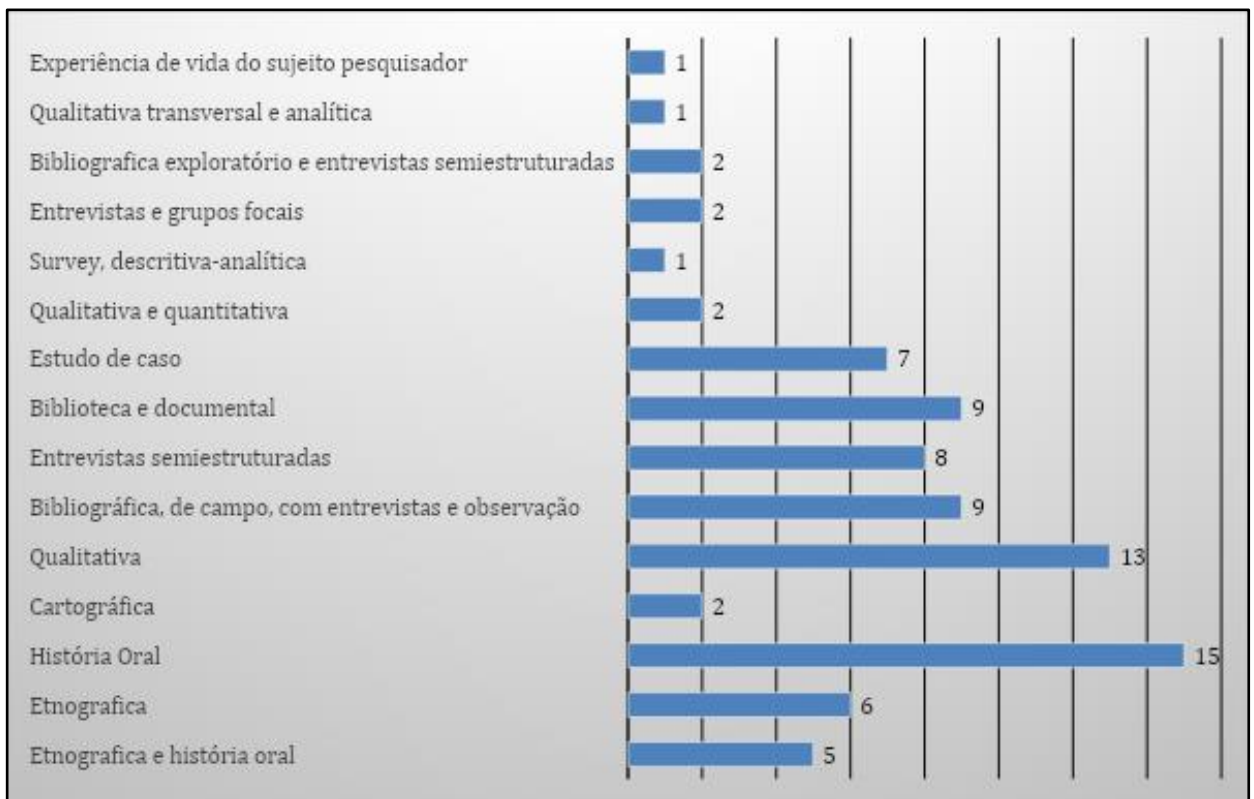
Verifica-se a seguir em quais Programas de Pós-graduação foram desenvolvidas as pesquisas analisadas.



O Gráfico 4 apontou que as pesquisas foram realizadas em 28 PPGs de diferentes áreas, onde pode-se verificar que foram desenvolvidas pesquisa com tema semelhante a esta investigação. Observa-se que a maior concentração se deu na área da educação, com 18 trabalhos desenvolvidos, depois 9 trabalhos na área das ciências, 8 trabalhos na área da geografia, 7 trabalhos na área da sociologia, 5 na área da história, 4 na área do desenvolvimento sustentável, 3 na área dos direitos humanos, demais áreas com 2 e 1 trabalhos desenvolvidos. Estes achados indicam o caráter multidisciplinar das temáticas estudadas e da importância de diferentes saberes para suportar a sua complexidade.

O Gráfico 5 apresentadas as metodologias que foram utilizadas nas pesquisas selecionadas

Gráfico 5 – Metodologias utilizadas nas pesquisas selecionadas



Fonte: Produzido pelo autor (2022).

Quanto a metodologia utilizada nos 83 trabalhos selecionadas ficou assim distribuído: A história oral foi a mais utilizada, totalizando 15 trabalhos; depois a metodologia de pesquisa qualitativa foi utilizada em 13 trabalhos; em 9 trabalhos utilizou-se a metodologia bibliográfica, de campo, com entrevistas e observação;

também em 9 trabalhos foram utilizadas a metodologia bibliográfica e documental; em 8 trabalhos utilizaram entrevistas semiestruturadas; em 7 trabalhos utilizaram a metodologia de estudo de caso; em 6 foi utilizado a etnografia, em 5 utilizaram etnografia e história oral. Foram utilizadas as seguintes metodologias em 2 trabalhos cada uma: Cartografia, qualitativa e quantitativa, entrevistas e grupos focais, bibliográfica exploratória, com entrevistas. Em 1 trabalho cada foram utilizadas as seguintes metodologias: experiência de vida do sujeito pesquisador, qualitativa, transversal e analítica, survey, descritiva-analítica. De maneira geral, 61 pesquisas embasaram-se no paradigma qualitativo, demonstrando que a metodologia do presente estudo encontra-se coerente com a maioria do que está sendo produzido em termos de teses e dissertações.

De acordo com Pollak (1992, p. 1) aquilo que hoje é chamada de história oral, “é a ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias de vida”. Para o autor as “diversas pesquisas de história oral, que utilizam entrevistas, sobretudo entrevistas de história de vida”, [...] o que se recolhe são memórias individuais, ou, se for o caso de entrevistas de grupo, memórias mais coletivas, e o problema aí é saber como interpretar esse material”. Sendo assim, “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é”. Para Pollak (1992, p. 8) não existe diferença significativa “entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer”, deve ser empregada a todos os tipos de fontes. “Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta” (POLLAK, 1992, p. 8).

Por meio do levantamento feito das teses e dissertações destaca-se o trabalho desenvolvido por Elizabete Melo Nogueira, como aquele que mais tem relação com o estudo ora apresentado. Nogueira (2013) apresentou sobre Etnodesenvolvimento e educação indígena: problemas e perspectivas para a implantação de etnoturismo na terra indígena Raposa Serra do Sol na TIRSS, região Ingarikó - Wîl TîPî. Esta dissertação teve como objetivo “analisar o nível do etnodesenvolvimento promovido na TIRSS, na região Ingarikó - Wîl TîPî”, porque queriam que os indígenas pudessem desenvolver atividades através dos preceitos da sustentabilidade, para que não ocorresse gerar dependência tecnológica e econômica, bem como, pela “gestão transparente dos recursos necessários à sua realização, o enfoque à proteção das

Terras Indígenas e a valorização dos conhecimentos e técnicas desse povo” (NOGUEIRA, 2013, p. 2).

Desta forma, valorizaram a religião, o folclore, a música, os ritos, a dança, o artesanato, a culinária, a produção agrícola “dos povos indígenas Ingarikó”. Porém, deixaram evidente que a identidade dessa comunidade precisava ser fortalecida, existia a “necessidade da educação, nas suas múltiplas concepções, para atender as expectativas do Etnodesenvolvimento, cujo propósito é que as comunidades indígenas tenham o controle de seus recursos naturais”, pretendendo com isso o alcance da “satisfação de suas necessidades básicas, com foco na resolução dos problemas e carências locais, valorizando e utilizando os conhecimentos e tradições locais para solução das dificuldades” (NOGUEIRA, 2013, p. 2-3).

De encontro a este pensamento, Becker (2008) pondera que a educação é fundamental para a formação da consciência crítica dos indivíduos, uma vez que, é por meio do entendimento da sua realidade que “serão capazes de criar e participar da gestão de projetos e políticas sustentáveis, rompendo com a ideologia dominante, valorizando a essência humana, respeitando a natureza” (p. 10).

Para o desenvolvimento da investigação Nogueira (2013, p. 55) utilizou a metodologia da “pesquisa-participante do tipo descritiva, qualitativa, à medida que todas as metas foram planejadas, avaliadas e executadas com os sujeitos envolvidos”. Em todas as atividades perpassou a questão da valorização da memória e da identidade”. Instituíram-se “espaços em que os sujeitos foram, ao mesmo tempo, público e protagonista, na perspectiva de integrar o saber popular e o saber acadêmico, construindo um diálogo, visando à obtenção de variados conhecimentos”.

Participaram da pesquisa “21 indígenas da TIRSS, Região Ingarikó, área fronteira entre a República Cooperativista da Guiana, República Bolivariana da Venezuela e o Brasil”. A autora pode contar com a “participação das seguintes comunidades: Serra do Sol, Manalai e Mapaé (Karumanpak Tëi). A amostra foi não probabilística do tipo intencional e por acessibilidade”, visto que, foi dada a mesma oportunidade aos “líderes comunitários, as pessoas idosas, consideradas mais experientes das comunidades” (NOGUEIRA, 2013, p. 59). A técnica de coleta de dados utilizada por Nogueira (2013, p. 60) foi a observação participante, cuja finalidade era “interagir com a comunidade, obter informações para uma análise indutiva e compreensiva da pesquisa”, para isso ocorreu “participação em reuniões,

assembleias, feiras, e outros eventos organizados pela comunidade ou instituições como ICMBio, COPING, IFRR e outros órgãos, além do caderno de campo”.

Os resultados da investigação apontam que os indígenas trazem dificuldades no que se “refere ao controle do território e no desenvolvimento de atividades promotoras de geração de renda, capacitação e valorização dos seus saberes, em virtude do acesso à área das telecomunicações, dos serviços de energia elétrica, da educação, da infraestrutura sanitária e de saúde” (NOGUEIRA, 2013, p. 120).

Nogueira (2013, p. 123) expõe que, considerando o que foi observado durante o desenvolvimento da pesquisa, “acredita-se que o povo Ingarikó percebe a necessidade de qualificação profissional para melhorias na aldeia, inclusive a implantação do Etnoturismo”, pois consideram essa “atividade uma alternativa econômica para a população que atualmente sobrevive de aposentadorias dos anciãos, dos benefícios concedidos pelo estado (bolsa família), dos salários de alguns professores e dos agentes de saúde”.

Nogueira (2013, p. 124) refere que o povo Ingarikó vem procurando alternativas que fomentem o Etnodesenvolvimento da região, com “a inserção e formação de alguns indígenas nos cursos de graduação oferecidos pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena”, entre os cursos estão: “Licenciatura Intercultural e Gestão Territorial Indígena, solicitado para melhorar o nível de escolarização de professores pelo COPING, um curso de formação de professores específico para os Ingarikó”.

No aspecto econômico o povo Ingarikó não é protagonista, visto que, o “Turismo ainda não pode ser implantado, pois eles não têm formação específica para serem os planejadores, gestores, condutores, agentes, etc. Interagem com a sociedade civil organizada e com órgãos públicos e privados por meio da sua organização”, entretanto, “sentem dificuldade para se comunicar em virtude da barreira da língua. Dessa maneira, o povo Ingarikó no interior das aldeias, é protagonista, mas fora deste espaço, as barreiras encontradas ultrapassam sua capacidade de articulação” (NOGUEIRA, 2013, p. 124).

Para Nogueira (2013, p. 123) “com a implantação do Turismo, os indígenas devem atentar não só para os aspectos positivos”, bem como, para os negativos, que são: “o aumento no consumo de recursos energéticos, causando poluição ao ambiente natural, maior produção de lixo e outros problemas como a introdução de novos hábitos, principalmente entre os jovens”. Por esse motivo é essencial que, a



comunidade local se envolva “no planejamento, na tomada de decisões e na avaliação dos impactos ambientais, sociais e econômicos antes de elaborar os planos de desenvolvimento turístico.

Para fins de uma melhor estruturação deste estudo, apresentam-se os aspectos metodológicos na seguinte subseção.

### **1.3 Percorso Metodológico da Pesquisa**

O percurso metodológico desta pesquisa centrou-se em uma abordagem qualitativa. Denzin e Lincoln (2006) compreendem a pesquisa qualitativa por meio da junção de práticas que se sucedem em uma performance de entendimento de mundo, causada pela união de significados, os quais oferecem ao pesquisador contribuições para a identificação de fenômenos. E ainda, pesquisa qualitativa, para os autores, é uma prática posicionada que situa o observador no mundo. Representa um agrupamento de práticas materiais e interpretativas, que fornecem evidências ao mundo. Práticas essas, que modificam o mundo em uma enxurrada de representações, abraçando as anotações de campo, o diálogo, as entrevistas, as gravações, os lembretes e as fotografias. Assim sendo, a pesquisa qualitativa compreende uma perspectiva naturalista, interpretativa do mundo, o que expressa que os investigadores estudam os elementos em cenários naturais, procurando compreender, ou representar, os fatos em termos significativos que os indivíduos a eles conferem (DENZIN; LINCOLN, 2006).

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), do ponto de vista da natureza, a pesquisa aplicada tem por objetivo proporcionar conhecimentos para a acomodação da prática, para o gerenciamento de solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses territoriais.

A pesquisa aplicada deste estudo refere-se à reunião das pessoas de um quilombo onde a partir de uma provocação do pesquisador, relatam a realidade das suas vidas desde os primórdios onde elas reconhecem e se reconhecem no contexto em que se encontram dentro da sua perspectiva individual e coletiva (HALBWACHS, 2006) quando se constroem, ou seja, desde as relações familiares, as relações escolares e as relações culturais na sociedade do seu entorno.

Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa descritiva intercorre quando o pesquisador descreve e registra os fatos observados sem que haja interferência.

Ambiciona discorrer sobre as características de uma determinada população, ou fenômeno ou definição de relações entre circunstâncias. Implica o uso de técnicas estabelecidas de coleta de dados: observação sistemática, questionário, assumindo a forma de levantamento. Esse tipo de pesquisa apresenta: observação, registro, análise e ordenação de dados, sem manipulação, sem que haja a interferência do pesquisador. Busca manifestar a regularidade com que um fenômeno acontece, suas causas, relações com outros fatos, suas características e natureza.

Prodanov e Freitas (2013) compreendem que as pesquisas, quando desenvolvidas numa abordagem qualitativa, são diferentes daquelas que favorecem uma abordagem quantitativa, não contém dados estatísticos como o ponto principal do processo de análise de um problema, sendo assim, não tem como prioridade numerar ou medir unidades. “Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Importa mais o modo como acontece o processo do que o produto. Não há preocupação em confirmar hipóteses pré-estabelecidas com a análise dos dados coletados, não obstante, estas não excluem a existência de um panorama teórico que oriente “a coleta, a análise e a interpretação dos dados” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Desta forma, a pesquisa qualitativa atenta na compreensão meticulosa dos significados, da mesma forma, atenta para as características recorrentes do objeto de estudo, o que facilita a integração na multiplicidade do fenômeno estudado.

De acordo com Silva, Oliveira e Brito (2021) para a eficácia de uma pesquisa qualitativa, é determinante que o pesquisador tenha domínio de seu objeto de estudo, entenda as relações desse objeto, reconheça os indivíduos implicados neste contexto, e sobretudo tenha entendimento do objetivo planejado e eleja uma metodologia adequada para que fenômeno investigado seja totalmente entendido.

Para Marconi e Lakatos (2010) a seleção do instrumental metodológico, está relacionada diretamente ao problema a ser ponderado; a escolha obedecerá de inúmeros fatores pertinentes a pesquisa, assim dizendo, “a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 147). Deve-se observar o problema a ser estudado e tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se, às possibilidades propostas e que se queira atestar, ao tipo de informantes com que se vai contatar (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Para esta pesquisa foi realizado um estudo de caso na Comunidade Vó Elvira. O estudo de caso em tela centra-se em uma situação específica em uma comunidade quilombola, a partir da qual suas especificidades envolvem: questões ambientais, socioeconômicas e culturais. Este aspecto está coerente com Yin (2001, p. 23), uma vez que está sendo pesquisado um "fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas".

O estudo de caso para Gil (2008, p. 37) "consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento". Também define o estudo de caso da seguinte forma: "[...] é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto. [...] Igualmente, estudos de caso diferem do método histórico, por se referirem ao presente e não ao passado" (GIL, 2008, p. 37). Ainda, pode-se utilizar o processo técnico de estudo de caso quando há a necessidade de trabalhar com condições contextuais – supondo que seriam consideráveis e propícias ao fenômeno estudado.

Neste contexto, o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa adequada para o estudo da Comunidade Vó Elvira, pois envolve o planejamento, coleta e análise de dados (YIN, 2001). Portanto, o estudo de caso não se qualifica como um método específico para a coleta de dados, nem exclusivamente por particularidades do planejamento de pesquisa, se trata de uma estratégia abrangente de pesquisa.

Para Martins (2006) um estudo de caso como estratégia de pesquisa, não depende de qualquer tipologia, direciona na procura por explicações e interpretações categóricas para condições que abrangem fenômenos sociais complexos, bem como a construção de um conceito explicativo do caso que propicie premissas para produzir inferências analíticas sobre hipóteses reconhecidas no estudo e outros conhecimentos descobertos.

A CRQ Vó Elvira em Pelotas é uma das comunidades remanescentes de quilombo reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no quadro das políticas públicas brasileiras (NASCIMENTO; GRAEFF, 2016). Para este estudo, parte-se de dados secundários em que as percepções das lideranças da CRQ Vó Elvira estavam disponíveis, bem como análise de outros documentos como notícias, livros e artigos. Depois de coletados, os dados foram analisados segundo a análise temática. A análise deve ser realizada para que os objetivos da pesquisa sejam atendidos e para

contrastar e comparar dados e evidências com o objetivo de comprovar ou rejeitar hipóteses, ou as suposições da pesquisa.

Para Minayo (2015, p. 316), “a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”. Conforme a autora, a análise temática acontece em três fases, quais são:

Pré-análise: organização e sistematização das ideias, organização do material a ser analisado; exploração do material por meio de várias leituras; chamada também de “leitura flutuante (MINAYO, 2015);

Exploração do material: fase em que os dados brutos do material foram codificados para atingir o núcleo de compreensão do texto, enfatizando trechos e transcrições na íntegra dos discursos adquiridos, que desvendam a existência dos depoimentos, mais exatamente, do conteúdo discursivo dos trechos em que se partilha o depoimento. Esta fase menciona à escolha de trechos das falas dos indivíduos, distribuídas ao longo da seção de resultados e análise da investigação, na maior parte das vezes através de citação direta da fala dos entrevistados, organizando em categorias teóricas ou empíricas (MINAYO, 2015);

Tratamento dos resultados e interpretação: nesta fase, são trabalhados os dados brutos obtidos, a análise precisamente dita, com a finalidade de se tornarem significativos e válidos e de se evidenciar as informações obtidas. Esta fase se concerne especificamente à construção e acomodação dos resultados e análise, fase em que a discussão ultrapassa os dados apropriadamente trabalhados (MINAYO, 2015).

Para analisar o etnodesenvolvimento, pode-se utilizar a análise temática (MINAYO, 2008) para investigar as representações e concepções das comunidades locais sobre suas próprias culturas e modos de vida, bem como suas percepções e expectativas em relação ao desenvolvimento. Isso pode ajudar a identificar as necessidades e demandas dessas comunidades. Pode-se analisar também os desafios e obstáculos que elas enfrentam em relação ao desenvolvimento e à preservação de sua cultura.

Além disso, Minayo (2015) enfatiza a importância da reflexividade na pesquisa qualitativa. Isso significa que os pesquisadores devem estar cientes de suas próprias posições sociais e ideológicas e de como essas posições podem influenciar suas interpretações dos dados. Em resumo, Minayo (2015) contribuiu para os avanços em

pesquisa qualitativa no Brasil, trazendo uma abordagem que busca compreender os discursos em seus contextos sociais e culturais, considerando as relações de poder e a necessidade de reflexividade por parte dos pesquisadores.

Os dados analisados nesta tese se referem a dados secundários, uma vez que esta tese foi construída no período da pandemia. Sendo assim, optou-se pelo resguardo de vidas a fim de evitar a propagação do coronavírus. Por isso decidiu-se pela utilização de dados secundários para fins de análise dos dados empíricos. Portanto, para compreender empiricamente como é a organização da comunidade quilombola Vó Elvira. Em 17 de outubro de 2021, em plena pandemia da COVID19, foi realizada uma visita do autor ao local, o qual fez várias observações e as anotou no diário de campo da pesquisa. Porém, devido à pandemia e ao mesmo pertencer ao grupo de risco devido à idade, optou-se pela continuidade da pesquisa a partir de dados secundários como a análise de vídeos gravados por integrantes da CRQ Vó Elvira, bem como por outros documentos.

No caso específico desta tese, utilizaram-se dados secundários como relatórios governamentais e análise de entrevistas disponíveis da internet, como aquelas disponíveis no “Documentário sobre a Comunidade Quilombola Vó Elvira” (2018)<sup>2</sup>. Este documentário foi realizado em 17/02/2018 na Comunidade Quilombola Vó Elvira, situada no 9º distrito de Pelotas, Monte Bonito, para um trabalho do curso de Administração da Universidade Federal de Pelotas. A análise de dados secundários é amplamente utilizada em várias áreas de pesquisa, incluindo ciências sociais, saúde, educação, entre outras. Enfim, a análise de dados secundários é uma abordagem econômica e eficiente para a pesquisa, já que os dados já estão disponíveis e coletados, evitando a necessidade de coleta de dados adicionais. Além disso, a análise de dados secundários permite que os pesquisadores explorem questões de pesquisa utilizando-se da internet, que seriam inviáveis devido a restrições de tempo, recursos ou acesso a determinadas populações.

Para fins de atingir os objetivos, optou-se por apresentar o presente estudo de uma maneira dinâmica, por isso, apresenta-se o contexto da CRQ Vó Elvira.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PlowCU9rIAk&t=26s>

## 2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS, MEMÓRIA SOCIAL NA CRQ VÓ ELVIRA

As comunidades quilombolas são oriundas de grupos de ex-escravos e seus descendentes que se estabeleceram em territórios e ali se mantinham, “e preservaram, muitas vezes sob condições adversas, características consideradas singulares e próprias destes agrupamentos étnicos remanescentes da escravidão” (SILVA, 2009, p. 183). Atualmente, estas comunidades são designadas em diversas instâncias como Comunidades Remanescentes de Quilombos-CQR. Para compreender o que um quilombo é, O’Dwyer (2002) explica o que ele não é. Não é um espaço de resíduos ou resquícios arqueológicos, não é um grupo homogêneo que vive isoladamente, não foi sempre resultado de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas são “grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar” (O’DWYER, 2002, p. 1).

O termo quilombo originou-se da língua banta no Zaire e Angola nos séculos XVI e XVII e significa “acampamento guerreiro na floresta”. Local onde pessoas oprimidas encontravam-se em oposição às instituições escravocratas (PINTO et al., 2014). No Brasil, os quilombos referem-se a comunidades organizadas que desenvolveram práticas sociais e cotidianas em torno de seus modos de vida característicos, consolidando seus territórios em torno de experiências e trajetórias compartilhadas e organizadas (PINTO et al., 2014).

Comunidades remanescentes de quilombos são, segundo o Decreto 4887/2003:

Grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2012, p. 5).

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi criado em 2004, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), sendo a gestão do Programa exercida e compartilhada pelo Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola (CGASQ) (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014). Em 2003 foi promulgado o Decreto nº 4.887 “que regulamentou os procedimentos para identificação, delimitação,

demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades de quilombos” (PINTO et al., 2014, p. 8).

O PBQ constitui-se de uma “política de Estado voltada para o reconhecimento do direito das comunidades quilombolas à terra e ao desenvolvimento econômico e social” (PINTO et al., 2014, p. 8). Segundo Rodrigues (2010) o PBQ compreende várias medidas descentralizadas entre os âmbitos federal, estadual, municipal e organizações da sociedade civil, coordenadas pela SEPPIR. Em 2007, o Decreto nº 6040 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais) que reforçou os princípios de cidadania, segurança alimentar e nutricional como direito coletivo e respeitando a diversidade cultural a partir do desenvolvimento sustentável como promotor da qualidade de vida das comunidades (PINTO et al., 2014).

O PBQ tem por objetivo orientar, articular e promover as ações das políticas públicas de governo: INCRA titulação do acesso à terra; acesso à saúde e educação; construção de moradias; eletrificação rural; Ministério do Meio Ambiente na recuperação ambiental. Também incentivo ao desenvolvimento local, através de ações diretas e no auxílio a essas comunidades quanto ao acesso a outras políticas públicas, tais como o Bolsa Família, Regularização Fundiária, entre outras (LIGABUE; DALL MOLIN, 2013).

Observa-se que o PBQ atua conjuntamente com organismos federais como a Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), etc., organismos da esfera pública e movimentos sociais, tais como, respectivamente, os líderes das comunidades e o Movimento Negro, o PBQ

estabelece uma metodologia pautada em um conjunto de ações que possibilitem o desenvolvimento sustentável dos quilombolas em consonância com suas especialidades históricas e contemporâneas, garantindo direitos à titulação e a permanência na terra [...] (BRASIL, 2005).

No campo orçamentário do Governo Federal o PBQ integrou os Planos Plurianuais (PPA) 2004-2007 e 2008-2011. No primeiro PPA (2004-2007) foram realizadas onze ações específicas de políticas públicas destinadas aos quilombolas. Ações para eles também foram previstas em outros programas que incluíam indígenas, comunidades tradicionais, pequenos agricultores, entre outros. O PPA

(2008-2011) “manteve a mesma estrutura de programa voltado para o atendimento dos remanescentes das comunidades de quilombo” (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014, p. 173).

Observa-se que a partir de 2004, quando da criação da SEPPIR e do PBQ, o Estado brasileiro passa a adotar estratégias específicas e coordenadas para os quilombolas, porém mesmo assim, continuam marcados pela invisibilidade em mapas e estatísticas oficiais. Eles também não têm assegurados seus direitos de maneira plena, denotando a necessidade de avanços nas políticas públicas (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014).

Salienta-se que este doutorando participou, sob diferentes perspectivas, na construção das políticas públicas para os quilombolas. A trajetória pessoal, já colocada na seção memorial, explica esta inserção. Além disso, ajudou a implementar a política do etnodesenvolvimento, pois em 2003, ele procurou a Universidade de Brasília (UnB), com quem já tinha relações, para estabelecer o projeto de construção dos agentes de etnodesenvolvimento, em parceria com a FCP e SEPPIR.

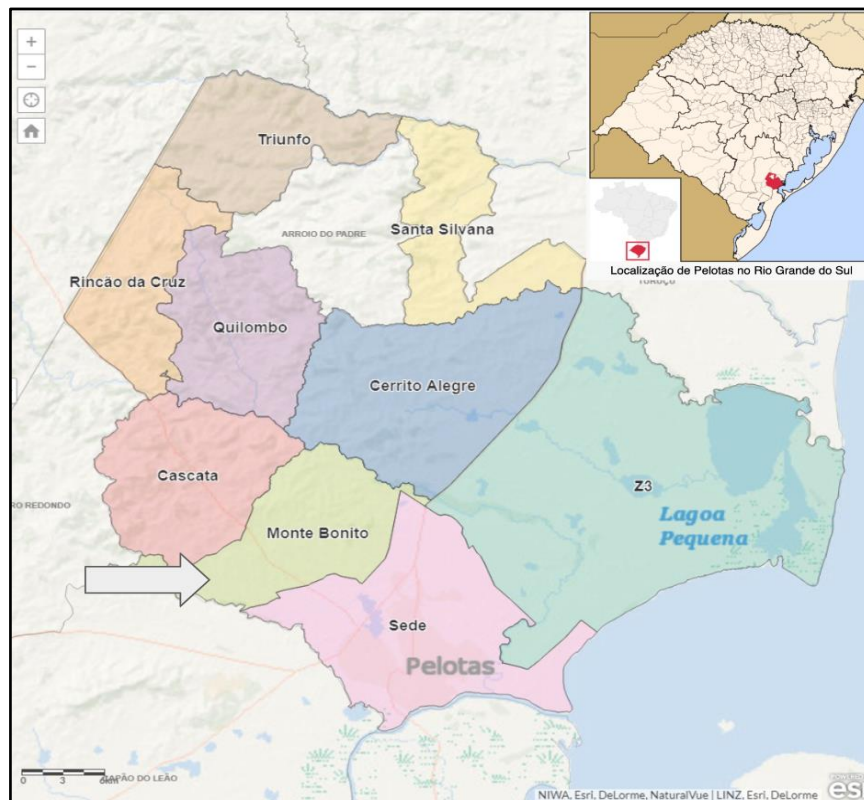
Como fica evidenciado na trajetória dos textos; o seu primeiro período de envolvimento com a discussão que se apresenta passa pelo movimento negro, logo a seguir passa pela CUT e a depois pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Também esteve presente nos governos do PT do Rio Grande do Sul e a nível Federal como gestor público pelo fato da sua participação nas diferentes instâncias de organização dessa discussão e das relações que ele arranhou ao longo do tempo, incluindo-se as Universidades.

## **2.1 Memória Social na CRQ Vó Elvira**

A CRQ Vó Elvira localiza-se em Pelotas (RS) especificamente no 9 ° distrito, denominado Monte Bonito. Esta CRQ constitui-se de aproximadamente 20 famílias que convivem em cinco hectares, portanto 5 mil metros quadrados de terra. A localização do distrito de Monte Bonito dentro do muni pode ser visto no mapa da Prefeitura



Figura 1 – Mapa Rural do Município de Pelotas e sua localização no Estado e no Brasil



Fonte: Adaptado do site da Prefeitura de Pelotas e de Wikipedia (2023)

Assim como outras CRQs, a comunidade quilombola Vó Elvira, vive e sobrevive em meio à "discriminação, injustiças, invisibilidade e abandono do poder público e da sociedade ao longo da história, mantendo a integridade de suas origens" (CAPA, 2010, p.22). O papel das comunidades quilombolas gaúchas se dá pelo "resgate da sua memória histórica e da ocupação de espaços políticos e sociais" (CAPA, 2010, p.22). Além disso, cada CRQ tem uma maneira particular de lidar com sua história, língua, religiosidade, crenças, relações de poder, etc. (CAPA, 2010).

A CRQ Vó Elvira, de Pelotas, possui em torno de um século de existência e tem como ancestral a dona Elvira Lima Soares. Mulher, mãe e avó dos contemporâneos Eder Ribeiro Fonseca e Leandra Ribeiro Fonseca, descendentes que evidenciam a identidade de remanescentes de quilombolas e familiares dela, fruto da união afetiva de filhos de escravizados (LIMA, 2018).

Fato reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, como apresentado na figura 2.

Figura 2 – Imagem dos dados de certificação da comunidade Vó Elvira

O Quilombo Vó Elvira, em Pelotas-RS, foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**

**FCP – Fundação Cultural Palmares**

**Nome Atribuído:** Quilombo Vó Elvira

**Localização:** Pelotas-RS

**Processo FCP:** Processo nº 01420.002165/2009-84

**Certificado FCP:** Portaria nº 51/2010, de 24/03/2010

Quilombos certificados (2020).

Fonte: Site patrimônio (2023).

Neste sentido, as políticas públicas governamentais envolvem o processo do reconhecimento prévio de cada comunidade, a titulação e busca pela sustentabilidade e etnodesenvolvimento quilombola nas terras brasileiras e os impactos que o Programa Brasil Quilombola vem produzindo na referida comunidade. A partir da implementação do PBQ, da CF de 1988 e do Decreto 4887, a CRQ Vó Elvira vem experimentando transformações benéficas, o que vem melhorando, além dos aspectos materiais, a própria perspectiva de vida da população lá existente.

No entanto, ao estudar a memória social de um quilombo gaúcho, Quadros, Karnopp e Cadona (2022) salientam que "a memória também é uma construção do presente onde as imagens do passado são estrategicamente inventadas e manipuladas como instrumentos de dominação".

Para esta pesquisa, concorda-se com os autores quando indicam que

a memória enquanto uma construção social, expressão de conflitos, de lutas, mas também de dinâmicas políticas e culturais de afirmação da identidade. Entende-se que a memória é uma construção simbólica, onde a relação entre o presente e o passado não necessariamente se resume a uma relação instrumental, mas se define (e se redefine) nas práticas sociais e nos mecanismos de incorporação do passado que se constituem nessas e através dessas práticas. (QUADROS, KARNOPP; CADONA, 2022, p. 230).

Tais dinâmicas políticas e culturais estão presentes na memória social quilombola em diversas instâncias, bem como a da sustentabilidade. De acordo com Ligabue (2012) o enfrentamento aos problemas referentes à sustentabilidade envolve as CRQs que são portadoras de direitos endógenos a partir das prerrogativas do Estado Republicano. Os principais aspectos que trazem reais mudanças que essa política vem proporcionando para as comunidades são nas áreas de acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; desenvolvimento local e inclusão produtiva e direitos e cidadania, tendo em vista que são esses os quatro eixos balizadores do referido programa.

Além disso, o quintal e a horta se destacam na CRQ Vó Elvira, como um local onde os conhecimentos tradicionais sobre ervas e vegetais oportunizam a geração de renda por meio da venda de produtos nas feiras agroecológicas em Pelotas (RS). (MENA; FONSECA, 2023). No vídeo Estudo de Agroecologia - Quintal no Quilombo Vó Elvira é apresentado o testemunho de Vó Elvira - Matriarca do Quilombo Vó Elvira - Monte Bonito - Pelotas/RS.

Apesar da sustentabilidade não ter relação direta com aspectos individuais de liderança, o estudo de sustentabilidade verificou-se a sua capacidade de realização individual de liderança, na pessoa do líder comunitário Eder Ribeiro e coletiva através da sua participação no Comitê Gestor Quilombola de Pelotas.

Loeck (2020, p. 1) noticiou a "criação de um novo espaço coletivo" intitulado de Comitê Gestor Quilombola" em Pelotas. Segundo o autor

o seu surgimento foi resultado do Encontro Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas e Direito Humano à Alimentação Adequada, promovido, em maio de 2015, pelo Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e pela Emater/RS-Ascar.

Nesse encontro acadêmico, discutiram-se pesquisas sobre a insegurança alimentar de quilombolas, a exemplo dos resultados no relatório de Pinto et al. (2014). Foi deste encontro (na UFPEL em 2015) que surgiu a ideia de criar uma política pública que auxiliasse os quilombolas no acesso a bens e serviços básicos, como um comitê gestor. Representantes do quilombo Vó Elvira, além dos Quilombo do Algodão, Alto do Caixão aceitaram o desafio de compor o comitê.

O Comitê Gestor Quilombola iniciou em maio de 2015 como uma 'política de governo municipal'. Uma das ações ocorreu em julho de 2020, quando mais de uma

centena de quilombolas foram à Câmara de Vereadores onde "expressaram as suas mais prementes vulnerabilidades e necessidades" (LOECK, 2020). Além disso, outros resultados deste comitê foram:

o acesso ao Modelo 4 (talão do produtor rural); a qualificação do atendimento no Cadastro Único, devido às especificidades do público quilombola; a realização de mutirões para o (re)cadastro do Bolsa Família nas próprias comunidades; e a realização de reuniões de capacitação ofertadas pela extensão rural e prefeitura municipal.

Em 2017, houve avanços em termos de saúde para a "reforma ou construção de fontes e redes de água nas comunidades" quilombolas. Além disso, o comitê delibera sobre quais famílias e quilombos (em extrema pobreza) devem ser privilegiados em programas do governo (LOECK, 2020). Outro aspecto é a respeito da coordenação do comitê, pois

Outro fato interessante a ser sublinhado é que, em seu início, a coordenação do Comitê esteve ao encargo da Secretaria de Cultura, passou à Secretaria de Assistência Social e, depois, para a Emater/RS-Ascar, mas, hoje, seus dois coordenadores são quilombolas. Toda a interação propiciada pelo Comitê entre as secretarias municipais, a Emater/RS-Ascar, a 3ª CRS e os quilombolas acabou por aprimorar as relações, fazendo surgir soluções coletivas e, muitas vezes, sem a necessidade de somas financeiras. É evidente que ainda há muito a ser fazer para a superação das vulnerabilidades advindas do passado escravista, todavia, com esse intento, o Comitê tem se mostrado um importante espaço de participação sociopolítica, que tem dado voz a quem até pouco tempo atrás estava aliado dos processos participativos e decisórios em nosso município. (LOECK, 2020, p. 1).

A institucionalização do comitê ocorreu em 04 de maio de 2023, quando foi assinado pela prefeita municipal de Pelotas o "Decreto 6.715/2023, que institui o Comitê Gestor Quilombola em Pelotas, o primeiro no Rio Grande do Sul". Esse decreto ajuda a legitimar o espaço que busca ações para as comunidades quilombolas, pois o seu objetivo é "promover a articulação dos órgãos e entidades envolvidos na implementação das ações e políticas públicas relacionadas às comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares" conforme notícia completa em Dutra (2023, s/p.).

Portanto, o Comitê está envolvido com ações governamentais, executando as políticas públicas federais e estaduais no âmbito do incentivo à produção. Ressalta-se a sua centralidade como instância de controle social e definidor de quais comunidades e famílias em situação de extrema pobreza deveriam participar e



receber recursos do Programa Fomento Produtivo às Atividades Rurais, provenientes da União. Nele também se delibera sobre a participação quilombola no recém iniciado Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em que as famílias quilombolas produzem alimentos com qualidade, tomando como exemplo a realização da Feira Agroecológica Quilombola no pátio da Biblioteca Pública Municipal.

Figura 3 – Venda da produção agrícola nas feiras locais foi interrompida durante a pandemia



Fonte: Sergio Dornelles/ Divulgacao SEAPDR.

Para o líder comunitário Eder Ribeiro, em entrevista a Caetano (2021), os desafios que o quilombo precisou enfrentar durante a pandemia são muitos, "mas a questão alimentar é a que mais prejudica os moradores. Eles precisaram realocar recursos da área da saúde que recebiam do Estado para não faltar alimentação para os habitantes". Segundo Ribeiro, no entanto, essa insegurança alimentar não é de hoje. "Com os desmontes desses governos, do Temer ao Bolsonaro, já vinha uma falta de recursos para comprar alimentos, e com a pandemia isso se agravou. Então a gente começou a buscar cesta básica de diferentes lugares, diferentes organizações". (CAETANO, 2021, s/p.).

Wille (2020, p. 79) identificou em sua pesquisa a importância das práticas agrícolas para os quilombolas gaúchos, pois declaram consumir metade do que produzem. Ela identificou evidências a respeito “das dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas rurais, como falta de alternativas para a geração de renda, a dimensão reduzida das terras ocupadas e as áreas pouco adequadas à prática da agricultura”, também de empecilhos “no acesso aos programas de estruturação produtiva, resultando na exclusão do seguimento às políticas de crédito e de fomento à agricultura familiar e entraves na titulação dos territórios”.

Para Wille (2020) a soberania alimentar dos quilombolas depende de práticas agrícolas e do cultivo dos próprios alimentos com o fim de "manutenção dos saberes tradicionais, cultura alimentar e do patrimônio sociocultural". Em relação ao consumo alimentar, a dieta dos quilombolas que desempenhavam práticas agrícolas se mostrou mais calórica, sendo a “participação de carboidratos, fibras, potássio e vitamina C, significativamente maior dos demais indivíduos. Outro ponto a destacar é o fato de que as pessoas que desempenhavam práticas agrícolas tinham maior consumo de frutas (nas últimas 24 horas)”.

Nesse sentido, em que consiste, afinal, as comunidades remanescentes de quilombos? Se consideramos as discussões sobre memória social tratadas aqui, a formulação de O’Dwyer (1995) é suficientemente operatória. Diz o autor “[...] o termo quilombolas não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica”. Ao mesmo tempo “trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea”. Igualmente nem sempre foram instituídos “a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar” (O’DWYER, 1995, p. 1).

Para Quadros, Karnopp e Cadon (2022, p. 242) “os saberes tradicionais aplicados nas formas de organização da produção e do trabalho, as crenças, os costumes típicos da comunidade, as relações de parentesco e de vizinhança, a cultura de origem afro-brasileira”, vinculada diretamente “às existências de pessoas que foram outrora escravizadas, as manifestações religiosas (inclusive físicas, objetivadas na existência de duas igrejas, sendo uma delas a “igreja dos negros”)”, compõem uma base através “da qual se entrecruzam modos de existências, de significação, de ser e

de estar que, não sem tensões, sem contradições, sem descontinuidades, sem dificuldades, se pretende manter”.

Existe uma memória coletiva que se constitui nessa história, mas há acima de tudo uma memória social, que se constrói através de diferentes leituras (individuais e coletivas) acerca do significado das lutas e, mesmo, do que deve ou não se objetivar através e na memória coletiva da Comunidade. É nesse sentido que, como enfatizado, a memória social não é um fenômeno essencialista, mas uma construção histórica, sempre sujeita inclusive às contingências. (QUADROS; KARNOPP; CADON, 2022, p. 243).

Em se tratando de memória, para as autoras Gondar e Dodebei (2005, p. 45) “[...] o conceito de memória social não pode ser formulado em moldes clássicos, sob uma forma simples, imóvel, unívoca. Pensamos, ao contrário, que se trata de um conceito complexo, inacabado, em permanente processo de construção”.

Vivemos vários modelos de organização do desenvolvimento e disputas da ocupação do território brasileiro historicamente. Neste sentido, a alternativa social econômica e cultural da CRQ Vó Elvira é a agroecologia como demonstrado pelo trabalho executado pelo Eder. E o modelo sustentável de crescimento econômico cultural no etnodesenvolvimento do meio rural de Pelotas é a agroecologia constituída a partir da ecososofia africana (SILVA, D. M, 2019). A ecosofia incide também em “desdobramento ou mesmo em uma reformulação do pensamento ecológico que, entre as décadas de 1960 e 1970, emergiu no mundo ocidental na forma dos movimentos ecologistas e de uma perspectiva humanista baseado no valor e na obrigação”.

Para Lúcia Villas Bôas (2015) é correto questionar, dentro de uma perspectiva de circularidade quais seriam, então, as questões sobre a memória com que os historiadores se confrontam hoje e que interessam aos estudos das representações sociais?

E responde utilizando Zelis (2005): ao se refazer esse limitado percurso a determinadas problematizações entre memória e história, provocações para os estudos em aspectos sociais, tentou evidenciar que, independente dos contextos, o recurso à história e à memória não se imprime em um terreno imparcial e peculiar ao político. Contrariamente, ao servirem como arranjo político de consideração, memória e história, não instituem-se apenas como conjuntos explicativos, mas igualmente como maneiras de operar no campo social que admitem aos distintos setores da

sociedade estabelecer suas demandas por reconhecimento. Compete a eles compreender como agem e quais as estratégias empregadas para que seja legitimado historicamente seu discurso de memória no âmbito das práticas sociais. Por consequência:

---

O uso político do passado e o uso social da história passam a ser de interesse direto para o estudo das representações sociais, colocando todos aqueles que trabalham com e no contemporâneo (historiadores, psicólogos, cientistas sociais, jornalistas) entre a ética e a epistemologia (NICOLAZZI, 2010), na medida em que se deve discutir não apenas o direito de interpretar o passado, mas também o imperativo ético dessa interpretação. Discussão essa desafiadora e ainda por se estreitar, e que passa pela humildade, ou pretensão, do exercício interdisciplinar. (BÔAS, 2015, p. 255).

Talvez seja por isso que se possa dizer, com Gondar (2005), que a memória é uma construção. Não porque possa ser arbitrariamente definida por cada pessoa, mas porque necessita desses temas, valores e marcos para se materializar. Constrói-se a memória pelas questões que um dado ser humano faz no presente e que dependem desses rastros do passado para serem respondidas. Portanto, a memória vai além dos arquivos representativos de um povo, de um acontecimento, ou de uma cultura. Como diz Gondar (2005), a memória é parte viva dos processos sociais; é constante, pulsante; está sempre em mudança. Como exemplo, nos esquecimentos, quando a abrangência conceitual da memória é tal que os esquecimentos representam as invenções e as criações próprias ao conceito de memória que abarca a mudança, a vivacidade (GONDAR, 2005). Nesse sentido, pode-se remeter sobre as comunidades quilombolas que, invisibilizadas, fazem parte do esquecimento da sociedade, mas pulsam de vida e resistência.



### **3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS QUILOMBOLAS, SUSTENTABILIDADE E MEMÓRIA SOCIAL**

A questão quilombola brasileira apresenta alta complexidade. Oportunidades de trabalho e de formas dignas de viver vem sendo retiradas da população negra brasileira há séculos no Brasil, persistindo nos pós abolição da escravatura (PESAVENTO, 1992). Mesmo com a industrialização da metade do século XX, a maioria da população negra não teve acesso a melhores empregos (SILVA, 2009). Muitos deles, permaneceram em domínios territoriais, onde seus ancestrais, remanescentes da escravidão, se fixaram. Ali, muitos conseguiram manter características singulares a tais agrupamentos étnicos (SILVA, 2009), caracterizados como Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ). Segundo O'Dwyer (2002) as comunidades quilombolas referem-se a grupos que implementaram formas de manutenção de seu modo de vida, reproduzindo maneiras características de um determinado lugar. Ocorre que tais grupos histórica e cotidianamente são tratados de forma racista e marginalizada (SILVA, 2009).

As comunidades quilombolas brasileiras começaram a ter alguma visibilidade a partir da constituição de 1988, mas foi somente em 2004 que elas participaram de um programa exclusivo denominado Brasil Quilombola (PBQ) (OLIVEIRA, 2007). Este programa foi uma política de Estado, por meio de diversas ações descentralizadas em diferentes âmbitos, desde o federal ao municipal (PINTO et al., 2014). O PBQ congregou várias políticas públicas voltadas para os Quilombolas.

Ocorre que as políticas públicas devem ser embasadas em dados bem fundamentados e extensos, bem como os seus resultados devem ser analisados constantemente (SOUZA, 2006).

Diante disso, investiga-se, nesta seção, como os resultados da criação e implementação de políticas públicas para os quilombolas de 2004-2014 podem se relacionar com a sua memória social. Observa-se nesta seção que os resultados das políticas públicas dependem de variáveis como orçamento, liberação, organização dos projetos, aplicação, avaliação, etc. e que os efeitos sobre as populações alvo afetam a sua memória social. Para atingir o objetivo, procedeu-se inicialmente a uma revisão da literatura e em seguida a uma metodologia do tipo aplicada por meio da análise documental. Sendo assim, inicialmente esta seção apresenta aspectos teóricos sobre políticas públicas, Políticas públicas para os quilombolas, Memória

social e aspectos raciais, Cultura e Desigualdades, Contextualização Dos Quilombolas e Apresentação e análise dos dados: Políticas públicas para os quilombolas e suas consequências.

### 3.1 Políticas Públicas

Frey (2009) explica que nos Estados Unidos, a pesquisa sobre ciência política começou a ser instituída nos anos 50 como nome de *policy science*. Na Alemanha a preocupação com distintos campos de políticas, teve início em 1970, com ascendência da socialdemocracia, a organização e as políticas setoriais foram significativamente desenvolvidas. Os estudos sobre políticas públicas no Brasil iniciaram há menos tempo e são circunstanciais, marcados pela análise dos sistemas e instituições, caracterizando processos de “negociação das políticas setoriais específicas” (FREY, 2009, p. 214).

Souza (2006), explica que surgiu com muita relevância, nas últimas décadas, um campo de conhecimento denominado políticas públicas, do mesmo modo, como acontece com instituições, modelos e regras que comandam decisões, construção, execução e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área. Um fator relevante foi a aceitação de políticas restritivas de gastos, passando a preponderar a agenda de um número significativo de países, em particular os em desenvolvimento. Alicerçado nestas políticas, o delineamento e a efetivação de “políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade” (SOUZA, 2006, p. 20). Outro fator relevante é que novas concepções surgiram sobre o papel dos governantes em prol de políticas restritivas de gastos. Tem-se ainda, um terceiro fator, relacionado diretamente aos “países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados” (SOUZA, 2006, p. 20).

Souza (2006) declara que na América Latina, dificultou-se o estabelecimento de alianças políticas adequadas para proporcionar o mínimo de condições para desenvolver políticas públicas convenientes em prol do desenvolvimento econômico e a promoção da inclusão social da maior parte da população.

De acordo com Souza (2006) o objetivo crítico, que conduziu a concepção e alicerçou os estudos sobre políticas públicas, refere-se àquilo que os governantes fazem ou deixam de fazer em democracias estáveis, que são: formulação científica e análise por pesquisadores autônomos. Assim, o desenvolvimento das políticas

públicas desponta como uma subárea da ciência política, inaugurando um caminho percorrido pela ciência política norte-americana, referente ao estudo do mundo público. Portanto, as políticas públicas emergem “como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações” (SOUZA, 2006, p. 22).

Salienta-se ainda que a inserção da política pública como dispositivo das deliberações do governo envolve trabalhos de cientistas políticos, grupos de matemáticos, engenheiros, sociólogos, analistas de sistemas, e outros. As proposições de adaptação dos métodos científicos, às concepções e às deliberações do governo sobre problemas públicos se ampliam para outras áreas governamentais, mais precisamente para a política social (SOUZA, 2006).

Conforme Souza (2006, p. 23) a área de políticas públicas considera quatro grandes mentores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) instituiu o termo *policy analysis* (análise de política pública), nos anos 30, como forma de agregar entendimento “científico/acadêmico com a produção empírica dos governos”, para desta forma estabelecer um diálogo por meio dos grupos de interesse e governo e cientistas sociais.

Para Souza (2006) não existe uma definição única ou melhor, sobre o que seja política pública. Mead (1995) e Lynn (1980) determinam que o campo dentro do estudo da política que explora o governo sobre grandes questões públicas, como um conjunto de iniciativas do governo que produziram padrões específicos. No mesmo sentido Peters (1986), diz que política pública é o somatório das atividades dos governos, que atuam através de delegação ou diretamente, e que inspiram a vida dos cidadãos. Dye (1984) concentra o significado de política pública como algo que o governo decide fazer ou não fazer. Porém a definição de Laswell continua sendo a mais conhecida, definições e pesquisa sobre política pública compreende refutar as questões de “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24).

Algumas definições salientam a importância da política pública na resolução de problemas. Essas definições tiveram alguns críticos, os quais discutem que elas desprezam a natureza da política pública, o impacto ao redor de ideias e curiosidades (SOUZA, 2006).

Definições de políticas públicas conduzem o olhar para o *locus* onde os confrontos ao redor de interesses, opções e opiniões se propagam, os quais ocorrem nos governos.

Uma visão geral da temática das políticas públicas centra-se em uma expectativa de que o todo é mais relevante do que a integralidade das partes, e que as pessoas, instituições, relacionamentos, princípios e interesses somam, ainda que existam relativas diferenças importantes sobre estes fatores (SOUZA, 2006).

A política pública, e a política social em específico, são campos multidisciplinares, do ponto de vista teórico-conceitual e sua essência está na explanação sobre a natureza da política pública e suas ações. Portanto, uma teoria geral da política pública envolve a procura por delinear teorias edificadas na área da sociologia, da economia e da ciência política. As políticas públicas refletem-se na economia e nas sociedades, por este motivo toda teoria da política pública necessita explicar as correlações entre Estado, sociedade, economia e política. O interesse é tanto que, pesquisadores de várias disciplinas, como: “economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas, [...] têm contribuído para avanços teóricos e empíricos” (SOUZA, 2006, p. 25).

Portanto, Souza (2006, p. 26) explica que a política pública é um campo do conhecimento que procura concomitantemente “‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. A definição de políticas públicas se estabelece na fase em que os governos democráticos equivalem seus objetivos e plataformas eleitorais em projetos e ações que proporcionarão no mundo real mudanças e resultados.

### **3.2 Políticas públicas para os quilombolas**

Para Santos (2017) as políticas públicas dos povos quilombolas envolvem uma relação com as suas especificidades e com a questão da identidade e como eles passam a se relacionar com a comunidade. Também envolve a trajetória histórica e o contexto social em que se insere o segmento quilombola, dando ênfase à política de Extensão Rural que na SENAES, a qual foi uma ação de promoção do desenvolvimento local e da economia solidária (NASCIMENTO, 2018). Tal ação ocorreu por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário (etnodesenvolvimento), que, após muitos desdobramentos, assume uma postura de atendimento e promoção de desenvolvimento entre os povos tradicionais quilombolas, porém esbarra em muitas dificuldades (RÊGO; CASTRO, 2014).

Com base na Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais e sua contextualização com as orientações trazidas pelos instrumentos legais consultados, verifica-se o quão complexa é a questão quilombola no Brasil. No Artigo 7º, inciso I os povos que tiverem interesse poderão ter direito de escolha em suas prioridades no que se refere ao seu desenvolvimento, posto que venha a afetar suas vidas, crenças, seu bem-estar espiritual, as terras que ocupam. E na medida do possível controlar “seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural”. Bem como deverão participar da elaboração, utilização e avaliação dos planos e projetos em “desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente” (BRASIL, 1988).

Após o seu reconhecimento encabeçado pelo art. 68º Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2003). Para Santos (2017) este fragmento legal foi introdutório a outras iniciativas dirigidas aos quilombolas. Utilizando instrumentos que já estavam previstos em lei e inserindo novas ações com base no art. 68 ADCT, particularmente reivindicando demandas de vários setores e movimentos sociais. Eles introduziram, ao longo do tempo, ações importantes para instrumentalização de direitos para os povos quilombolas.

No ano de 2004, o Governo Federal estabeleceu um programa exclusivo para as comunidades quilombolas, intitulado Brasil Quilombola, com o propósito de estipular métodos para o desenvolvimento sustentável desta população, com atuação na área do direito, por meio da titulação e permanência na terra, documentação elementar, à educação, à alimentação, à saúde, o lazer, a um trabalho decente, à moradia apropriada, aos serviços de saneamento básico, água, luz, transporte e previdência social. No entanto, este projeto se depara com a insuficiência de verbas frente à ação, o que a torna vagarosa por motivos financeiros, problemas ocasionados por anos de omissão e descaso do poder público (OLIVEIRA, 2007).

Conforme Santos (2017), embora tenha-se conseguido visibilidade na agenda de ações governamentais com vistas à redução das assimetrias a que foram relegados os grupos quilombolas e populações negras desde o período escravista, o reconhecimento e o cumprimento de seus direitos colidem em muitos obstáculos de ordem político-jurídica. Dessa forma, apesar dos avanços que se tem verificado, ainda é necessária a persistência de uma postura de luta, para que se alcance o pleno

cumprimento desses direitos e, sobretudo, o acesso satisfatório desses grupos à melhoria de suas condições de vida, demonstrando a necessidade de uma busca constante pela manutenção de sua cultura, articulada ao imperativo da afirmação da identidade, ao que também correspondem alguns obstáculos correlatos.

Um fator positivo que ocorre no âmbito das políticas públicas é que são eleitos quilombolas como beneficiários. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombola do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e os Agentes de Desenvolvimento Solidário da SENAES, que durante o governo Lula assumiram uma ação, os quais possuem grande potencial de intervenção, principalmente se levado em conta a inserção proeminentemente rural dos mesmos e suas formas de reprodução econômica e sociocultural. Desse modo, em meio ao contexto histórico de negação da cidadania plena a esses grupos, as ações da ATER, que hoje afirmam um compromisso de reafirmação e construção dessa mesma cidadania, expressos nos pressupostos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que agora tem um grande desafio. Para o seu pleno atendimento, torna-se necessária maior atenção à complexidade do quadro que envolve esta política pública, diminuindo entraves que complicam a operacionalização desta prática extensionista (SANTOS, 2017).

Para além da consolidação da PNATER, enquanto uma política pública na qual se tenha a valorização da participação social e o cumprimento de direitos por meio da efetivação da melhoria na qualidade de vida dos atendidos, em se tratando dos povos quilombolas, urge o compromisso de se viabilizar nas ações da ATER, a sensibilização quanto a um sentido reparativo com vistas à compensação por uma dívida histórica, além do respeito às especificidades étnico-raciais e da valorização concreta desses grupos e seus aspectos identitários e socioculturais (SANTOS, 2017).

### **3.3 Memória social e aspectos raciais**

Para Pollak (1992) a memória não é apenas eletiva, mas demarca fronteiras e preconiza acontecimentos de ordem cultural. Os fatos que foram vividos, experiências narradas, discursos institucionalizados e lembranças formam a memória, as quais vividas por tabela. A pessoa que lembra nem sempre vivenciou os acontecimentos 'lembrados', mas eles encontram-se em um imaginário coletivo e emergem ou são atualizados diante de circunstâncias especiais (POLLAK, 1992).

Para Gondar (2005) a memória é uma construção. Não porque possa ser arbitrariamente definida por cada pessoa, mas porque necessita desses temas, valores e marcos para se materializar. Constrói-se a memória pelas questões que um dado ser humano faz no presente e que dependem desses rastros do passado para serem respondidas. Portanto, a memória vai além dos arquivos representativos de um povo, de um acontecimento, ou de uma cultura. A memória pode ser entendida como uma parte viva dos processos, uma vez que ela pulsa constantemente e está sempre mudando, uma vez que mesmo os esquecimentos representam invenções e, portanto, memória abrange vida e mudança (GONDAR, 2005).

Em seu livro “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, Darcy Ribeiro (2006) escreveu que os **negros** do Brasil foram trazidos na sua maioria da costa ocidental africana, distinguindo-se sobre o aspecto cultural três grandes grupos. O primeiro, é o das culturas sudanesas, temos como exemplo: os *Yourubas* chamados *nagô*, os Dahomey nomeados comumente como *gegê* e os *Fanti-Ashanti* distintos como *minas*. O segundo apresentou ao Brasil culturas **africanas** islamizadas e originárias dos povos da Nigéria, na Bahia conhecidos como negros *malé* e no Rio de Janeiro como negros *alufá*. E o terceiro, conectado por tribos *Bantu*, da hierarquia congo-angolês procedentes da Angola e do território de Moçambique. Conforme Darcy Ribeiro (2006, p. 177) “no quinto século, a rede explode, cobrindo todo o território brasileiro”, inclusive a *posteriori* o Rio Grande do Sul é incorporado.

Ramos e Smaniotto (2014) destacam que, no Rio Grande do Sul, a indústria do charque mostrou-se como a grande patrocinadora do escravismo, porém, essa mão de obra também foi utilizada para outros fins.

No pós escravismo e principalmente no fim da era das charqueadas o negro deixa de ser um mero espectador no vagão da história. O mesmo urbanisticamente e historicamente desenvolve a sua experiência de uso da propriedade de terras de forma coletiva e sustentável, por isso o seu protagonismo quebra o modelo eurocêntrico de habitar o espaço local. O negro, assim, propõe um novo modo econômico de viver, otimizando recursos, materiais e imateriais assumindo e defendendo o território. E na modernidade a proposta se amplia de maneira acirrada, onde não só o território, mas também as Leis, são fatores de manutenção e proteção do sistema social do homem negro (NASCIMENTO, 2018).

A temática racial encontra-se na agenda dos debates públicos, com maior presença, desde a Constituição de 1988, por meio da criminalização do racismo,

direito de posse a quilombolas e criação da FCP, especialmente por causa da desigualdade racial no país (LIMA, 2010). Em seguida, depois de 1995, o Movimento Negro e o Estado brasileiro se aproximaram, onde foram cobradas reivindicações mais concretas, as quais foram marcadas por dois momentos: a Marcha Zumbi de Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida (1995) e a Conferência de Durban (2001), além da I e II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, onde houveram propostas aprovadas que embasaram o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), oficializando demandas e ações passíveis de implementação.

Contemporaneamente, as Comunidades Remanescentes de Quilombos produziram um revés histórico ao desenvolver uma nova intensidade na sua comunicação ao se conectar com pesquisadores e quadros sindicais e por isso, assim, os mesmos passaram a ser parte integrante no quadro das políticas públicas brasileiras (NASCIMENTO, 2018). Dentro desse panorama tem-se a participação política de suas lideranças e instituições, como a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), que demonstram um protagonismo o qual rompe com a experiência de segregação e invisibilidade social, mostrando o seu trabalho rural que tende em acompanhar a nova conjuntura do País (NASCIMENTO, 2018).

Juntamente com os estudiosos e com os dirigentes sociais do contexto sindical, as comunidades remanescentes de quilombo, em muitas partes do país, estiveram, entre 1990 e 2016, em processo de regularização fundiária e obtenção de políticas públicas de desenvolvimento à luz da Constituição Federal de 1988. Por outro lado, é possível destacar o fenômeno do etnodesenvolvimento praticado por descendentes da matriz africana instalados em terras brasileiras como inovadoras formas de organização laboral e das relações de produção, de venda-compra e de troca, matizando a reprodução social das mazelas históricas produzidas pelo capitalismo. As estratégias de organização comunitária operam, também, na atualização de uma memória social, compartilhada, e simbolicamente significativa para outros grupos étnicos (SILVA; SILVA, 2011).

O etnodesenvolvimento mostra-se como estratégia social para Comunidades Remanescentes de Quilombo. Por meio de sua memória social e identidade expressões de como uma comunidade remanescente de quilombos constrói suas redes de pertencimento e articula narrativas sobre um passado vivido em comum.



Mas, os aspectos simbólicos do autorreconhecimento étnico e identitário não são garantias de um futuro comum.

A parcela rural negra favorece a circulação de um sistema de valores, crenças e de ideias originais, projetando ética para o viver coletivo pautados pela valorização da vida humana, da natureza e da relação dos mundos material e imaterial. Tal perspectiva aqui delinea um ato de transversalizar os campos da memória social e os bens culturais da educação popular que forjam uma formação continuada por manter uma estabilidade para a manutenção do seu projeto de vida futura.

### **3.4 Cultura e Desigualdades**

O protagonismo para o desenvolvimento sócio econômico de comunidades quilombolas depende de inúmeros fatores contextuais políticos e culturais, visando o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas. Com relação ao desenvolvimento cultural, Moreno (2007) entende que exclusões e desigualdades são diariamente definidas por significados, entendimentos e pelas categorias culturais que são transmitidas e atribuídas dentro da sociedade. Categorias culturais como relações de poder, quando tangenciados pelos de cultura ou desenvolvimento podem instrumentalizar alguns grupos sociais específicos em detrimento de outros, o que acaba por determinar "quem está fora ou dentro de um sistema, quem tem privilégios ou quem é omitido na conversa, quem é definido como sujeito ou como objeto e, a partir disso, de qual equidade ou igualdade estamos falando" (MORENO, 2007, p. 120).

Segundo Moreno (2007) para haver avanços na questão racial são necessários progressos em nível cultural a fim de que haja melhores seres humanos e cidadãos, preocupados fortemente com o bem-estar dos demais, partilhando as regalias e, por fim, "assumindo posições para passar de um conceito de equidade e bem-estar etéreo e ideal para um que possibilite o avanço humano" (p. 120).

Moreno (2007) trata de uma realidade de exclusão que enfrenta, uma vez que é fundadora da Organização Não Governamental *Manos Visibles* (2019) na Colômbia, que tem por objetivo capacitar e conectar atores para gerar ecossistemas de transformação efetiva e promover uma nova narrativa de e para regiões (colombianas) em condições de exclusão, onde os afrodescendentes e indígenas são o foco principal, por meio da capacitação para a liderança.

Nesse sentido, o que Moreno (2007) coloca, pode ajudar a compreender a realidade que quilombolas enfrentam no que se refere à desigualdade cultural. Moreno (2007) entende que é necessário enfrentar as desigualdades que são produzidas pela cultura hegemônica que discrimina e exclui, assim como observa que a “cultura” também é um mecanismo de reivindicação organização e de desenvolvimento humano.

Diante do exposto, a cultura (ou as culturas) estão associadas à produção e reprodução social, bem como à maneira como as relações sociais se estabelecem na maneira como o mundo é organizado, fundamentado em uma “perspectiva de tempo e espaço e da definição do que é humano e do que não é” (MORENO, 2007, p. 120). Além disso, a cultura se baseia na organização da experiência, registrando a memória, analisando que uma parte da memória torna-se história e, não esquecendo que nesta história, as vítimas e os invisíveis são os protagonistas (MORENO, 2007).

A invisibilidade social e a desigualdade andam de mãos dadas, uma vez que ela ocorre cotidianamente por meio da concentração da pobreza em grupos específicos em razão de suas qualidades e conceitos identitários, que a sociedade acaba marginalizando suas oportunidades (MORENO, 2007).

Lima (2010) considera que as fortes desigualdades que marcam a estrutura social brasileira, ganham contornos mais rígidos quando se inclui o recorte racial. Elas foram elementos fundamentais para que o debate sobre ações afirmativas se efetivasse no Brasil depois de 2004.

Ao marginalizar as oportunidades, tal como no exemplo em que estudantes quilombolas são tratados com inferioridade, faz com que a condição de invisibilidade e desigualdade permaneça por gerações.

Exemplos como esses trazem os aspectos políticos da cultura, onde, muitas vezes, ela desempenha um papel opressor e promotora de exclusões, quando rejeita “a diversidade de formas, modos e expressões”, produzindo categorias estéticas e negam a humanidade em seus vários estilos e manifestações, mas pode ser libertadora quando, ao contrário, funciona como mecanismo de reivindicações (MORENO, 2007, p. 120). Portanto, “a cultura é contextual, conjuntural e marcado pelo político”, conseqüentemente sendo um campo de negociação e tensões permanentes e dinâmicas (MORENO, 2007, p. 120).

Durante a pandemia (causada pelo coronavírus SARS-CoV-2) os quilombolas também sofreram invisibilidades. A Coordenação Nacional de Articulação das

Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) lançou a plataforma do Observatório da COVID-19 nos Quilombos com o objetivo de reunir dados epidemiológicos da pandemia do coronavírus entre quilombolas de todo o Brasil (ARRUTI, et al., 2021). Até 22 de setembro de 2020 foram 165 óbitos de quilombolas. O que mais preocupa é “a invisibilidade da doença nos territórios quilombolas”, pois

a maioria dos territórios está distante de hospitais estruturados e próxima a municípios onde a saúde é sucateada e onde não chegam nem mesmo os testes rápidos. Mais uma vez, deliberadamente, a população quilombola desse país é colocada no esquecimento, na invisibilidade e é excluída do processo de distribuição das políticas públicas. Neste sentido, a plataforma tem o objetivo de concentrar as informações em um espaço com frequentes atualizações (CONAQ, 2020, s/p.).

Para Honneth (2011), a invisibilidade toma como ponto de partida o não reconhecimento do outro, podendo alcançar diferentes níveis como o esquecimento, situações de desprezo e humilhação. Para o autor, as estratégias de invisibilidade consistem em olhares que perpassam os sujeitos sem enxergá-los, com o intuito de constrangê-los, especialmente caso se encontrem em locais onde são considerados intrusos. O sentimento de desprezo social aparece quando não há um reconhecimento do sujeito seja nas relações afetivas, jurídicas ou sociais, tendo por consequência um sentimento de desprezo social. Ao contrário, ainda para o autor, a visibilidade compreende princípios de reconhecimento e de admiração.

Moreno (2007) coloca que o que precisa ser combatido não é somente combater a pobreza material, mas sim a pobreza dos sentidos. Nesse ponto, uma compreensão ampliada da cultura envolve vê-la como “infraestrutura de sentido individual e coletivo, mas também seu papel na qualidade e na dignidade do ser humano, o que implica uma reflexão mais ética” (MORENO, 2007, p. 123).

### **3.5 Políticas públicas para os quilombolas e suas consequências**

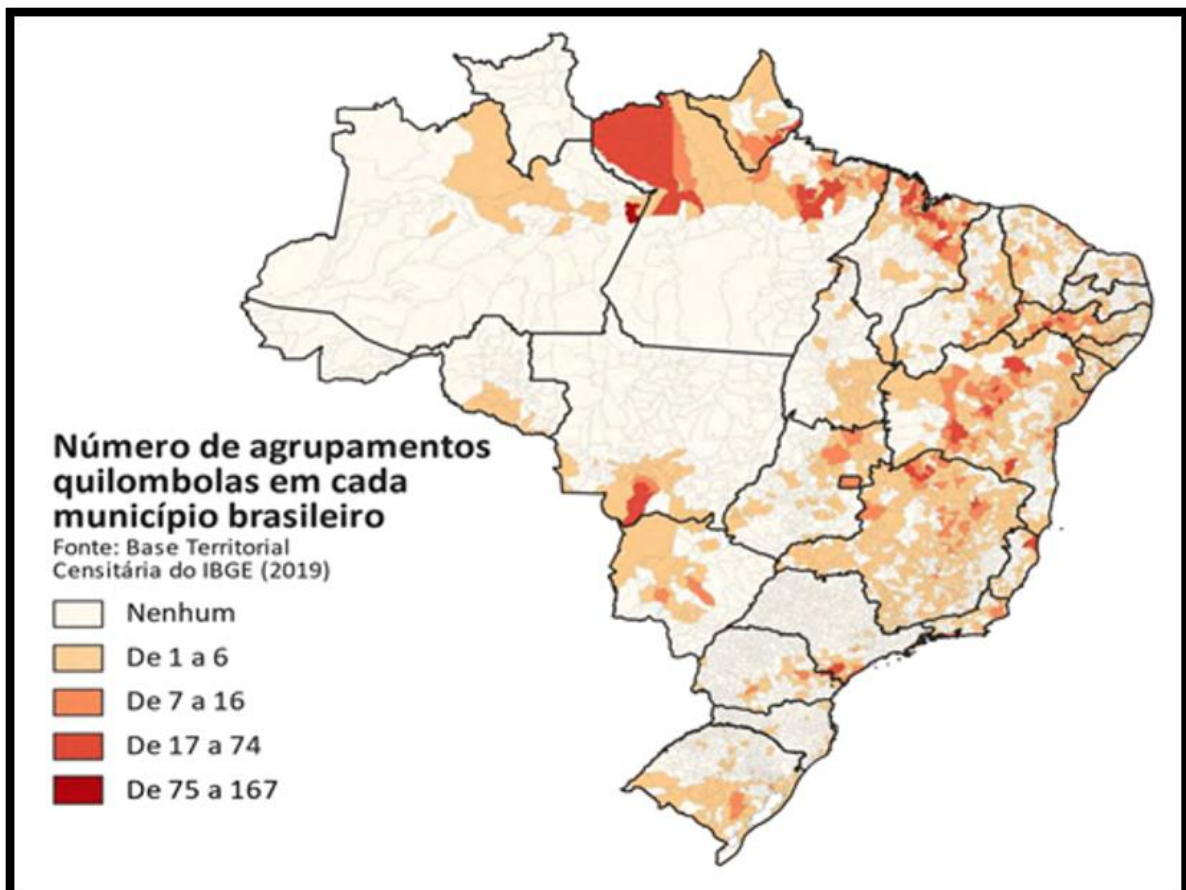
Conforme Arantes, Martins e Flit (2014) até 2014 os quilombolas estavam presentes no Brasil em 2.409 comunidades quilombolas certificadas, em 783 municípios brasileiros. Para os autores esse número demonstra a reafirmação da identidade quilombola. Para ser reconhecida pelo Estado, a comunidade se inscreve

no Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares (FCP), em 2013 cresceu 28% o número de quilombolas inscritos.

A “Pesquisa de Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas” realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mostra que, apesar das ações de políticas públicas para os quilombolas como a garantia de acesso ao território, não acarreta superar a pobreza e suas consequências como a desnutrição (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014, p. 175).

Segundo Arruti et al. (2021) a Região Nordeste tem 3.186 localidades quilombolas, em 811 municípios, a Região Sudeste tem 1.372 localidades, em 314 municípios. A Região Norte tem 890 localidades, em 123 municípios. A Região Centro-Oeste tem 253 localidades, em 90 municípios. A Região Sul tem 322 localidades quilombolas, em 136 municípios. Vejamos a seguir na figura 4.

Figura 4 – Mapa dos agrupamentos quilombolas por município



Fonte: Arruti et al. (2021).

No site da Fundação Cultural Palmares (FCP), até 2016 estavam certificadas 2.665 comunidades quilombolas. Segundo Arruti et al. (2021) dados da FCP são 3.386 comunidades quilombolas oficialmente certificadas até 2018. Como sinalizado anteriormente, a discrepância entre os números deve-se à invisibilidade dos quilombolas, que é histórica (ARRUTI et al., 2021). Depois da saída da presidente Dilma do governo, observou-se uma inação do Governo Federal com relação às causas quilombolas (ARRUTI et al., 2021). Exemplo disso foi o apagamento da FCP no governo de 2019 a 2022, bem como a falta de publicações com dados mais atualizados (ARRUTI et al., 2021). Por isso, os dados a seguir foram publicados em 2014 no relatório Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados, nos Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate pelo Ministério do desenvolvimento social e Combate à Fome (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014).

Na Pesquisa “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas” pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014), foram entrevistadas lideranças quilombolas, as quais apontaram que a identidade negra e quilombola e a participação política foi fortalecida depois da titulação, bem como aumentou o acesso a programas governamentais e diminuição de agressões contra os quilombolas em 45%. (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014).

Arantes, Martins e Flit (2014) apresentam vários dados a respeito da situação dos quilombolas brasileiros, os quais foram sistematizados no quadro 2.

Quadro 2 – Situação dos quilombolas

INDICADOR	QUANDO	O QUE	FONTE
Cadastrados no CadÚnico	2014	124.355 famílias quilombolas em 2014	CadÚnico por Arantes, Martins e Flit (2014)
	2013	113 mil famílias quilombolas	
	2013	437 mil quilombolas no CadÚnico	
	2012	61 mil famílias cadastradas no CADÚnico em 2012	CADÚnico; BRASIL, 2012

INDICADOR	QUANDO	O QUE	FONTE
Comunidades Titulados e não titulados	2018	3.386 comunidades quilombolas oficialmente certificadas	ARRUTI et al. (2021)
	2014	o INCRA acumula 1.291 processos de regularização fundiária em andamento o que indica o tamanho do passivo de regularização.	Arantes, Martins e Flit (2014)
	2014	25,3% informaram não possuir livre acesso ao território e em 21% destes casos de impedimento de acesso, a principal causa tem sido a presença de ocupantes não quilombolas (fazendeiros, grileiros, etc.)	Arantes, Martins e Flit (2014)
	2012	2176 comunidades identificadas em março de 2012	FCP e INCRA; BRASIL, 2012
	2012	1886 comunidades certificadas pela FCP em 2012	FCP e INCRA; BRASIL, 2012
	2012	1167 processos abertos para titulação de terras no INCRA em 2012	FCP e INCRA; BRASIL, 2012
	2012	190 comunidades tituladas em 2012	BRASIL, 2012
	1988 a - 2014	124 territórios quilombolas foram titulados, beneficiando 198 comunidades	Arantes, Martins e Flit (2014)
	1995-2014	Titulados 135 territórios, um total de 981,8 mil hectares para mais de 13,1 mil famílias pelo INCRA, FCP ou Institutos de Terra Estaduais,	
Renda	2014	a base da agricultura praticada prevalece de subsistência	Arantes, Martins e Flit (2014)
	2014	80% das famílias desempenham atividades agrícolas, pesca artesanal ou extrativismo.	CadÚnico por Arantes, Martins e Flit (2014)
	2014	renda média familiar per capita é de R\$120,00 em janeiro/2014	Arantes, Martins e Flit (2014)
	2014	72% se encontram em situação de extrema pobreza	Arantes, Martins e Flit (2014)
	2014	82% declaram ter renda média de até R\$140,00	Arantes, Martins e Flit (2014)

INDICADOR	QUANDO	O QUE	FONTE
	2014	79% das famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)	Arantes, Martins e Flit (2014)
	2014	59% dos chefes de domicílio declararam renda inferior a R\$140,00, superior à renda média nacional apontada pelo CadÚnico, o que sugere que a renda dos domicílios titulados é superior aos dos não titulados.	Arantes, Martins e Flit (2014)
	2012	58 mil famílias com renda per capita até meio salário mínimo em 2012	BRASIL, 2012
Investimentos	2011-2014	Pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Lei 12.512, de outubro de 2011) foram contemplados 8 estados, 35 municípios, 12 territórios, 160 comunidades, 8.645 famílias, com R\$ 18.800.998,25 em recursos investidos por meio de duas Chamadas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).	Arantes, Martins e Flit (2014)
Educação	2014	educação primária: cerca de 80% das comunidades tituladas dispunham de escolas de ensino fundamental.	Arantes, Martins e Flit (2014)
		9,2% dos casos havia escolas de ensino médio nas comunidades	Arantes, Martins e Flit (2014)
		26% dos quilombolas não sabem ler e escrever, ainda que a taxa de analfabetismo no Brasil esteja em cerca de 8%.	CadÚnico; Arantes, Martins e Flit (2014)
		nas escolas primárias, por exemplo, o conteúdo é inadequado às especificidades socioculturais da comunidade em 46% dos casos.	CadÚnico; Arantes, Martins e Flit (2014)

INDICADOR	QUANDO	O QUE	FONTE
	2013	2.238 escolas quilombolas ativas no Brasil. <sup>20</sup> Destas, apenas 73 ofertam Ensino Médio e 2.031 ofertam o Ensino Fundamental. Localizadas majoritariamente na zona rural, tais escolas contam com um total de 227.430 matrículas e 13.757 professores.	Censo Escolar 2013, do INEP,
Alimentação	2014	PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atende em média 200 mil alunos em escolas quilombolas por ano.	Arantes, Martins e Flit (2014)
Saúde		ausência de Agentes Comunitários de Saúde em 25% das comunidades quilombolas	Arantes, Martins e Flit (2014)
Infraestrutura		Programa Luz para Todos - apresenta cobertura de 99% do país, dentre os quilombolas, segundo o CadÚnico, esse dado é de 86%	Arantes, Martins e Flit (2014)
		82% usavam fossa rudimentar ou vala/céu aberto e 18% de esgotamento sanitário adequado para famílias quilombolas (percentual nacional é de 38%).	

Fonte: Organizado pelo autor, 2021.

Em 2014, Arantes, Martins e Flit (2014) anteviam uma reação de setores como agronegócio e meios de comunicação que passariam uma ideia dos quilombolas com os usurpadores e falsários, tendo como ponto central ocorrendo quando “a titulação de território quilombola, a terra é retirada do mercado de compra e venda, na medida em que os territórios quilombolas são indivisos, impenhoráveis e inalienáveis. Ou seja, a terra deixa de ser mercadoria” (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014, p. 189).

Já Teixeira e Sampaio (2019) verificaram que, mesmo com vários avanços nas políticas públicas para os quilombolas desde 2004, não foi evidenciada prioridade do governo em relação ao PBQ. Na execução orçamentária que previa entre 30 e 83 milhões de reais, em 2005 foram utilizados a porcentagem de execução do orçamento destinado 23,41%, em 2006 27,1%, em 2007 17,23%, chegando a 7,11% em 2008, subindo em 2009 para 17,22%, para 27,89% em 2010 e para 51,51% em 2011. Desde 2012 não teve mais previsão orçamentária. Para além das particularidades regionais



e das circunstâncias históricas de formação das sociedades contemporâneas ocidentais, o Brasil entre elas, as discussões sobre memória social envolvem verdadeiros embates (POLLAK, 1992). Não poderia ser diferente: quer seja no senso comum ou entre autores como Halbwachs (2006) e Candau (2011), memória e identidade são tratadas conjuntamente. Tudo acontece como se, para se garantir no tempo e no espaço, uma certa sociedade necessita-se da “qualidade de suas memórias compartilhadas ou coletivas” (NASCIMENTO, 2018, p. 12).

Sob os pontos de vista colocados até aqui, pode-se dizer que a memória social das políticas públicas constituintes do acesso tem relação com a memória cultural e as matrizes dos povos de origem africanas (SÁ, 2007). As comunidades quilombolas utilizam as suas terras para reprodução social, para tematizar memórias coletivas e culturais. Assim, mantêm-se vivas as práticas culturais que evidenciam a ancestralidade negra do grupo (SILVA; SILVA, 2011; NASCIMENTO, 2018).

As evidências indicam que o desenho das políticas públicas voltaram-se para as comunidades quilombolas, de maneira mais expressiva neste século XXI, porém estas comunidades têm suas origens seculares no Brasil. Pode-se refletir sobre o esquecimento histórico deste segmento da população que encontra-se, de certa forma, institucionalizada. Tal esquecimento faz parte da memória social brasileira, e não ocorre por acaso, mas com uma intencionalidade (GONDAR, 2005).

Na análise dos dados, os elementos que mais chamaram a atenção demonstram-se que 72% dos quilombolas se encontravam em 2014, em situação de extrema pobreza e 80% dessas famílias buscam tirar seu sustento de atividades agrícolas, pesca artesanal ou extrativismo (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014).

Essas evidências mostram que, mesmo em momentos de políticas públicas voltadas para os quilombolas (PBQ - 2005 a 2011), a sua invisibilidade permaneceu. Em uma análise sob o ponto de vista dos estudos de memória social, pode-se refletir sobre o esquecimento, de certa forma institucionalizado, deste segmento da população, o que conduz à demarcação de fronteiras sobre acontecimentos de ordem cultural (POLLAK, 1992), levando ao questionamento: em prol de qual ordem cultural o esquecimento que conduz à invisibilidade das comunidades quilombolas está servindo?

Quando 72% dos quilombolas se encontravam em 2014, em situação de extrema pobreza, o que significava quase 100.000 famílias que passam por muitas necessidades e dificuldades, inclusive podendo passar fome e desnutrição. Observa-

se nestas evidências um não reconhecimento do outro, que direta ou indiretamente envolve desprezo e esquecimento, caracterizando a invisibilidade (HONNETH, 2011) de um segmento da população brasileira.

Portanto, observa-se que a criação e implementação de políticas públicas para os quilombolas de 2004-2014 podem se relacionar com a sua memória social. As análises indicaram que mesmo em épocas de políticas públicas voltadas para os quilombolas, as evidências indicam que, por quais motivos fossem, não houve eficácia para a aplicação dos orçamentos previstos para a PBQ de 2004 a 2012. Esse aspecto denota evidência do não reconhecimento (HONNETH, 2011) das suas necessidades, continuando, de certa forma, com a invisibilidade, o que acaba impactando na identidade das comunidades quilombolas.

Mesmo em um cenário nada animador, para Arantes, Martins e Flit (2014) a presença dos quilombolas em 2.409 comunidades em 2014 significa uma reafirmação da identidade quilombola. Eles reconhecem avanços que as políticas públicas voltadas para os quilombolas lhes trouxeram. Até 2016 foram certificadas 2.665 comunidades quilombolas e até 2018 a quantidade de 3.386 (ARRUTI et al., 2021). Porém, depois de 2018, muitos retrocessos em termos de políticas públicas para os quilombolas ocorreram, inclusive com o apagamento da FCP no atual governo, bem como a falta de publicações com dados mais atualizados (ARRUTI et al., 2021), o que caracteriza-os com uma maior invisibilidade nos dias atuais. Os dados para análise são também conflitantes e escassos, sendo mais um lado da moeda da invisibilidade.

### **3.6 Sustentabilidade, quilombolas e memória social**

De acordo com Freitas o tema da sustentabilidade, tem sido entendido como a solução para a preservação do meio ambiente, a fim de tornar possível a manutenção da existência dos seres vivos no planeta Terra, isso, por meio de novas atitudes a serem implementadas no cotidiano de todos os indivíduos (IAQUINTO, 2018). A autora coloca que o

[...] princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar. (FREITAS, 2012, p. 41).

Neste sentido, Freitas (2012) analisou a presença de dimensões da sustentabilidade em várias áreas das relações humanas, sendo constatado a existência de dez dimensões, quais sejam: dimensão ecológica ou ambiental, dimensão econômica, dimensão social, dimensão espacial ou territorial, dimensão cultural, dimensão política (nacional e internacional), dimensão jurídico-política, dimensão ética, dimensão psicológica e dimensão tecnológica.

De acordo com Peralta (2012) é sabido que o modelo atual de produção é insustentável e que torna-se necessário discutir outras formas de desenvolvimento mais voltados para uma sociedade justa e que mude radicalmente a relação do ser humano com a natureza.

Para Rothberg (2015) "os processos de memória são construídos dialeticamente em troca simbólica com quadros sociais e institucionais mais amplos, e com bases sobre as quais se assentam os enquadramentos coletivos que influenciam as lembranças individuais" (ROTHBERG, 2015, p. 139). O autor apresenta uma ligação entre a memória social e forças institucionais em relação a aspectos de sustentabilidade, tal como debatido nesta tese.

Rothberg (2015) cunhou o termo memória de engajamento a partir da análise de comitês gestores da crise hídrica de 2014. Para o autor, as memórias de engajamento devem ser "acumuladas por indivíduos e grupos sociais em suas experiências na luta pela gestão com justiça social de recursos hídricos" (p. 141). E mais, o autor entende que se torna necessária a "ativação, a recuperação e a circulação de memórias de engajamento, por meio de projetos de pesquisa em comunicação que fundamentem a criação e manutenção de repositórios digitais" (ROTHBERG, 2015, p. 141). Nesse sentido, pode-se pensar que as memórias de engajamento podem ser aplicadas à sustentabilidade dos quilombolas.

Os quilombolas enfrentam adversidades ambientais como secas e enchentes, bem como o desmatamento ao redor de nascentes de água, entre outros danos ambientais. Em sua memória social, podem ter soluções para enfrentar este tipo de desafio, tornando-se um 'recurso de resiliência' e servindo como um ativo destas comunidades para enfrentar atribulações que são multiplicadas pela mudança climática global (ROTHBERG, 2015).

Rothberg (2015) faz uma leitura sobre os comitês da crise hídrica que ele analisou. Tal entendimento pode ser levado aos comitês gestores quilombolas, entendendo sua atuação como "espaços de participação política que podem se

beneficiar do registro e da exposição pública das memórias de seus integrantes" (ROTHBERG, 2015, p. 141). Nesse sentido, a memória social foi "caracterizada como ativo capaz de fortalecer a articulação social, uma vez recuperada, preservada e recirculada adequadamente em sistemas digitais" (ROTHBERG, 2015, p. 141). Tem-se aqui uma importante ligação entre os aspectos teóricos da memória social e aspectos da vida prática voltados para a sustentabilidade, a partir da memória de engajamento.

Nesse sentido, as distintas maneiras com que os quilombolas se organizam socialmente, como se relacionam com os recursos naturais e também como articulam-se em comitês destacam a alta relevância da memória social encarnada no seu dia-a-dia e pode ser entendida como uma memória de engajamento.

#### 4 ROTA ANALÍTICA: SUSTENTABILIDADE E ETNODESENVOLVIMENTO NO QUILOMBO VÓ ELVIRA

O trabalho da pesquisa no campo empírico, entrelaçado com ideias e pensamentos, encruzilhadas e subjetividades, na busca de sentidos desvela a presente seção.

Neste sentido, destaca-se o trecho do diário de campo de 17/10/2021 que explica os primeiros contatos com a comunidade em tela.

O deslocamento pela BR 116 e chegada ao quilombo em Pelotas levaram em torno de 3hs de viagem. No quilombo as precárias condições das vias de acessos, já demarcam as desigualdades pelas estradas muito esburacadas. Chegando a residência dos familiares de Vó Elvira, fundadora da CRQ, a qual leva seu nome. Iniciei a conversa com as pessoas presentes, os irmãos Eder e Leandra, netos da Senhora Elvira. Por se tratar de um domingo e estando perto do meio-dia (horário de almoço), abreviei apresentações, pois a dinâmica da conversa eram os objetivos da pesquisa: colher informações para a pesquisa. Esta visita ao Quilombo Vó Elvira, localizada no 9º Distrito (Monte Bonito) do município de Pelotas, no sul do estado do Rio Grande do Sul enseja em mim, o axé, energia vital, que me abastece corporalmente os sentidos, preparando-me para ouvir a ancestralidade que permanece nos quilombos e em mim, memórias dos sacrários culturais de saberes e humanidades ancestrais negras (Diário de Campo, 17/10/21).

Após a única visita presencial de contato, este autor foi desaconselhado a continuar as visitas presenciais devido a pertencer ao grupo de risco para a COVID-19. Por isso, foi realizada uma opção metodológica por seguir com a pesquisa a partir de dados secundários. Assim, um levantamento de dados demonstrou que o conteúdo do “Documentário sobre a Comunidade Quilombola Vó Elvira (2018)” seria grande aliado. No quadro 1 apresenta-se os entrevistados no vídeo, dos quais foram analisadas algumas falas, coerentes com o objetivo desta pesquisa. Foram entrevistados quatro participantes com idades que variaram, (em 2018) de 32 anos até a 72 anos, dois homens e duas mulheres, todos moradores da Comunidade Quilombola Vó Elvira.

Quadro 3 – Participantes da Pesquisa

Nome	Idade	Localidade
Antônio Leonel Rodrigues Soares	49	Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas
Leandra Ribeiro Fonseca	32	Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas
João Francisco de Matos Fonseca	76	Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas
Vanda Ribeiro Fonseca	72	Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2022).

A seguir apresenta-se a imagem dos quatro entrevistados no vídeo publicado por Monica Gonzales em 2018, na foto observa-se da esquerda para a direita Leandra, Vanda, João Francisco e Antônio Leonel.

Figura 5 – Imagem dos entrevistados



Fonte: Imagem capturada do vídeo Documentário sobre a Comunidade Quilombola Vó Elvira (2018) [1m05s].

A respeito da origem da denominação da Comunidade Quilombola Vó Elvira, Antonio Leonel explica que o motivo

foi para homenagear a pessoa que ali estava reunida junto com a gente e contou a história do lugar, e que a gente não sabia, era a pessoa respeitada, pois era a pessoa mais velha, quer dizer, hoje tem muitas responsabilidades, não só pelo nosso nome, mas também a memória dessa pessoa.

A fala de Antonio Leonel demonstra respeito e responsabilidade pela memória da senhora Elvira. Ao explicitar que a comunidade tem responsabilidades, uma vez que o nome da Vó Elvira está envolvido, evidencia-se um entendimento de memória para o entrevistado contém um componente dinâmico, concordando com Quadros, Karnopp e Cadona (2022) de que a memória é uma construção simbólica que se redefine as práticas sociais diárias.

No vídeo, Leonel referiu que existem 122 comunidades no estado do Rio Grande do Sul. Somente na região sul do estado, que contempla 22 municípios, estão 43 comunidades quilombolas. Sobre a memória, a trajetória de conquista dos quilombolas, Leonel expos:

[...] lembro que a gente conversava sobre este assunto, **o meu pai não gostava de lembrar, nem falar daquele tempo**, mas acho que mudou bastante, em virtude das dificuldades, incentivaram. Aí iniciou-se ter novas oportunidades, com as políticas públicas, propiciando avanço com a luta do movimento negro e quilombola no Brasil (2001) com eleição do presidente Lula.

Completa afirmando que, por **pressão do movimento**, o governo criou uma política pública para os quilombolas, “pois tinha que ter uma política para este grupo que nunca teve acesso à moradia, terra, educação”. (ANTONIO LEONEL, 2018). Nesse sentido, Sá (2007) lembra a respeito da memória social das políticas públicas, as quais entende que estão intimamente relacionadas ao movimento negro, bem como evidencia-se uma tematização da memória coletiva das comunidades quilombolas.

Além disso, segundo Rothberg (2015) a memória é fruto de uma construção social ligada a grandes quadros sociais e institucionais. A partir desses enquadramentos as lembranças individuais se ancoram. Então, quando Antonio **Leonel diz que o pai dele não gostava de lembrar da trajetória** de conquistas dos quilombolas, o que pode estar evidenciando justamente a falta de políticas públicas naquele tempo, uma vez que as primeiras iniciativas ocorreram neste século. Além disso, pode também ter relação com o esquecimento histórico das comunidades negras e quilombolas. Gondar (2005) coloca que este esquecimento teve uma intencionalidade para ocorrer, o que gerou sofrimento, denotado pelo fato do pai do entrevistado não gostava de conversar sobre o passado do movimento negro. **Pode-se ir além e sinalizar evidências de uma tentativa de um apagamento epistemológico.**

Pode-se ir além a respeito do pai de Antonio Leonel não gostar de lembrar do passado, pois “o ato de **silenciar** é um imperativo das relações de dominação sobre a população negra, por meio do poder do branco sobre o negro, que o cala e o faz sentir-se culpado por isso, provocando dor” (JESUS; COSTA, 2018, p. 328). São



diferentes evidências de que a voz do negro deve ser calada como consequência dos atos de dominação.

Leandra, que é neta da Vó Elvira, contou que os negros “ficaram nas fazendas no fim da escravidão, os negros tiveram que resistir nos quilombos para sobreviver, não sabiam ler nem escrever, muitos continuaram escravizados, não como antes, mas com alguma terra para plantar”, contudo, ainda não tinham o “direito à propriedade da terra, mas trabalhavam para o dono, como propriedade dele”. Apesar da entrevistada se referir às características dos primórdios dos quilombos, deve-se lembrar que, em 2014, 72% da população quilombola estava em situação de extrema pobreza e que 80% deles buscavam se sustentar com a agricultura, pesca artesanal ou extrativismo (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014).

Caetano (2021) apresenta uma fotografia de uma casa da CRQ Vó Elvira, imagem capturada por Jaime Laureano e apresentada na mostra "Terra é Poder" (2018) na Casa 6 de Pelotas (CAETANO, 2021).

Figura 6 – Casa da CRQ Vó Elvir



*Fotografia integrante da mostra “Terra é Poder”, realizada pelo artista Jaime Laureano no Quilombo Vó Elvira*

Fonte: Caetano (2021).



Diante disso, observa-se a importância do etnodesenvolvimento, o qual demanda práticas de igualdade racial e desenvolvimento étnico que podem levar à cidadania e igualdade. Conforme o Programa Brasil Quilombola (2005) uma premissa do etnodesenvolvimento é o respeito da diversidade cultural das comunidades embasado no diálogo e participação, valorizando formas distintas de conhecimento, valores, práticas e necessidades de cada uma. Uma evidência que pode ser entendida como uma materialização de aspectos culturais são as bonecas confeccionadas no Quilombo Vó Elvira, tal como expostas na mostra Terra é Poder, exposição promovida pela Secretaria de Cultura de Pelotas (Secult) em 2018, no Casarão 6, na Praça Coronel Pedro Osório de Pelotas/RS.

Imagem 7 – Artesanato confeccionado por quilombolas da CRQ Vó Elvira



Fonte: Parte da imagem disponibilizada por Lima (2018).

Os quilombolas da Comunidade Vó Elvira trazem marcas de sua invisibilidade, que se pode perceber na fala do Antonio Leonel:

Eu acho que [invisibilidade] é consequência pelo fato deles **enxergarem a gente como inferior, achar que a gente não tem condições** de fazer um empréstimo num banco, qualquer coisa. Até chegar numa loja, as pessoas **ficarem cuidando para ver se não vai roubar nada**, então a gente sempre foi rotulada, **ficando difícil retirar esse rótulo que a gente faz coisas erradas**. Então, isso são **consequências que vão ficar por muito tempo, de a gente sermos inferiores**, para algumas coisas, somos visíveis, e para outras invisíveis. (ANTONIO LEONEL, 2018).

A fala de Antonio Leonel é muito elucidativa a respeito das consequências do racismo em diferentes âmbitos. Consequências em nível individual com prejuízo em termos de sofrimento mental, grupal em detrimento de toda a coletividade negra. Especialmente quando Antonio Leonel diz que as pessoas "**enxergarem a gente como inferior, achar que a gente não tem condições** de fazer um empréstimo num banco, qualquer coisa. Até chegar numa loja, as pessoas **ficarem cuidando para ver se não vai roubar nada**" representam "características que são atribuídas aos indivíduos – no plano imediato – são mediadas pelo racismo" (JESUS; COSTA, 2018, p. 330-331), gerando um impacto cruel na subjetividade das pessoas negras, uma vez que promove a inferiorização e consequências na sua personalidade como "timidez, baixa autoestima, insegurança, dificuldade de relacionar-se. Percebidos isoladamente, os indivíduos podem ser resumidos a tais características, definidoras de suas personalidades" (JESUS; COSTA, 2018, p. 331).

As evidências indicam que o racismo se apresenta de maneira nada sutil no dia a dia, demarcando um espaço de não merecimento para compartilhar espaços como o acadêmico. Pode-se ver as evidências da fala de Leandra:

Invisível no trabalho braçal!! Para a gente a questão é: como tu conseguiu entrar na Universidade? A gente estar num banco!! Estar numa loja!! Eles estão cuidando a gente, estão sempre atrás da gente pensando que vamos pedir alguma coisa para eles. **Ficam sempre com outro olhar para a gente, como se não tivéssemos condição de estar ali.** Comprar um lanche, ou almoçar, a gente na universidade, Como tu conseguiste entrar? Como passou? Leandra: é que eu tive capacidade de estudar e passar como toda as outras pessoas. Em qualquer lugar, o negro não tem condições de adquirir coisas. (LEANDRA, 2018).

Para Sodré (2023, s/p.) o racismo brasileiro não é estrutural, como ocorre nos Estados Unidos ou na África do Sul, pois aqui "não é a lei que exclui, não é a empresa que não emprega negro. O principal mecanismo é a negação". Sodré (2023) continua explicando o racismo brasileiro por meio do mecanismo da negação:

E que tipo de negação? A que exclui o negro como pessoa igual ao branco no comportamento, no pensamento, na emoção. E essa negação atinge tanto o racista quanto o objeto do racismo. Nenhum racista, a não ser os de grupos neofascistas, admite que é racista. É, mas diz que não é. A negação **é um mecanismo ao mesmo tempo excludente e ao mesmo tempo defensivo.** Isso só é possível fora de uma estrutura. Isso não faz sentido dentro de uma estrutura. Dentro de uma estrutura, você sabe quem é negro e quem é

branco. Aqui no Brasil essas escalas são móveis, tanto que as pessoas mudam de cor em registro de nascimento, em declaração do censo nas políticas de cotas ou por autodeclaração de políticos. Tem o exemplo gritante do que aconteceu no Congresso Nacional, onde 80 pessoas, entre deputados e senadores, mudaram de cor. Se autodeclararam pardos, negros ou indígenas para preencher as cotas partidárias. O ACM Neto foi outro caso nessa linha. O que quero dizer com isso? Que no Brasil o negro é um lugar móvel." (SODRÉ, 2023, s/p.).

Sendo assim, quando Leandra diz que "Em qualquer lugar, o negro [é visto como aquele que] não tem condições de adquirir coisas" também pode ser explicado pelo mecanismo de negação explicado por Sodré (2023), que se refere àquela que "exclui o negro como pessoa igual ao branco no comportamento, no pensamento, na emoção" e diariamente em micro comportamentos como na universidade, no banco, em uma loja, tendo a negação como um mecanismo excludente.

Para Moreno (2007) somente haverá avanços na questão racial, quando houver avanços em termos culturais, no sentido de que haja mais pessoas que se preocupem verdadeiramente com o bem-estar dos demais. Para a autora Moreno (2007) enquanto não se enfrentar a desigualdade cultural produzida pela cultura hegemônica que é determinante e excludente.

Quando o assunto é a agricultura, Antonio Leonel relata sobre os primórdios da comunidade Vó Elvira

naquela época não se tinha arame para demarcar o território, as pessoas foram avançando e deixando pra nós num canto, separados dos recursos naturais (com falta de água), o que não foi diferente para as demais comunidades da região. As áreas eram maiores naquela época, não tinha arame para demarcar o território, com avanço dos limites, ficamos num canto, sem água e com pouca terra (ANTONIO LEONEL, 2018).

A fala de Antonio Leonel pode ser analisada do ponto de vista institucional, uma vez que observa-se forças institucionais que foram levando a comunidade Vó Elvira, assim como outras da região, para pequenos pedaços de terra, onde tinha menos recursos como água e mesmo a própria quantidade de terra para sobreviver da agricultura. Dessa maneira, Rothberg (2015) entende que as forças institucionais podem ter contribuído para um distanciamento da sustentabilidade. Mesmo depois da implementação do Programa Brasil Quilombola, observa-se dificuldades nas comunidades quilombolas, como fome e desnutrição, pois em 2014 72% dos quilombolas brasileiros encontravam-se em situação de extrema pobreza (ARANTES; MARTINS; FLIT, 2014).

A situação de pobreza pode ter relação com a legitimidade da propriedade da terra. Antonio Leonel destaca a importância da terra para a comunidade Vó Elvira:

Não viemos à toa da África, pois o que temos de construções, e também na agricultura, a gente veio para trabalhar e trabalhar entre muitos agricultores. **É que falta terra**, essa é uma luta que hoje é questão de ameaças e perigos, perigo ainda não tem muito, por que não tem e ainda não se mexeu com isso, conseguimos alguns avanços, mas a terra é fundamental. (ANTONIO LEONEL, 2018).

Antonio Leonel (2018) aponta um dos aspectos da sustentabilidade que é a territorial/espacial, uma vez que a maioria dos quilombos encontra-se na zona rural, bem como apresentam dificuldades de legitimidade jurídica no que se refere à posse da terra. Recorre-se à Rothberg (2015), para o qual as forças institucionais podem conduzir à insustentabilidade, o que pode ser aplicado ao contexto quilombola, mesmo quando a terra tem certa legitimidade institucional, como coloca Antonio Leonel (2018).

Quando se fala de terra vai haver muita repressão e conflito com quem tem terra, no passado, e quem tem terra hoje, quem tem terra tem poder. Tem como entrar no banco, essa luta por terra para nós é importante, se eu tiver 3000 hectares de terra posso chegar num banco e fazer um baíta de um empréstimo, só que a comunidade tem medo de fazer essa luta, já tem no RS 5 comunidades tituladas e regularizadas pelo INCRA. Foi feito um levantamento através de laudo antropológico para estabelecimento dos limites das propriedades para ver se a área era maior ou menor (INCRA), no caso nosso da VÓ ELVIRA, como já fomos reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, nós já temos também processo no INCRA, agora tem que fazer um Projeto, para que possa fazer o estudo da comunidade. (ANTONIO LEONEL, 2018).

Especificamente sobre sustentabilidade, concorda-se com Sachs (2002) para o qual ela apresenta seis pilares principais: ecológica (abrangendo ecológica, ambiental), econômica, social, territorial, cultural e política (abrangendo a nacional e internacional). Diante disso, a seguir apresenta-se cada uma contextualizada a partir das discussões e achados deste trabalho.

Quadro 4 – Sustentabilidade no contexto quilombola

Sustentabilidade	Entendimento	Contexto quilombola	Evidências na CRQ Vó Elvira
Ecológica	Uso de recursos, geração de	Conexão com a agricultura sustentável e	-Agricultura sustentável; - Abertura de poços;

<b>Sustentabilidade</b>	<b>Entendimento</b>	<b>Contexto quilombola</b>	<b>Evidências na CRQ Vó Elvira</b>
	resíduos, consumo, proteção ambiental	práticas ambientalmente favoráveis	- Quintal e horta.
<b>Econômica</b>	Recursos financeiros e econômicos, comércio justo	Comercializar produtos proveniente do quilombo (agricultura, artesanato), acesso a financiamentos	-Comercialização de produtos agrícolas cultivados no quilombo (legumes e verduras) derivados do quintal e horta. - Feira Agroecológica Quilombola; -Resistência a empréstimos bancários; -Conquista do Talão de Produtor Rural; -Venda de artesanato. -Insegurança alimentar.
<b>Social</b>	Equidade e bem estar social, acesso a recursos	Desenvolver capacidade de empoderamento, respeito à justiça social e direitos humanos	-Evidências de efeitos de injustiça social sobre a subjetividade; -Enfrentamento do racismo; -Empoderamento pela união no Comitê Quilombola e outros
<b>Territorial/ Espacial</b>	Distribuição espacial dos recursos em termos de campo e cidade	Reconhecimento do território quilombola, gestão sustentável dos território quilombola, conservação de ecossistemas	-Relativamente à quantidade de pessoas, pouca extensão territorial (5 hectares); - Reconhecimento do território;
<b>Cultural</b>	Diversidade cultural, respeito às tradições	Identidade e cultura quilombola, resgate e transmissão de conhecimentos tradicionais quilombolas e autodeterminação cultural	-Respeito aos conhecimentos e memórias dos antepassados; - Compartilhamento dos conhecimentos sobre agroecologia (horta, pomar, etc).
<b>Política</b>	Participar das decisões, democracia, voz ativa	Representatividade em conselhos e nas políticas públicas, empoderamento político no contexto micro e macro político	- Publicação no Diário Oficial da União sobre a posse da terra como CRQ (22/03/2010). -Participação ativa no Comitê Gestor Quilombola de Pelotas -Empoderamento político

Fonte: Adaptado de Sachs (2002).

A partir do que vem sendo discutido nesta seção analítica, observa-se que o etnodesenvolvimento busca respeitar a valorizar a diversidade cultural das

comunidades quilombolas por meio da sua participação ativa, valorizando distintas formas de conhecimento, práticas culturais e demandas (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2005).

A sustentabilidade e o etnodesenvolvimento são irmãos gêmeos quando se trata de pensar sobre o contexto das comunidades quilombolas, dado que eles têm objetivos em comum, como o respeito à cultura e identidade dos quilombolas; preservação dos recursos naturais de forma sustentável; desenvolvimento das competências locais; equidade de direitos e a promoção da inclusão social entre outras.

Para o autor, as **memórias de engajamento** devem ser "acumuladas por indivíduos e grupos sociais em suas experiências na luta pela gestão com justiça social" (ROTHBERG, 2015, p. 141). Rothberg (2015) se refere à experiência com comitês de recursos hídricos, mas o mesmo pode ser estendido para o contexto dos comitês quilombolas, no que se refere às memórias de engajamento. Nesse sentido, a trajetória do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas iniciou em 2015 como uma política de governo municipal. Por meio da participação ativa de vários representantes de quilombos, tendo representante da CRQ Vó Elvira desde o início, conseguiram-se avanços. Tais avanços referem-se à conquista do Talão de Produtor Rural, facilitação de cadastro do CADÚnico, mutirão para recadastramento no Bolsa Família, capacitações, além de acesso a recursos básicos como a água por meio de reforma ou construção de fontes e redes de água nas comunidades quilombolas pelotenses. Outro importante avanço foi o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em que os quilombolas vendem parte da produção de alimentos na Feira Agroecológica Quilombola no pátio da Biblioteca Pública Municipal de Pelotas.

Pode-se evidenciar que a memória de engajamento capitaneada pelo Comitê Gestor Quilombola de Pelotas vem combater um apagamento epistemológico voltado para os negros quilombolas por meio da memória social como estratégia que a comunidade se apropria. Sendo assim, a experiência da comunidade e sua vivência nesse processo de produção da política pública mostra um contraponto no qual essa comunidade vai buscar forças, identificar no seu passado histórico, na sua ancestralidade para sustentar uma participação social para fazer valer os seus direitos e seus valores culturais na maneira que ela se organiza, nesse sentido a memória de engajamento é fundamental.

O sucesso do comitê foi o reconhecimento institucional por meio do 04 de maio de 2023, quando foi assinado pela prefeita municipal de Pelotas o "Decreto 6.715/2023, que institui o Comitê Gestor Quilombola em Pelotas, o primeiro no Rio Grande do Sul". Observa-se que tal comitê pode ser entendido como um lócus de memória de engajamento, que serve como um espaço de participação política com o protagonismo da memória social. Sendo assim, serve para esta experiência o entendimento de Rothberg (2015) em que a memória social foi "caracterizada como ativo capaz de fortalecer a articulação social" (ROTHBERG, 2015, p. 141) em prol da sustentabilidade da comunidade quilombola, reificada nas práticas sociais do comitê em tela.

Sendo assim, a memória de engajamento se mostrou como importante mecanismo pelo qual a comunidade pode pensar a perspectiva da sustentabilidade dentro da questão do etnodesenvolvimento. Evidenciou-se o protagonismo da comunidade Vó Elvira, em um comitê com outras comunidades quilombolas, pode provocar avanços consideráveis, do ponto de vista da criação de mecanismos potentes de sustentabilidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente trabalho, recorro o **objetivo geral** que foi analisar como ocorre a sustentabilidade na comunidade Quilombola Vó Elvira sob a compreensão da memória social e do etnodesenvolvimento. Os resultados demonstraram evidências de que o esquecimento histórico da sociedade em relação às comunidades negras e quilombolas afetam diversos aspectos de suas vidas tais como a qualidade de vida e até a própria subjetividade. Segundo os resultados, esse esquecimento histórico que gera sofrimento físico e subjetivo aos quilombolas, não é fruto de mero acaso, mas consequência de uma intencionalidade, nomeadamente, para esta tese, como um apagamento epistemológico. Sendo assim, o silenciamento (reportado nos dados em termos de não gostar de falar do passado) pode ser consequência dos atos de dominação como procurar meios para calar a voz dos negros.

Outro aspecto salientado refere-se ao impacto na subjetividade das pessoas negras em função de características mediadas pelo racismo que são depreciativas, provocando consequências em termos de sofrimento mental e na própria personalidade como baixa autoestima, insegurança e timidez. As análises identificaram que os quilombolas da CRQ Vó Elvira enfrentam um racismo pouco sutil em contextos coletivos como universidades, bancos e lojas, sendo a eles atribuído um espaço intersubjetivo de não merecimento. As experiências vivenciadas pelos quilombolas da Vó Elvira evidenciam o que Sodré (2023) denomina de mecanismo de negação da sociedade que se recusa a aceitar o negro como uma pessoa igual ao branco em termos de comportamento, pensamento e emoção.

As análises indicaram que a sustentabilidade na CRQ Vó Elvira tem avançado, especialmente nos aspectos de agricultura sustentável e comercialização de produtos agrícolas, abertura de poços, conquista do talão de produtor rural, respeito à memória dos antepassados. Por outro lado, observa-se que carece aos quilombolas acesso pleno à saúde, outras fontes de renda além da venda de legumes e verduras, insegurança alimentar, baixa extensão territorial, etc.

A criação e institucionalização do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas foi um dos principais avanços em termos de **sustentabilidade** para a CRQ Vó Elvira. Um dos representantes deste comitê é líder comunitário da Vó Elvira. A partir do trabalho deste Comitê Gestor Quilombola foram conquistados diversos avanços para os



quilombolas de Pelotas tais como a abertura de poços, facilidade para a comercialização de produtos agrícolas, direito ao Talão de Produtor Rural entre outras. Percebe-se que premissas do **etnodesenvolvimento** norteiam ações do Comitê, uma vez que leva em consideração sua diversidade cultural, seus conhecimentos e linguagens.

Portanto, observa-se que a **memória social** na CRQ Vó Elvira tem ligação com a sustentabilidade, uma vez que é ativada pelas memórias de engajamento, concretizadas pela participação política por meio do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas. A **memória de engajamento**, que pode ser entendida como ativo de mobilização social (ROTHBERG, 2015) voltada para os ganhos coletivos dos quilombolas de Pelotas, por meio de esforços de cooperação entre diferentes instâncias políticas em nível micro (dentro dos quilombos) e macro (envolvendo município, estado e país).

Para além destas evidências, pode-se considerar que as comunidades Quilombolas tem capacidade de auto sustentabilidade desde que tenham reconhecimento. Pode-se entender que os resultados apontaram para uma memória social da sustentabilidade, evidenciada na comunidade remanescente do Quilombo Vó Elvira, a qual centra-se nas memórias de engajamento funcionando como importante ativo de mobilização social, proporcionando ganhos coletivos dos Quilombolas de Pelotas, concretizada pela participação política por meio do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas, na perspectiva do etnodesenvolvimento.

Quanto a tese da pesquisa que é de que as comunidades quilombolas têm capacidade de auto sustentabilidade, desde que tenham reconhecimento, por parte do estado democrático de direito, acesso e participação em decisões sobre políticas públicas para as comunidades tradicionais, e sejam consultadas sobre suas necessidades e assim como atendidas por programas de formação profissional de aplicação geral, artesanato, agricultura, indústrias rurais e comunitárias, atividades tradicionais e de subsistência. Percebe-se que a tese é em parte aceita visto que existe reconhecimento estatal conforme aponta os dados de certificação da comunidade Vó Elvira. Também é verdade que a comunidade acessa as decisões de políticas públicas por parte do comitê gestor quilombola do município de Pelotas, mas sem acesso direto às elaborações de leis nacionais, restringindo-se às atividades de subsistência. Porém, os resultados apontaram que a memória de engajamento pode funcionar como um **importante ativo de mobilização social, a qual proporciona**

**ganhos coletivos aos Quilombolas, concretizado com a criação e a institucionalização do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas, na perspectiva do Etnodesenvolvimento.**

**Portanto, evidenciou-se o protagonismo como eixo principal da comunidade Quilombola Vó Elvira, no que se refere à sua sustentabilidade numa perspectiva do etnodesenvolvimento, em que a memória social cumpre uma função estratégica, vinculada à participação social dessas comunidades,**

Desta forma, espera-se que este estudo possa aprofundar de forma radical a participação social democrática na elaboração e construção de políticas públicas de cunho etnodesenvolvimentista em especial no que diz respeito às comunidades quilombolas.

## REFERÊNCIAS

- ACADÊMICA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Universidades Públicas Respondem por mais de 95% da Produção Científica do Brasil**. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- ALMEIDA, Mayra Porto de. **Olha os pirangueiros!** Territorialidade étnica e direitos humanos no município do Conde/PB. 2015, 136f. Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Território Quilombola, Etnodesenvolvimento e Turismo no Nordeste de Goiás. **Curitiba**, v. 40, p. 130-144, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/46121/32970>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ALVES, Tanize Tomasi. **O comportamento relacional nos processos regionalizadores cotidianos: um estudo comparativo entre os quilombolas de São João e Santa Cruz – PR**. Tese de doutorado em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná. 2017.
- ARAÚJO, Laís Gois de. **A prática educativa da mandiocada nas comunidades quilombolas Tabuleiro dos Negros e Sapé - Alagoas**. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.
- ARCHANJO, Elaine Cristina Oliveira Farias. **Oriximiná terra de negros: trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.
- ARRUTI, José Mauricio. **Mocambo**. Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.
- ARRUTI, José Mauricio et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. AFRO. **Informativo Desigualdades raciais e Covid-19**, janeiro 2021. Disponível em: [https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/informativo-6-o-impacto-da-covid-19-sobre-as-comunidades-quilombolas\\_1.pdf](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/informativo-6-o-impacto-da-covid-19-sobre-as-comunidades-quilombolas_1.pdf). Acesso em: 05 ago. 2021.
- ARANTES, L.L.; MARTINS, F. A.; FLIT, R. Programa Brasil Quilombola: avanços e desafios. In: PINTO, A. R. et al. (Org.) Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. Ministério do desenvolvimento social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 20, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/326.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- AVILA, Cristiane Bartz de. **Entre esquecimentos e silêncios: Manuel Padeiro e a memória da escravidão no Distrito de Quilombo, Pelotas, RS**. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BARBOSA, Ricardo Tadeu. **Tendências de Pesquisa em Educação Escolar Quilombola**: um estudo de teses desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no período de 2012 a 2019. Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2021.

BECKER, Alexandre. **A concepção de educação de Paulo Freire e o desenvolvimento sustentável**. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UNIFAE - Centro Universitário Franciscano, 2008.

BÔAS, Lúcia Villas História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. Tema Em Destaque. **Cad. Pesquisa**, v. 45, n. 156, p. 244-258, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/N48Gkzwvvc KTVBYC64 M6Bcx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Governo Federal/Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm). Acesso em: 02 ago. 2022.

BRASIL. **Diagnóstico de ações realizadas**: programa Brasil quilombola. Secretaria de Políticas de Igualdade Racial. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/diagnostico-de-acoes-realizadas-programa-brasil-quilombola> Acesso em: 21 jun. 2021.

CAETANO, Ester. Com ausência do Estado, quilombos de Pelotas recorrem ao assistencialismo para enfrentar a insegurança alimentar. **Nonada Jornalismo**. 2021. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2021/06/com-ausencia-do-estado-quilombos-de-pelotas-recorrem-ao-assistencialismo-para-enfrentar-a-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CAMPOS, Jocimar Jesus de. **As narrativas míticas da comunidade quilombola de Morrinhos/Poconé/MT e os fazeres escolares**. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2017.

- CARVALHO, Natália Lídia Garcia de. **Negros do Sertão no Chão da Terra da Luz: A Territorialidade Quilombola de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, Tamboril/CE.** Dissertação apresentada a Coordenação do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, 2020.
- CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA – CAPA. **Revelando os quilombos no Sul – Pelotas**, 2010. Disponível em: <https://www.capa.org.br/publicacoes/revelando-os-quilombos-no-sul/>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- CHACPE, Juliana Fernandes. **Territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral: desafios da conciliação na Administração Federal.** 2014. 157 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- CHERMONT, Luciana D'Almeida. **Identidade Quilombola: processos identitários na Comunidade Serra do Evaristo/Baturité-Ceará.** Orientadora: Lea Carvalho Rodrigues. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- CHRISTOVÃO, Sílvia Regina Teixeira. **Festa, Música e Memória na Comunidade Quilombola de São Roque (SC) e os Vetores de Uma Identidade Étnica como Demarcação de Território e Pertencimento.** 2017. 188f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.
- CONDE, Bruno Esteves. **Conhecimento ecológico local e sua interferência na conservação da biodiversidade botânica para três comunidades quilombolas residentes em contexto de floresta atlântica.** Tese. Programa de Pós-graduação em Ecologia. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016.
- COORDENAÇÃO NACIONAL de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. **Observatório da Covid-19 nos Quilombos.** 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/observatorio-da-covid-19-nos-quilombos/>. Acesso em: 09 ago. 2021.
- CUNHA, Fernanda Ielpo da. **Os saberes ancestrais e o cultivo de sementes crioulas: estudo no Quilombo Sítio Veiga, Quixadá-Ceará.** 2020. 133 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Tecnologias sustentáveis (MASTS). Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável – IEDS, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.
- DAMÁZIO, Itamara Silva. **Sertanejos e ribeirinhos Quilombolas de Vicentes: memória e identidades – Dissertação - Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH - Universidade Federal da Bahia - UFBA,** 2016.
- DAUBERMANN, Náira Corrêa. **Práticas de escrita ordinárias de mulheres negras: memórias narrativas de si.** Dissertação – Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

DEPREZ, Maarten Luc Rosa. **Ao abrigo da tradição?** Identidade e sustentabilidade em comunidades litorâneas do Ceará com regimes de proteção do território. 2015. 119 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2015.

DIAGNÓSTICO. **Diagnóstico das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar quilombola**. Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Equipe de Conservação da Amazônia (organizadores). – Brasília: ECAM, 2021. <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Diagnostico-das-politicas-publicas-voltadas-para-a-agricultura-familiar-quilombola.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, Andre de Castro. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. NAPAUB - USP, São Paulo, 2011.

DINIZ, Raimundo Erundino Santos. **Quilombo de São Pedro dos Bois**: memória biocultural subvertida nas lógicas de ocupações recentes do Amapá. 2016. 235 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2016.

DUTRA, Rafaela. Prefeita assina Decreto que institui o Comitê Gestor Quilombola. **Site da Prefeitura de Pelotas**. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeita-assina-decreto-que-institui-o-comite-gestor-quilombola>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FEITOSA, Eliana Aparecida Silva Santos. **Identidade e cultura: estudo etnogeográfico da comunidade tradicional do Moinho em Alto Paraíso de Goiás**. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FELIPE, Márcia Leyla de Freitas Macêdo. **O protagonismo feminino**: Comunidade Quilombola Sítio Arruda em Araripe – Ceará. Tese. PPG de História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos; 2018.

FERREIRA, Ângela Aparecida. **História local em sala de aula**: quilombos de Minas e identidade quilombola no século XXI. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

FERREIRA, Bruno Simara. **Benefícios da biodiversidade para as comunidades quilombolas**: a nova legislação os sustenta? PPG em Saneamento Ambiental: controle da poluição urbana e industrial. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

FIDELIS, Lorival de Moraes. **Família, trabalho e terra**: sementes da autonomia na agricultura em comunidades quilombolas do Vale do Rio paranaense. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

FONSECA, Leandra Ribeiro. Mulheres quilombolas: trajetórias de luta e identidades em construção. 237 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, 2020.

FRANCIS, Poliana de Almeida. **Unidades de conservação, territórios quilombolas e reservas da agrobiodiversidade: áreas protegidas ou territórios ameaçados?** 2018. 228 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2018.

FRANÇA, Aurênia Pereira de. **Análise crítica do discurso quilombola em Conceição das Crioulas: oralidade, memória e identidade social.** Mestrado em Ciências da Linguagem. Universidade Católica de Pernambuco – 2018.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade, Direito ao Futuro.** Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FREITAS, Tiago Larrosa. **As buscas pelo Bem Viver Quilombola: resistências, resignificações e traduções culturais identitárias no Quilombo dos Teixeiras, Mostardas/RS.** 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

FREITAS, Joana Maria Borges de. **Território e redes vivas de saúde numa Amazônia quilombola.** 2019. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/15>. Acesso em: 14 ago. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Antonio Maspoli de Araújo. "**Melhor que o Mel, só o Céu**": trauma intergeracional, complexo cultural e resiliência na diáspora africana (um estudo de caso do Quilombo do Mel da Pedreira, em Macapá, AP). Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, PUC-SP, 2017.

GOMES, Rosenilda Botelho. **Saberes tradicionais quilombolas e a política nacional de assistência técnica e extensão rural: o caso do Arapapuzinho (Abaetetuba-PA).** 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Cidades, Territórios e Identidades) - Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre a memória social. In: GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera. (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra capa, 2005.



GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera. (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra capa, 2005.

GONÇALVES, Ana Cláudia. **Políticas públicas para quilombolas**: a construção da cidadania na comunidade remanescente de quilombo do Baú. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

GUIMARÃES, Johnatan Razen Ferreira. **Quilombolas e navais**: contribuições à crítica do Estado e do Direito a partir do conflito na comunidade remanescente de quilombo de Rio dos Macacos. 2019. 132 f., il. Tese (Doutorado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HONNETH, Axel. Invisibilidad: sobre la epistemología moral del reconocimiento. In: **La sociedad del desprecio**. Madrid: Editorial Trotta, 2011.

HOSTENSKY, Ilka Lima. **Patrimônio-territorial em Olinda- PE**: Comunidade quilombola do Portão do Gelo – Nação Xambá, valorização da cultura afro-latino-americana. 2018. 255 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

IAQUINTO, Beatriz Oliveira. A Sustentabilidade e Suas Dimensões. **Revista da ESMESC**, v.25, n.31, p. 157-178, 2018. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/187/161>. Acesso em: 01 ago. 2022.

IOCCA, Luciana Stephani Silva. **Terras quilombolas e políticas públicas**: análises dos impactos do processo regulatório na comunidade Lagoinha de Baixo/MT. 2014. 144f. Dissertações (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2014.

JESUS, L. G. de; COSTA, M. R. Impactos do Racismo na Subjetividade de Indivíduos Negros. **SER Social**, [S. l.], v. 19, n. 41, p. 314–335, 2018. DOI: 10.26512/ser\_social.v19i41.14942. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14942](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14942). Acesso em: 2 jun. 2023.

KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita. **Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas**: os casos em Mamdira – SP e Caminho da Independência – RJ. Doutorado em Ciências, Universidade de São Paulo, 2014.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Movimentos sociais e processos educativos: a constituição do sujeito coletivo na luta por direitos na Comunidade de Conceição das Crioulas**. 2012. 297f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2012.

LIGABUE, Lucas; DAL MOLIN, Naira. Programa Brasil Quilombola: Impactos e Transformação Social na Comunidade de Remanescentes de Quilombos “Vó Elvira” (Pelotas-RS). In: **XIV Encontro de Pós-Graduação - UFPEL**, Pelotas: 2012.



LIMA, Fernanda Olivieri de. **Educação ambiental agroecológica no resgate do ser natural**. 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

LIMA, Joyce. “Terra é poder” traz pesquisa realizada no Quilombo Vó Elvira. 03/04/2018. Notícia no site da Prefeitura Municipal de Pelotas. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/terra-e-poder-traz-pesquisa-realizada-no-quilombo-vo-elvira> Acesso em: 07 jun. 2023.

LIMA, Marcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos Centro Brasileiro de Análise e Planejamento** (Cebrap), São Paulo, ano 52, n 87, 2010, p. 75-95. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/P7jQbyjZbNLcfvRFFjgCkCp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

LOECK, Robson B. **Organização dos Quilombolas em Pelotas**. 08/06/2020. Jornal Terra e Campo (virtual). Disponível em: <https://jornalterraecampo.com.br/noticias/noticia/organizacao-dos-quilombolas-em-pelotas>. Acesso em: 12 maio 2023.

LOPES, Dilmar Luiz. **Rodas de conversa” e educação escolar quilombola: arte do falar saber fazer: o programa Brasil quilombola em Restinga Seca/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2012.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. **Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins**. Tese. Programa De Pós-Graduação Em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

MACEDO, Bernardo Vaz de. **“Papagaio velho não pega língua mais, não”**: estuciando o jeito de falar e de fazer, o jeito de ser, no quilombo Córrego do Narciso do Meio, Vale do Jequitinhonha (MG). Tese. Programa de PósGraduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MARQUES, Carla Renata dos Santos. **Alimentação, saúde e cultura: um estudo das práticas alimentares em uma comunidade remanescente de quilombo na Amazônia brasileira**. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

MARQUES, Kátia Maria Carvalho de Moraes. **A Comunidade Quilombola Córrego Fundo no Município de Brejinho de Nazaré - TO**. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

MARTINS, Mayara Roberta. **Turismo sustentável: o protagonismo da juventude e a conservação do patrimônio natural-cultural do quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Sociedade – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

MARTINS, Adriana de Magalhães Chaves. **Caracterização e Análise do Sistema de ATER em Três Escalas: nacional, estadual e local, com base no estudo de caso da Associação Agroecológica de Teresópolis/RJ (2010 a 2017).** 2017. 252 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ.

MATIAS, Emanuela Ferreira. **Deus Criou o Mundo e Nós Construimos o Conjunto Palmeiras: Quilombismo Urbano de Populações Afrodescendentes em Fortaleza- Ceará.** 2019. 127f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.

MEDEIROS, Sandreylla Pereira. **Eu sou quilombola! Identidade, história e memória no quilombo pedra d'água.** 154f. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2012.

MÉLO, Cláudia Fernanda Teixeira de. **Memórias e sentidos de natureza nas práticas educativas da comunidade Quilombola Castainho/PE.** 2018. 154 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

MENA, Stefanie Bento. **Estudo de Agroecologia - Quintal no Quilombo Vó Elvira - fevereiro de 2023.** Trabalho de Conclusão de Curso de Biologia - Realizado pelos Pesquisadores: Stefanie Bento Mena (Biologia), Eder Ribeiro Fonseca (Quilombola - Agroecólogo), Acompanhamento - Simone Fernandes Mathias (Antropóloga). Produção e Edição Eder Ribeiro Fonseca e Cláudio Baptista Carle - Março de 2023.

MENDES, Renato Ribeiro. **Atributos ecológicos, edáficos e sócio-econômicos em sistemas agroflorestais com leguminosas em Vila Bela da Santíssima Trindade em MT.** Tese. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Florestais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORENO, P. As desigualdades culturais: o ético, o étnico e a comunidade. **Revista Observatório Itaú Cultural** - N. 27 (abr. 2020/out. 2020) – São Paulo: Itaú Cultural, 2007. Disponível: [https://issuu.com/itaucultural/docs/revista\\_obs27\\_final](https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final) Acesso em: 29 set. 2020.

MORENO, Daniele Cristiane Gadelha. **Os quilombolas do Veiga e o São Gonçalo: memória e identidade na festa e devoção a São Gonçalo No sítio Veiga.** 2014. 199f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2014.

MUNARI, Lucia Chamlian. **Memória Social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local.** Dissertação de mestrado. Instituto de biociências. Ecologia: Ecossistemas Terrestres e Aquáticos. USP, 2010.

NASCIMENTO, Jorge Luiz da Silva; GRAEFF, Lucas. Chácara das Rosas: legado cultural e etnodesenvolvimento. In: Seminário Nilo Feijó: da escravização à reparação no Rio Grande do Sul, 2016, Porto Alegre. Anais do Seminário Nilo Feijó: da escravização à reparação no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: OAB/RS, 2016. v. 1. p. 1-10.

NASCIMENTO, Jorge Luiz da Silva. **Alternativas de etnodesenvolvimento na Comunidade Chácara das Rosas/RS: um estudo de memória social.** Dissertação de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle - Canoas - Rio Grande do Sul. 2018. Disponível em: <http://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/798/2/jlsnascimento.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

NASCIMENTO, Raimundo Magno Cardoso. **Comunidades quilombolas África e Laranjituba um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

NOGUEIRA, Elizabete Melo. **Etnodesenvolvimento e educação indígena: problemas e perspectivas para a Implantação de Etnoturismo na terra indígena Raposa Serra do Sol na TIRSS, Região Ingarikó – Wîl TÍPÎ.** Dissertação de mestrado em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombo: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro, FGV, 2002.

OLIVEIRA, V. P. de. A atualidade da questão quilombola no Brasil. **Revista do Instituto Humanitas Unissinos**, São Leopoldo, n. 218, maio 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unissinos.br/artigo/21-artigo-2007/914-ihu-ideias-8>. Acesso em: 14 ago. 2021.

PADILHA, Lucia Mara de Lima. **A (in)existência de um projeto educacional para os negros quilombolas no Paraná: do Império a República.** 2016. 174f. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Ponta Grossa, 2016.

PASSOLD, Sirlene Barbosa Corrêa. **Desapocadas: concepções de beleza e conhecimentos tradicionais de mulheres quilombolas do Puris- MG.** 2017. 147 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PERALTA, Rosa Lima. **Desenvolvimento e sustentabilidade: novas interfaces para a luta quilombola.** 2012. 127f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PEREIRA, Marli Alves. Quilombo de Morrinho: espaços e estratégias para o reconhecimento do território e a apropriação das políticas públicas de saúde. 2013. 252 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva. Cuiabá, 2013.

PEREIRA, Uhênia Caetano. Sustentabilidade: Da Teoria À Prática – Por Uma Educação Ambiental Transformadora. **II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade**. UFG/IESA/NUPEAT - Goiânia, maio de 2011. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/52/o/34\\_Sustentabilidade.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/52/o/34_Sustentabilidade.pdf). Acesso em: 17 ago. 21.

PEREIRA, Lucélia Luiz. **Repercussões do programa mais médicos em comunidades rurais e quilombolas**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PESAVENTO, Sandra J. Da frustração histórico do Rio Grande. In: FISCHER, Luiz Augusto, GONZAGA, Sergius, (coords.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

PINTO, A. R. et al. (Org.) Quilombos do brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. Ministério do desenvolvimento social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. n. 20, 2014. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/cadernos\\_de\\_estudos\\_20.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernos_de_estudos_20.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLY, Leonardo de Souza. **Etnomapeamento Enquanto Método, Geoprocessamento Enquanto Técnica: Ferramentas e Práticas Para o Imageamento da Territorialidade Quilombola**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed.** – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRUDÊNCIO, Luzilena de Sousa. **Itinerários terapêuticos de quilombolas: um olhar bioético sobre a atenção e o cuidado à saúde**. Tese –Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

QUADROS; KARNOPP; CADONA. Memória e identidade social em Comunidades Quilombolas: uma análise das negociações da memória no Quilombo Rincão dos Negros – Rio Pardo / Rio Grande do Sul. 2022. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1418>. Acesso em: 18 jun. 2023.

QUEIROZ, Márcia de Godoi. **Memórias de resistências, identidades em conflito e a prática educativa da Escola Municipal Virgília Garcia Bessa na Comunidade Quilombola do Castanho em Pernambuco**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

RAMOS, Andrea Regina; SMANIOTTO, Elaine. Quilombos e quilombolas: a trajetória de resistência e luta na comunidade remanescente do Paredão Baixo em Taquara/RS. **Universo Acadêmico**, taquara, v. 7, n.1, jan./dez. 2014.

RÊGO, L.; CASTRO, M. Inclusão produtiva e etnodesenvolvimento para as comunidades quilombolas. In: PINTO, A. R. et al. (Org.). Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. Ministério do desenvolvimento social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. n. 20, 2014. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/cadernos\\_de\\_estudos20.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernos_de_estudos20.pdf). Acesso em: 09 ago. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

RIBEIRO, Levy Felix. **Território e memória: uma etnografia na comunidade remanescente quilombola do Muquém em União dos Palmares – Alagoas**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

RODRIGUES, Leonan Pereira. **Quilombo Bom Jesus Dos Pretos: Reminiscências e alterações nas práticas de geração de renda e de consumo**. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconomico) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

ROTHBERG, Danilo. Comunicação para sustentabilidade, memória social e cidadania em projetos de pesquisa. **Líbero** – São Paulo – v. 18, n. 35, p. 133-144, jan./jun. de 2015. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Danilo-Rothberg.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SÁ, C. P.. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 2, n. 2, p. 289-294, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Nayara Kallinne Cândido dos. **Comunidade quilombola Morro São João no município de Santa Rosa do Tocantins: memórias e território**. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2020.

SANTOS, Danilo Moreira dos. Os quilombolas e sua inserção nas políticas públicas: subsídios à discussão da política de ATER quilombola. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, 2017, p. 1019-1043. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/826>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SANTOS, José Augusto Menezes dos. **A luta do povo quilombola, Mussuca: organização política e resistência em Sergipe**. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SANTOS, Aline Mendonça dos; NASCIMENTO, Claudio. **Paul Singer: democracia, economia e autogestão**. 1. ed. Lutas Anticapital. Marília, 2018.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Comunidades quilombolas do Portal do Sertão da Bahia: direito, território e identidade. 2014. 234 f. Tese (Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.

SCHIFFLER, Michele Freire. **Literatura oral e performance: a identidade e a ancestralidade no Ticumbi de Conceição da Barra, ES**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras, 2014.

SCHMIDT, Carlos; HIERRLEIN JR., Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, 2002, p. 255-284. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2037/0>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SCHNITMAN, Tarita. **Agricultura familiar e turismo: estudo de reserva extrativista e território de população tradicional remanescente de quilombo**. Doutorado em ciências. Universidade de São Paulo, 2014.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES. **Balço do Departamento de Fomento à Economia Solidária**. Brasília; 2010.

SGOTI, Silmara de Mattos. **A Comunicação Comunitária Dos Quilombolas Carrapatos Da Tabatinga: O Diálogo Como Práxis Da Comunicação Interpessoal E Grupal**. 2016. [121f]. Dissertação (Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, [São Bernardo do Campo], 2016.

SILVA, Dayana Melo. A ecosofia de Michel Maffesoli e suas implicações tecnocomunicacionais. **Revista Mídia e Cotidiano**. Artigo Seção Temática, Volume 13, Número 2, p. 70-88, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/A%20ecosofia%20de%20Maffesoli%20e%20suas%20implica%C3%A7%C3%B5es%20tecnocomunicacionais/20017>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SILVA, Daniela Santos. **Sítio Alto: entre dança, história e etnicidade**. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SILVA, Taís de Medeiros. **Trajetórias de desterritorializações e reterritorializações – estudo de caso: comunidade quilombola da família fidélix – Porto Alegre/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2015.

SILVA, Delma Josefa da. **Referenciais epistêmicos que orientam e substanciam práticas curriculares em uma escola localizada na Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

SILVA, Debora Rodrigues Azevedo. **A artesanía das práticas sociais e a existência inventiva das mulheres do Quilombo de Pinhões**. Programa de Pós-Graduação em Educação - Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

SILVA, Rafael Jose Navas da. **Políticas Públicas agroecológicas para comunidades quilombolas**: um estudo de caso a partir do território. Doutorado em Ciências, Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Francisca Maria Bezerra da. **Do tempo dos antigos aos tempos atuais**: um estudo através de narrativas memoriais da história do quilombo de queimadas em Crateús – Ceará. Dissertação Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SILVA, Elisângela de Jesus Furtado da. **Entre vivências e lembranças de uma Comunidade Quilombola**: história, memória e discurso – Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SILVA, B. A.; OLIVEIRA, G.S.; BRITO, A. P. G. Análise de conteúdo: uma perspectiva metodológica qualitativa no âmbito da pesquisa em educação. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 52-66, 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2353/1448>. Acesso em: 24 jul. 21.

SILVA, Egnaldo Rocha da; SILVA, Eduardo Pereira. Memória e a construção social da identidade dos remanescentes quilombolas. **Revista África e Africanidades** - Ano III - n. 12 – fev. 2011. Disponível em: [https://africaeaficanidades.online/documentos/12022011\\_16.pdf](https://africaeaficanidades.online/documentos/12022011_16.pdf). Acesso em: 09 ago. 2021.

SILVA, Paulo Sérgio da. Mediação social e políticas públicas nas comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul. In: SILVA Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos. **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 182-196.

SILVA, W. V. **Memória, identidade e políticas públicas na comunidade remanescente de Quilombo Boa Nova do município de Prof. Jamil (GO)**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade) - Câmpus Sudeste - Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos-GO, 2019.

SINGER, Paul; KRUPPA, Sonia Maria Portela. Senaes e a economia solidária: democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

SODRÉ, Muniz. O negro no Brasil é um lugar móvel. Entrevista a Cesar Fraga. 23/05/2023 Extra Classe. Sinpro. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2023/05/o-negro-no-brasil-e-um-lugar-movel/> Acesso em: 31 maio 2023.



SOUSA, Vivianne de. **Mama África**: os quilombos do sertão e as lutas das mulheres das comunidades negras de Catolé do Rocha – PB. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SOUZA, Cassia Fabiana dos Santos. **O esvoaçar de lembranças no pouso de lutas socioambientais de mulheres negras**. Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

SPINELLI, Renata Camara. **Realidade Negra do Quilombola do Campinho da Independência**: o rap na formação da juventude negra. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, 2016.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 13-56.

SUCUPIRA, Tânia Gorayeb. **Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará**: memórias, histórias e práticas educativas. 2015. 107f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015.

TEIXEIRA, Carolina Mara. **“Levanta meu povo, o cativo acabou”**: uma análise sobre as narrativas reproduzidas no Tour da Experiência na cidade de Vassouras - RJ. 2019. 85 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

TEIXEIRA, T. G.; SAMPAIO, C. A. M. Análise Orçamentária do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: O Ocaso de uma Política Pública. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, p. 461-480, 2019.

WILLE, Patricia Teresinha. Práticas Agrícolas e Consumo Alimentar: Indicadores Para Avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional de Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestre em Saúde Coletiva. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/224461/001129097.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jun. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



ZELIS, Guy (Dir.). L'historien dans l'espace public. L'histoire face à la mémoire, à la justice et au politique. Loverval: Labor, 2005.

### APÊNDICE A – Síntese dos trabalhos encontrados

TRABALHO/ ANO/ AUTOR/ PALAVRAS- CHAVE	IES/PROGRAMA TÍTULO	OBJETIVO DA PESQUISA	METODOLOGIA	SINTESE DOS RESULTADOS
1- Dissertação – 2010 MUNARI, Lucia Chamlian  Agricultura de corte e queima; Coivara; Ecologia-história; Mata atlântica; Memória social; Paisagem; Quilombola; Vale do Ribeira	Universidade de São Paulo  PPG em Ecologia: Ecossistemas Terrestres e Aquáticos  Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do vale do Ribeirinha e sua relação com a formação da Mata Atlântica local	O objetivo deste estudo é compreender como a coivara contribuiu para a formação da paisagem florestal na comunidade de remanescente de quilombo de São Pedro, no vale do Ribeira.	Levantamos a memória social local, através de técnicas etnográficas e de história oral. Além disso, realizamos trilhas monitoradas para estudar a percepção ambiental das unidades paisagísticas, bem como a configuração espacial das roças e capoeiras.	Como resultado, observamos que duas tendências podem ser observadas atualmente: segmentação e homogeneização da paisagem em áreas destinadas ao manejo, por um lado, e o estabelecimento de uma formação de floresta madura, não mais passível de derrubada, por outro. Tal tendência pode resultar na diminuição da complexidade estrutural e da dinâmica ecológica da floresta local.
1- Tese – 2012  LEITE, Maria Jorge dos Santos.  Educação; Movimento Social Quilombola; Educação; Política e Direito; Quilombos; Negros - Condições Sociais; Negros – Identidade Étnica.	Universidade Federal do Ceará  PPG em Educação Brasileira  Movimentos sociais e processos educativos: a constituição do sujeito coletivo na luta por direitos na Comunidade de Conceição das Crioulas.	Analisar como ocorre a constituição do sujeito coletivo movimento social quilombola na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas.	Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, cuja análise do objeto proposto foi feita a partir de entrevistas semiestruturada s e abertas com lideranças políticas - novas e veteranas - da comunidade e das informações obtidas com as pessoas idosas, através do método da história oral, acrescida da pesquisa documental	Tanto na observação participante como nas narrativas dos entrevistados observei que a luta pela terra tem lugar principal entre as reivindicações do movimento, bem como, o valor que atribuem à terra tem um significado específico: lugar de história, memória, preservação de cultura e construção de identidade. A formação das lideranças acontece na educação escolar e dentro do

				próprio movimento, nos eventos, nas reivindicações, na luta; ao mesmo tempo em que ocorre o aprendizado dos direitos. Os resultados da pesquisa concluem que o sujeito coletivo movimento social quilombola se constitui nas ações políticas dos quilombolas ao defenderem seus direitos específicos, enquanto habitantes de uma comunidade de quilombo, e outros direitos de cidadania.
2- Dissertação-2012 PERALTA, Rosa Lima.  Comunidade quilombolas; Conflitos socioambientais; Desenvolvimento e sustentabilidade; Análise de paisagem.	Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.  PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente  Desenvolvimento e sustentabilidade: novas interfaces para a luta quilombola.	Aportar de que forma a luta quilombola se insere no atual debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade que permeia todos os setores da sociedade	Metodologia denominada etnografia dos conflitos socioambientais	A partir do exemplo quilombola, visamos apontar que será somente por meio de uma revisão de conceitos e de um enfoque interdisciplinar dos problemas da contemporaneidade de que poderemos almejar uma sociedade mais justa, democrática e sustentável, sob todos os aspectos.
3- Dissertação-2012  MEDEIROS, Sandreylza Pereira.  Identidade Étnica; História; Memória; Remanescente Quilombola.	Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil  PPG em História  Eu sou quilombola! Identidade, história e memória no Quilombo Pedra D'água.	Teoricamente, analisamos o processo da identidade quilombola em Pedra D'Água a partir do diálogo entre a História e as Ciências Sociais. Propusemos discussões conceituais	Utilizamos a História Oral como método de pesquisa, recorrendo à técnica da entrevista para a aquisição de informações. Priorizamos a oralidade do grupo dando ênfase aos seus	Verificamos que a construção de uma identidade quilombola em Pedra D'Água atende à contribuição de uma mediação externa. Esta construção identitária também se apoia na revalorização da

		sobre os termos que norteiam e dão sentido ao nosso estudo, dentre os quais: identidade étnica, quilombo, remanescente quilombola e memória.	pontos de vista para a construção de sua própria história.	cor que, entre outros elementos, oportunizou aos seus moradores uma nova ambiência, na qual esses passam a vivenciar a condição de novos sujeitos políticos atuando sobre a sua própria realidade.
2- Tese – 2012 MENDES, Renato Ribeiro.  Conflitos socioambientais; Educação ambiental; Táticas de resistência; Driving Forces.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica  PPG em Ciências Ambientais e Florestais.  Atributos ecológicos, edáficos e socioeconômicos em sistemas agroflorestais com leguminosas em Vila Bela da Santíssima Trindade em MT.	Objetivo central desta tese é mapear os principais conflitos socioambientais presentes nas 12 regiões de planejamento de Mato Grosso e suas causas propulsoras, a partir das narrativas dos grupos sociais vulneráveis.	Para uma compreensão deste caldo vigoroso recorremos a uma complexidade metodológica que compõe o aporte epistemológico propiciado pela fenomenologia, aliada a práxis do mapa social e pelos valores axiológicos inspirados na cartografia do imaginário.	As narrativas dos entrevistados apontam a compreensão de que os conflitos mapeados são expressões do modelo de desenvolvimento que levam a destruição dos ecossistemas e o aniquilamento de formas singulares de vidas. O mapeamento revela que as principais forças motrizes diretas (driving forces) dos conflitos são: disputas por terra, disputa por água, desmatamento, queimada e uso abusivo de agrotóxicos. No contraponto às práticas impactantes, surgem diversas táticas de resistência que vão desde as vias legais até as mais subversivas.
3- Tese - 2012 LOPES, Dilmar Luiz.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  PPG em Educação.  Rodas de conversa" e educação escolar	Objetiva conhecer os elementos que sustentam a política do território e da educação do Programa Brasil Quilombola (2008/2011),	A abordagem metodológica é a qualitativa, com os recursos da observação participante, da aplicação de questionários (levantamento sócio econômico	Os resultados demonstram que, no momento da escola ausente, os saberes da casa serviam como principal recurso para a aprendizagem. A escola como

Educação escolar quilombola; Território, formação de professores; Narrativas e metáforas; Rodas de conversa.	quilombola: arte do falar saber fazer: o programa Brasil quilombola em Restinga Seca/RS.	derivados da relação dialética entre economia e política, mediada pela cultura (Gramsci), sob a qual se desenvolve a análise da questão social quilombola	e educacional), e entrevista com 21 participantes.	instituição é reivindicada pela comunidade para criar as condições de cidadania; se estrutura a partir das relações raciais que dominam o contexto social, produz avanços e, muitas vezes, desaprendizagens . A roda de conversa funciona como uma estratégia política em oposição ao sistema colonial que não permitia a participação do negro nas escolas.
4- Dissertação-2013 PEREIRA, Marli Alves.  Quilombolas; Saúde; Território e políticas.	Universidade Federal de Mato Grosso  PPG em Saúde Coletiva  Quilombo de Morrinho: espaços sociais e estratégias para o reconhecimento do território e a apropriação das políticas públicas de saúde.	Analisar se o processo de luta empreendido pela comunidade quilombola de Morrinho em Poconé/MT, no tocante à legalização de seu território, enquanto pleito coletivo tem se constituindo, também, em um processo de luta na defesa dos direitos ao acesso as políticas de saúde.	Investigação de cunho qualitativo e sócio antropológico possibilitando a penetração na realidade estudada, permitindo apreender os critérios de auto atribuição do grupo, sua trajetória histórica no estabelecimento de seu território, sua ancestralidade, suas lutas de resistências e, atualmente, as formas de apropriação das políticas públicas específicas que se colocam para essas comunidades quilombolas.	Em se tratando de sua identidade étnica, a comunidade passa por intensa transformação, em relação a seu território, e consequentemente, sua forma de identificação, buscam, no fato de serem “remanescentes quilombolas”, a garantia da manutenção de seu território e a apropriação dos direitos e acesso às políticas de saúde.
5- Dissertação-2013 NOGUEIRA, Elizabete Melo	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédia	Analisar o nível do etnodesenvolvimento promovido na TIRSS, na	Pesquisa bibliográfica, de campo, com entrevistas e observação. Aplicação de	Os resultados apontam que os indígenas da região em estudo apresentam dificuldades no

	<p>PPG em Educação Agrícola</p> <p>Etnodesenvolvimento e educação indígena: problemas e perspectivas para a Implantação de Etnoturismo na terra indígena Raposa Serra do Sol na TIRSS, Região Ingarikó – Wîl Tîpî.</p>	Região Ingarikó – Wîl Tîpî	instrumento para aprender a percepção dos pesquisados sobre suas iniciativas como protagonistas.	que e refere ao controle do território e no desenvolvimento de atividades promotoras de geração de renda.
<p>6- Dissertação-2013</p> <p>RODRIGUES, Leonan Pereira.</p> <p>Remanescentes de quilombo; Agricultura; Renda.</p>	<p>Universidade Federal do Maranhão, São Luiz</p> <p>PPG em Desenvolvimento Socioeconômico</p> <p>Quilombo Bom Jesus dos Pretos: Reminiscências e alterações nas práticas de geração de renda e de consumo.</p>	<p>Analisar as reminiscências e alterações das práticas de geração de renda e de consumo da comunidade remanescente de quilombo Bom Jesus dos Pretos.</p>	<p>A pesquisa qualitativa fornece uma avaliação sob um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes que, a partir do prisma da interdisciplinaridade, podem ser descritas mediante a arte de saber olhar, ouvir e escrever</p>	<p>As famílias quilombolas têm a roça como lugar de sustento, embora com problemas fundiários que os colocam como arrendatários de terras que lhes pertenciam. A falsa euforia de desenvolvimento, com as recentes descobertas de gás natural na região, tem gerado expectativas. Conclui-se que não basta a visibilidade dada pelo texto constitucional quando o problema fundiário, a falta de condicionantes que permitam o acesso às políticas públicas de saúde, educação e nutrição tornam invisíveis essas comunidades.</p>
<p>7- Dissertação – 2014</p> <p>IOCCA, Luciana Stephani Silva</p>	<p>Universidade Federal de Mato Grosso</p> <p>PPG em Ciências Sociais</p>	<p>Analisar os impactos do processo regulatório na comunidade remanescente de quilombo</p>	<p>Por meio de entrevista semiestruturada, registradas em gravação, transcritas e analisadas, com</p>	<p>Os membros de Lagoinha de Baixo são atores sociais, sujeitos de direito em âmbito nacional e internacional,</p>

Quilombola; Regularização Fundiária; Direitos Sociais; Mato Grosso.	Terras quilombolas e políticas públicas: análise dos impactos do processo regulatório na comunidade Lagoinha de Baixo/MT.	Lagoinha de Baixo com base na memória social do grupo.	a autorização dos entrevistados.	assim reconhecidos em diversos instrumentos legais, mas ainda com reduzida capacidade de estabelecer correlações de forças para garantir a implementação de políticas públicas efetivas e fruição de direitos, seja pelo pouco acesso à informação, seja pela centralidade da luta pela subsistência ou pelas forças dispostas contra estas conquistas.
8- Dissertação- 2014  CHACPE, Juliana Fernandes.  Territórios Quilombos; Unidades de conservação e proteção integral; Conciliação; Administração federal	Universidade de Brasília  PPG em Desenvolvimento Sustentável  Territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral: desafios da conciliação na Administração Federal.	Emprestar subsídios e recomendações desenvolvidas em âmbito acadêmico à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF, a fim de servir como facilitador dos trabalhos de gestão institucional, como resultado da observação empírica feita no ambiente profissional e do estudo dos procedimentos.	A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental e observação de reuniões de conciliação em razão da atuação institucional da autora.	Verificou-se, por fim, que os conflitos coletivos estudados situam- se no campo da sustentabilidade, de cunho interdisciplinar, onde estão envolvidos, além de conhecimentos disciplinares e interdisciplinares, saberes jurídicos, práticos, populares e tradicionais. Isto torna o ambiente institucional confuso e complexo, não obstante a constatação de que um elemento une todos os discursos: a preocupação com o futuro da humanidade.
4- Tese – 2014  KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita.  Bem-estar;	Universidade de São Paulo  PPG em Ciências  Ações públicas para o	Analisar duas experiências de projetos de desenvolvimento local, no âmbito do subprograma Projetos	Os dados foram obtidos através da realização de entrevistas e observação participante nas comunidades	Em ambas as comunidades é evidente o aprendizado obtido com as experiências, garantindo maior

Comunidades tradicionais; Desenvolvimento local; Políticas públicas; Quilombolas.	desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos em Mandira – SP e Caminho da Independência – RJ.	Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente (PD/A-MMA), na comunidade quilombola no município de Paraty (estado do Rio de Janeiro) e na comunidade quilombola de Mandira, município de Cananeia (estado de São Paulo).		conhecimento do processo produtivo no qual estiveram envolvidos, maior articulação com diversos atores. É notar o desenvolvimento de capacidades nas comunidades pesquisadas, ainda que exista uma certa dependência em relação aos recursos do Estado.
5- Tese – 2014 SCHIFFLER, Michele Freire.  Literatura oral; performance; Identidade; Ticumbi.	Universidade Federal do Espírito Santo  PPG em Letras  Literatura oral e performance: a identidade e a ancestralidade no Ticumbi de Conceição da Barra, ES.	Analisa a importância da literatura oral na construção da identidade de comunidades remanescentes de quilombos da região Norte do Estado do Espírito Santo, conhecidas como Sapê do Norte	São observados cantares, enredo, melodia, performance corporal e verbal gravada e transcrita dos Bailes de Congos de São Benedito Bases bibliográficas e etnográficas.	O corpus evidencia uma série de tensões sociais que cercam a região das comunidades de Sapê do Norte, sendo possível perceber forte relação entre o patrimônio cultural, a ancestralidade e a questão territorial, assim como constante processo de desterritorialização e hibridismo nos campos religioso, social e linguístico.
6- Tese – 2014  SCHNITMAN, Tarita.  Agroturismo; Multifuncionalidade da agricultura familiar; População tradicional remanescente de quilombo; Reserva extrativista.	Universidade de São Paulo PPG em Ciências  Agricultura familiar e turismo: estudo de reserva extrativista e território de população tradicional remanescente de quilombo.	Caracterizar e identificar elementos socioculturais e ambientais que possam se constituir em referencial para estudos do turismo e sua contribuição para agricultura familiar	Estudo de caso na população tradicional remanescente de quilombo Mandirá e Reserva Extrativista do Mandira-SP	Multifuncionalidade e da agricultura familiar em Mandira é tomada para análise do turismo. As atividades são consideradas para a manutenção do tecido social e cultural, concebendo um modelo de análise original para a avaliação do turismo comunitário ou do agroturismo no Brasil.



<p>7- Tese – 2014</p> <p>SILVA, Rafael Jose Navas da.</p>	<p>Universidade de São Paulo</p> <p>PPG em Ciências</p> <p>Políticas Públicas agroecológicas para comunidades quilombolas: um estudo de caso a partir do território.</p>	<p>Objetivo deste trabalho foi avaliar os Projetos Agroecológicos desenvolvidos na comunidade quilombola Mandira, em Cananéia/SP, Brasil.</p>	<p>Técnicas qualitativas, observação participante, história oral e análise de documentos.</p>	<p>Proporcionou maior sustentabilidade à atividade e agregação de valor a partir da criação de uma cooperativa, porém mostrou indícios de redução dos estoques naturais. O projeto de sistemas agroflorestais, de abrangência territorial, proporcionou maior diversidade de produtos. As famílias que trabalham com manejo de recursos marinhos possuem maior dependência do mercado, tanto para comercialização, quanto para obtenção de alimentos, diferentemente do outro projeto, que proporcionou maior autonomia, formação de capital social e alimentação saudável.</p>
<p>9- Dissertação – 2014</p> <p>MARQUES, Kátia Maria Carvalho de Moraes.</p> <p>História; Quilombolas; Córrego Fundo (TO); Identidade; Território.</p>	<p>Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia</p> <p>PPG em Ciências Humanas</p> <p>A Comunidade Quilombola Córrego Fundo no Município de Brejinho de Nazaré - TO.</p>	<p>Verificar se o território da Comunidade Quilombola Córrego Fundo no Município de Brejinho de Nazaré implica na continuidade e-ou perda da identidade do grupo</p>	<p>O estudo faz uma reconstrução da história do grupo, através de pesquisa <i>in loco</i>, referenciais teóricos, análise de documentos, recorrendo à memória e oralidade dos moradores da comunidade, a partir de suas dimensões sociais, para discorrer sobre o modo de vida da comunidade.</p>	<p>A Comunidade Quilombola Córrego Fundo TO, que tem o seu reconhecimento territorial assegurado pela constituição, encontra-se fragilizada pelo sentimento de invisibilidade, uma vez que a morosidade e os entraves existentes no processo de titulação de seu território</p>

				prejudicam a continuidade do grupo, sua inclusão social, o resgate da identidade e o respeito à cidadania
10- Dissertação – 2014 MORENO, Daniele Cristiane Gadelha.  Comunidades quilombolas; Ritual; Identidade étnica	Universidade Federal do Ceará PPG em Sociologia  Os quilombolas do Veiga e o São Gonçalo: memória e identidade na festa e devoção a São Gonçalo no sítio Veiga.	Analisar o papel que a dança de São Gonçalo, na comunidade quilombola Sítio Veiga, desempenha no processo de construção da identidade étnica deste grupo social	A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, através da memória local, acionada em contextos de reivindicações identitárias que remetem a uma ligação com o passado, com a origem comum. Logo, através do ritual, são elaboradas narrativas sobre a descendência dessa coletividade, suas origens, sua ancestralidade que remete ao período escravocrata.	Nesse processo de afirmação identitária, os agentes externos (ONGs, agentes públicos e outras instituições) contribuíram em diferentes contextos, mas também foram relações marcadas por conflitos e tensões.
8- Tese – 2014 SANTOS, Jucélia Bispo dos.	Universidade Federal de Sergipe  PPG em Sociologia  Comunidades quilombolas do Portal do Sertão da Bahia: direito, território e identidade.	Analisa situações de reconhecimento de comunidades quilombolas no território do Portal do Sertão da Bahia a partir da efetivação do Artigo 68 da Constituição Federal e do Decreto nº 4887/2003, que reconhecem a identidade quilombola através do critério da autodeclaração.	O discurso da etnia foi especificado como fonte de significado da identidade dentro de uma perspectiva de engajamento. Tais construções discursivas construíram novos códigos culturais a partir da matéria fornecida pela história e pelo engajamento político. Por meio do trabalho de campo realizado na comunidade de Olaria, Irará (BA).	Deu-se ênfase aos discursos que estão associados à concepção de saber/poder, que implicam na realização de novos projetos políticos. Na análise desses discursos é possível perceber manipulação de falas que se relacionam às concepções de justiça, direitos e narrativa de memórias quilombolas.

<p>11- Dissertação – 2014 CHERMONT, Luciana D'Almeida.</p> <p>Quilombo; Identidade; Religiosidade.</p>	<p>Universidade Federal do Ceará, Fortaleza PPG em Sociologia</p> <p>Identidade Quilombola: processos identitários na Comunidade Serra do Evaristo Baturité-Ceará.</p>	<p>Compreender como se constituem os processos de construção identitária e em que medida tais processos influenciam a dinâmica social e a consolidação étnica na Comunidade Quilombola Serra do Evaristo em Baturité/CE.</p>	<p>Pesquisa etnográfica.</p>	<p>Incidiu o foco da análise nos diferentes elementos constitutivos dos processos identitários produzidos pelas práticas culturais, a partir das experiências, relatos e modos de vida, e nos aspectos relacionados à religiosidade, territorialidade, memória, assim como na presença de agentes externos à comunidade.</p>
<p>12- Dissertação – 2014 AVILA, Cristiane Bartz de.</p> <p>Quilombos; Comunidades negras rurais; Silêncio; Memória; Patrimônio cultural.</p>	<p>Universidade Federal de Pelotas PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural</p> <p>Entre esquecimentos e silêncios: Manuel Padeiro e a memória da escravidão no Distrito de Quilombo, Pelotas, RS.</p>	<p>Investigar, junto aos moradores do Distrito de Quilombo do Município de Pelotas (RS) e da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão, que se localiza no próprio Distrito, as memórias da experiência da escravidão e da experiência Quilombola.</p>	<p>Pesquisa bibliografia sobre os temas escravidão, quilombos, memória e patrimônio. Na pesquisa de campo, fez-se contato com os moradores do Distrito de Quilombo e das Comunidades do Alto do Caixão e do Algodão</p>	<p>Ao trazer a discussão da nova perspectiva de Patrimônio Cultural, que nos últimos anos tem dado atenção ao Patrimônio Cultural Imaterial (saberes-fazer) e ao Natural, buscou-se demonstrar que, através de referências a elementos da Paisagem, os moradores do Alto do Caixão e os moradores do Distrito de Quilombo como um todo, rememoram a história do Distrito de Quilombo e a da Cidade de Pelotas, em suas facetas escravista, charqueadora e quilombola.</p>
<p>9- Tese – 2015 FIDELIS, Lorival de Moraes.</p>	<p>Universidade Estadual de Campinas, SP. PPG em Engenharia Agrícola.</p>	<p>Estudar a família, o trabalho, a terra quilombola e as sementes e mudas crioulas</p>	<p>Trabalhou-se com metodologia qualitativa utilizando principalmente</p>	<p>Análises das dimensões: família, trabalho, terra e as sementes e mudas crioulas</p>

<p>Quilombos; Quilombolas; Quilombos – Vale do Ribeira SP.</p>	<p>Família, trabalho e terra: sementes da autonomia na agricultura em comunidades quilombolas do Vale do Rio paranaense.</p>	<p>nas comunidades remanescentes de quilombos: Córrego das Moças, Sete Barras e João Surá, no município de Adrianópolis, Vale do Ribeira paranaense</p>	<p>questionários semiestruturados e entrevistas abertas, leitura da realidade e vivência nas comunidades estudadas</p>	<p>nas comunidades quilombolas, demonstram que há elementos cruciais que os diferenciam enquanto camponeses, mas demonstram que estes sujeitos também estão ligados a sociedade moderna, através das mudanças contínuas que sofrem ao adaptar para a sua realidade, as novidades e modernidades da contemporaneidade de sem se descaracterizar enquanto camponeses.</p>
<p>13- Dissertação-2015 DEPREZ, Maarten Luc Rosa.</p> <p>Antropologia rural; Quilombos; Reserva extrativista; Identidade; Sustentabilidade; Território.</p>	<p>Universidade Federal do Ceará PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente</p> <p>Ao abrigo da tradição? Identidade e sustentabilidade em comunidades litorâneas do Ceará com regimes de proteção do território.</p>	<p>Como se deu o processo de construção de identidades e da consciência ambiental na comunidade Quilombola do Cumbe e na Reserva Extrativista do Batoque, no contexto dos regimes de proteção coletivo do território.</p>	<p>Nesse trabalho pesquisamos, através de entrevistas abertas e observações participativas.</p>	<p>Enquanto a afirmação dos direitos da comunidade sobre o território tradicionalmente usado significaria uma ruptura histórica que, pela primeira vez, colocaria a comunidade no controle, o processo é dificultado por conflitos internos, com a oposição de empregados da carcinicultura. Contudo, a identidade se mostra uma arma importante utilizada por membros destas comunidades na defesa da sua unidade e dos seus territórios, embora não seja uma panaceia.</p>

<p>14- Dissertação-2015 ARCHANJO, Elaine Cristina Oliveira Farias.</p> <p>Expropriação de terra; Quilombo; Titulação da Terra; História Oral.</p>	<p>Universidade Federal do Amazonas, Manaus</p> <p>PPG em História</p> <p>Oriximiná terra de negros: trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013).</p>	<p>compreender como esses sujeitos historicizam suas experiências e trajetórias de vida na luta pela terra, evidenciando o processo de cercamento, Analisar a organização entorno de sua identidade de Remanescente de Quilombo</p>	<p>A metodologia da História Oral é o aporte teórico que deu sustentação a este estudo. Boa Vista foi à primeira comunidade remanescente de Quilombo reconhecida e titulada no Brasil e seu modelo de organização será utilizado por outras comunidades</p>	<p>Ao finalizar o estudo constatou-se que, ao longo de sua história, a comunidade de Boa Vista enfrentou conflitos que se manifestaram sob a forma de expropriações, de luta e contestação pelo direito de permanência e usos das áreas, de novas regras e normas.</p>
<p>15- Dissertação-2015</p> <p>ALMEIDA, Mayra Porto de.</p> <p>Quilombolas; Território; Territorialidade; Memória; Identidade.</p>	<p>Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa</p> <p>PPG em Direitos Humanos</p> <p>Olha os pirangueiros!: territorialidade étnica e direitos humanos no município do onde/PB</p>	<p>Analisar o processo de construção da territorialidade étnica dos quilombolas da comunidade Ipiranga.</p>	<p>Revisão de literatura sobre a temática em documentos e bibliografias. O trabalho de campo também constitui uma etapa vital da pesquisa por permitir a elucidação dos objetivos investigados na comunidade.</p>	<p>A investigação possibilitou afirmar a importância do território para a reprodução social e identidade étnica da comunidade. Neste sentido chama-se a atenção para a morosidade dos processos administrativos de regularização fundiária no país e a necessidade de ampliação e efetivação das titulações dos territórios quilombolas .</p>
<p>16- Dissertação-2015</p> <p>SILVA, Taís de Medeiros.</p> <p>Desterritorialização o Quilombos; Território.</p>	<p>Universidade Federal do Rio Grande do Sul PPG em Geografia</p> <p>Trajatórias de desterritorializações e reterritorializações – estudo de caso: comunidade quilombola da família Fidélis – Porto Alegre/RS.</p>	<p>Busca-se, desta maneira, caracterizar este espaço atualmente, trazer a sua situação e a de seus moradores, revelar os caminhos percorridos por eles, a percepção que têm do território que habitam e as redes de sociabilidade criadas entre os indivíduos, tanto</p>	<p>O estudo foi dividido em pesquisa bibliográfica, para a aquisição de dados sobre a constituição das cidades de Santana do Livramento e Porto Alegre. Após foi realizado a pesquisa de campo que buscou obter dados descritivos através do</p>	<p>Relacionando então os dados levantados com este lugar, onde existe uma visível segregação social, em meio a uma área de classe média na zona central da cidade. Desta forma foram abordadas as lutas contra as tentativas de remoção e regularização de seu território, onde as políticas</p>

		em Porto Alegre quanto em Santana do Livramento	contato direto do pesquisador com o seu objeto de estudo.	quilombolas foram seu mais contundente ato de resistência antes às contradições sociais.
10- Tese – 2016 PADILHA, Lucia Mara de Lima.  Negros; Quilombolas; Educação; Paraná.	Universidade Estadual de Ponta Grossa. PPG em Educação  A (in)existência de um projeto educacional para os negros quilombolas no Paraná: do Império a República	Analisar a educação pública e estatal republicana e a (in)existência de um projeto educacional para os negros no Paraná no período histórico delimitado entre o final do século XIX e início do século XX.	Caráter documental e bibliográfico e os procedimentos metodológicos seguiram as seguintes etapas: revisão bibliográfica documental e levantamento de fontes primárias e secundárias sobre negros e a educação no Paraná.	Como conclusão a tese defendida é a de que não houve um projeto educacional voltado para a formação das crianças negras, filhas de ex-escravos, nas décadas após a abolição da escravidão no Paraná.
11- Tese – 2016  PEREIRA, Lucélia Luiz.  Programa Mais Médicos; Atenção primária à saúde; Quilombos - saúde; Comunidades quilombolas; Comunidades rurais.	Universidade de Brasília PPG em Ciências da Saúde  Repercussões do programa mais médicos em comunidades rurais e quilombolas.	teve como objetivo realizar pesquisa avaliativa sobre o processo de implantação do Programa Mais Médicos (PMM) em comunidades rurais e quilombolas e suas repercussões.	Empregou-se as abordagens quantitativa e qualitativa a partir de duas fases: uma exploratória e outra de campo que foram realizadas em duas comunidades quilombolas do Rio Grande do Norte e uma comunidade quilombola do Pará, além de quatro áreas rurais também do Pará. Foram realizadas um total de 82 entrevistas semiestruturadas.	Faz-se necessário, pensar outras estratégias que busquem sanar de forma estrutural e definitiva a ausência de profissionais de saúde na atenção primária nas áreas rurais e distantes dos grandes centros. Por fim, é imprescindível envidar esforços no sentido de garantir a integralidade da atenção aos usuários das áreas rurais e quilombolas, fortalecendo a inclusão social e a redução das inequidades sociais e raciais em saúde.
17- Dissertação - 2016 DAMÁZIO, Itamara Silva	Universidade Federal da Bahia - UFBA PPG Multidisciplinar em	Analisar a trajetória da Comunidade desde a sua formação,	A proposta metodológica deste trabalho pautou-se nos relatos de	Ser quilombola para o grupo significa acessar constantemente esta memória de

<p>Comunidade de Vicentes; Processo quilombola; Identidades; Vida digna.</p>	<p>Estudos Étnicos e Africanos</p> <p>Sertanejos e ribeirinhos Quilombolas de Vicentes: memória e identidades</p>	<p>contudo enfatizando a memória que foi reconstituída através do pleito quilombola em andamento, buscando estabelecer uma relação dialética com o conteúdo legal, os discursos dos agentes políticos partidários, os interesses das instâncias governamentais e dos simpatizantes desta causa e as teorias epistemológicas que versam a respeito dos quilombos contemporâneos do Brasil.</p>	<p>alguns moradores de Xique-Xique, notícias divulgadas na internet e informações apresentadas no laudo antropológico produzido, em 2012, por Sheila Brasileiro. Para compor um quadro descritivo das experiências da pesquisa de campo, com apoio em informações apontadas num diário, análise de fotografias e entrevistas gravadas para caracterizar o lugar.</p>	<p>origem, pois isto representa sua valorização identitária, a possível assunção de garantias sociais e econômicas e o título de terra. Mas após quase dez anos de início do processo de “quilombolização” na Comunidade, o grupo conquistou pouquíssimos avanços e acredita com certo desânimo, em alcançar seus objetivos que nada mais são do que direitos básicos para que qualquer cidadão possa viver dignamente em sociedade.</p>
<p>18- Dissertação-2016</p> <p>SGOTI, Silmara de Mattos.</p> <p>Comunicação Comunitária; Diálogo; Comunidade; Quilombolas Carrapatos da Tabatinga; Quilombo.</p>	<p>Universidade Metodista de São Paulo</p> <p>PPG em Comunicação Social</p> <p>A Comunicação Comunitária dos Quilombolas Carrapatos da Tabatinga: O Diálogo Como Práxis da Comunicação Interpessoal e Grupal.</p>	<p>Os objetivos são compreender de modo sistemático e com base científica os processos de comunicação das práticas participativas e de gestão existentes na comunidade, além de verificar se há um trabalho desenvolvido nos meios de comunicação grupais ou midiáticos de alcance comunitário ou local, para amplificar as demandas sociais dos quilombolas em Bom Despacho.</p>	<p>Pesquisa etnográfica, sob os parâmetros da dialética, com apoio da observação participante na investigação de campo, em determinadas atividades e não de forma permanente, que permitiu um estudo in loco. Foram aplicadas técnicas complementares de coleta de dados: a entrevista semiestruturada. Complementou-se o estudo com análise documental referente a comunidade quilombola citada</p>	<p>Na conclusão do estudo verificou-se que o diálogo é a práxis da comunicação comunitária interpessoal e grupal dos Quilombolas Carrapatos da Tabatinga. Nos processos comunicacionais entre os membros da comunidade o diálogo crítico se faz presente nas discussões sobre as demandas sociais como: a importância da identidade quilombola, a valorização da memória dos ancestrais escravos, a necessidade de resistirem ao preconceito e a desigualdade social na</p>

				sociedade local, e a luta pelo direito constitucional de reaver os territórios quilombolas.
19- Dissertação – 2016  FERREIRA, Ângela Aparecida  Quilombolas; Educação; Minas Gerais; Escravidão; História; Estudo e ensino Africanos; Brasil; Memória; Aspectos Sociais; História local.	Universidade Federal de Minas Gerais PPG em Educação e Docência  História local em sala de aula: quilombos de Minas e identidade quilombola no século XXI. Dissertação.	Objetivou reivindicar a prática docente e dar retorno social aos colaboradores da pesquisa. Esse retorno se materializa através do Movimento de Educação Escolar Quilombola, site eletrônico que propõe debater e reunir fontes que propiciem a construção dessa educação quilombola para Minas Gerais	Tem como metodologia a discussão bibliográfica, história oral na construção da pesquisa sobre memórias de comunidades negras	Os resultados dessa pesquisa são frutos de discussão com integrantes do Programa “Ações afirmativas” na UFMG, e do primeiro curso de Aperfeiçoamento de Educação Escolar Quilombola/UFMG, proposto aos pesquisadores presente no grupo. A participação da pesquisadora como professora neste curso levou-a a rever suas práticas, enquanto professora de história que trabalha com alunos da comunidade quilombola de Felipe.
20- Dissertação - 2016  SPINELLI, Renata Camara.  Abordagem textual discursiva; Formação da juventude; Identidade negra; Quilombos rap; Relação étnico-raciais.	Universidade de São Paulo PPG em Educação  Realidade Negra do Quilombola do Campinho da Independência: o rap na formação da juventude negra.	Compreender os modos de viver desses moradores e de compreenderem-se em um quilombola século XXI, com características rurais, turísticas e periféricas, em seu processo de construção de identidade quilombola.	Estudo de caso de caráter exploratório que se encaminhou para a compreensão dos temas emergidos. A metodologia de análise do discurso das letras se deu sob a abordagem textual discursiva, e desse modo nossas entrevistas concentraram-se, nos dois MCs compositores da	Através da singularidade dos relatos dos autores sobre suas canções, observamos sua busca identitária como quilombolas em seu próprio contexto resultando na reflexão sobre como se dá a formação e educação nos contextos quilombolas e de outras comunidades tradicionais.



			maior parte das canções.	
<p>21- Dissertação-2016</p> <p>FREITAS, Tiago Larrosa.</p> <p>Sociologia; Quilombo Teixeira; Identidades; Quicumbi; Bem Viver Quilombola</p>	<p>Universidade Federal de Pelotas PPG em Sociologia.</p> <p>As buscas pelo Bem Viver Quilombola: resistências, resignificações e traduções culturais identitárias no Quilombo dos Teixeiras, Mostardas/RS.</p>	<p>Objetivo de compreender os processos sociais e culturais relacionados ao acionamento da identificação enquanto comunidade quilombola das famílias do Quilombo dos Teixeiras, município de Mostardas, Rio Grande do Sul, na busca por situações de Bem Viver Quilombola.</p>	<p>Foram feitas entrevistas, observações e vivências junto a esta comunidade.</p>	<p>Foi possível perceber que as práticas destas famílias passam por processos de re-construções identitárias a cada relação estabelecida entre quilombolas e não-quilombolas. O acesso às políticas públicas de ação afirmativa tem colaborado na melhoria das condições infra-estruturais e no aumento da auto-estima das famílias. E, sobretudo, o acionamento da condição de remanescentes de quilombos vem sendo fundamental na busca por um Bem Viver Quilombola.</p>
<p>22- Dissertação - 2016</p> <p>LIMA, Fernanda Olivieri de.</p> <p>Educação ambiental; Agroecologia; Comunidades tradicionais; Socioambiental.</p>	<p>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica</p> <p>PPG em Educação</p> <p>Educação ambiental agroecológica no resgate do ser natural.</p>	<p>Acompanhar processos formativos de educadores ambientais que seguem princípios educativos de transformação das relações socioambientais com o objetivo de resgatar o "ser natural".</p>	<p>É uma pesquisa de tipo qualitativa aos moldes etnográficos que parte de revisões bibliográficas sobre perspectivas antropológicas, processos formativos, agroecologia, educação ambiental, paradigmas educativos e teoria da complexidade.</p>	<p>Apresenta e discute experiências e caminhos que enfrentem o paradigma hegemônico, defendendo que para a construção do conhecimento ecológico é preciso revalorizar e renovar propostas, princípios e formatos de ação que permitam reconstruir o mundo sob novas formas de relação sociedade-natureza.</p>

<p>12-Tese - 2016 CONDE, Bruno Esteves.</p> <p>Prioridade de conservação; Etnobotânica; Espécies nativas; Comunidades tradicionais.</p>	<p>Universidade Federal de Juiz de Fora. PPG em Ecologia.</p> <p>Conhecimento ecológico local e sua interferência na conservação da biodiversidade botânica para três comunidades quilombolas residentes em contexto de floresta atlântica.</p>	<p>Avaliar o conhecimento ecológico tradicional quanto a sustentabilidade de flora nas comunidades Quilombolas de São Sebastião da Boa Vista (SSBV), São Bento (SB) e Colônia do Paiol (CP), para subsidiar posterior plano de manejo.</p>	<p>Utilizou-se: aproximação aos membros da comunidade; coleta de dados etnobotânicos para quaisquer usos; coleta de dados fitossociológicos nas florestas locais; análises quantitativas com a aplicação de índices para avaliar a importância das espécies nativas para a cultura local e seus estados de conservação</p>	<p>Concluiu-se que as comunidades em questão detêm grande conhecimento sobre o uso das floras locais, entretanto, há a necessidade de se implementar estratégias para a recomposição florestal, além da produção de plano de manejo sustentável que priorize a preservação de determinadas espécies locais. visando a manutenção da cultura local, a conservação da biodiversidade de flora à partir de plano de manejo dos recursos naturais utilizados.</p>
<p>13- Tese – 2016 DINIZ, Raimundo Erundino Santos.</p> <p>Conhecimento tradicional associado; Festas populares; Quilombos; Quilombolas. Comunidade São Pedro dos Bois – AM.</p>	<p>Universidade Federal do Pará PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido</p> <p>Quilombo de São Pedro dos Bois: memória biocultural subvertida nas lógicas de ocupações recentes do Amapá.</p>	<p>Analisar a importância das formas intrínsecas de usos sócio culturais dos recursos naturais pelos quilombolas para a continuidade do território com base nos saberes tradicionais, na imemorialidade das crenças, festividades, roças, extrativismos, pescas e caças.</p>	<p>Organizou-se realização de survey, durante o qual buscou-se utilizar o método descritivo-analítico para averiguar as condições políticas, econômicas e socioculturais da comunidade quilombola São Pedro dos Bois</p>	<p>As fontes levantadas por entrevistas, observações e anotações em campo, análises documentais, realização de oficina para elaboração de croqui e registros fotográficos demonstraram que no estado do Amapá as políticas anunciadas de “Desenvolvimento Sustentável” não prescindem o entendimento as lógicas de ocupações das terras tradicionalmente ocupadas e desconsideram a memória biocultural quilombola que</p>

				tem muito a contribuir com práticas coletivas de usos sociais dos bens comuns.
<p>14- Tese – 2017</p> <p>PRUDÊNCIO, Luzilena de Sousa.</p> <p>Comportamento de Procura de Cuidados de Saúde; Conhecimentos, Atitudes e Prática em Saúde; Atenção à Saúde; Grupo com Ancestrais do Continente Africano; Bioética. Proteção; Vulnerabilidade em Saúde.</p>	<p>Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.</p> <p>PPG em Saúde Coletiva</p> <p>Itinerários terapêuticos de quilombolas: um olhar bioético sobre a atenção e o cuidado à saúde.</p>	<p>Objetivou analisar os itinerários terapêuticos de quilombolas e a possível relação com os processos de vulneração e vulnerabilidade na busca de atenção e cuidado à saúde, sob a ótica da bioética da proteção.</p>	<p>Utilizou-se de elementos da etnografia através da triangulação de dados obtidos por meio de observação participante, entrevista e pesquisa documental. Os resultados da triangulação de dados foram transcritos para o software Atlas.ti@7.1.6, que possibilitou o armazenamento, a manipulação e a análise dos dados qualitativos, favorecendo a análise.</p>	<p>Revela a necessidade de medidas protetoras voltadas para essa população no sentido de efetivação, em sua completude, das políticas públicas já pactuadas em instâncias superiores, mas que precisam ser assumidas por entes Federados, pelo Estado, pela sociedade civil e organizada pelos próprios quilombolas.</p>
<p>15- Tese – 2017</p> <p>ALVES, Tanize Tomasi.</p> <p>Diferenciação espacial; Interações sociais; Regionalizações cotidianas; Estudo comparativo; Quilombolas.</p>	<p>Universidade Federal do Paraná. PPG em Geografia</p> <p>O comportamento relacional nos processos regionalizadores cotidianos: um estudo comparativo entre os quilombolas de São João e Santa Cruz – PR.</p>	<p>Comparar os quadros da experiência cotidiana de interação social dos quilombos das comunidades paranaenses de São João e Santa Cruz, revelando suas articulações espaciais.</p>	<p>Metodologia da prática do campo é compartilhada entre pesquisador e sujeitos sociais pesquisados por meio da observação participante.</p>	<p>Adota-se uma perspectiva da diferenciação espacial escolar para sustentar a tese de que o diferente não é um imediata singularidade da vivência e experiência dos sujeitos quilombolas, mas uma complexa trama, em que as redes sociais aparecem em escalas fluídas de resistência e adequação dotada tanto de relativa coesão quanto de parcelas de alguma forma desarticuladas.</p>

<p>23- Dissertação – 2017</p> <p>QUEIROZ, Márcia de Godoi</p> <p>Estudos pós-coloniais; Memória; Identidade; Escola Municipal Virgília Garcia Bessa; Prática educativa.</p>	<p>Universidade Federal de Pernambuco</p> <p>PPG em Educação Contemporânea</p> <p>Memórias de resistências, identidades em conflito e a prática educativa da Escola Municipal Virgília Garcia Bessa na Comunidade Quilombola do Castainho em Pernambuco.</p>	<p>Objetivo estudar o modo como as memórias corroboram com as construções identitárias a partir da prática educativa vivenciada na escola quilombola.</p>	<p>Abordagem qualitativa, com características de cunho exploratório e explicativo. O nosso percurso analítico foi orientado nos termos do Método do Caso Alargado, conforme definido por Boaventura de Sousa Santos. A coleta de dados por meio da observação participante, conversas informais e da realização de entrevistas semi-estruturadas.</p>	<p>Apontam para um processo educativo alheio as especificidades históricas e socioculturais de raízes africanas, afrodescendentes e quilombolas. No quesito identidade, percebemos o conflito na concepção identitária dos jovens e crianças quilombolas inseridos na instituição escolar da comunidade, segregação social e racial. Sobre a memória, constatamos a importância desta para a preservação e perpetuação das epistemes da população negra e fomento identitário. O processo educativo não contribui de forma efetiva com a ruptura dos condicionantes históricos, realidade que provoca uma série de conflitos, desde as propostas curriculares ao próprio reconhecimento dos jovens e crianças, enquanto quilombolas.</p>
<p>24- Dissertação- 2017</p> <p>NASCIMENTO, Raimundo Magno Cardoso.</p> <p>Quilombos;</p>	<p>Universidade de Brasília</p> <p>PPG em Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Comunidades quilombolas África e Laranjituba um</p>	<p>Caracterizar as formas tradicionais de gestão e refletir sobre sua evolução, procurando compreender sua eficiência e</p>	<p>Sua elaboração se deu por meio de entrevistas, grupos focais, mapeamento participativo, além de referências bibliográficas e</p>	<p>Por fim, se faz uma reflexão conclusiva sobre a Gestão Territorial em África e Laranjituba, à luz da tradição e de sustentabilidade,</p>

<p>Gestão territorial; Comunidades tradicionais; Sustentabilidade; Amazônia.</p>	<p>estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional.</p>	<p>eficácia local ao longo dos tempos, assim como sua importância social e científica.</p>	<p>outras fontes de informação.</p>	<p>assim como se apresentam as perspectivas da comunidade acerca da sua forma própria de gestão, no ponto de vista da sustentabilidade, com base em referências bibliográficas sendo fechado com a apresentação de algumas lições aprendidas.</p>
<p>25- Dissertação-2017  SOUSA, Vivianne de.  Quilombos; Sertão; Mulheres; Direitos Humanos; Políticas Públicas.</p>	<p>Universidade Federal da Paraíba, PPG em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas  Mama África: os quilombos do sertão e as lutas das mulheres das comunidades negras de Catolé do Rocha – PB.</p>	<p>Objetivamos analisar o processo de luta pelo território nas comunidades negras situadas no sertão paraibano, especificamente no município de Catolé do Rocha – PB, considerando os dispositivos legais e constitucionais que fazem referência a esses grupos</p>	<p>O trabalho de campo foi um instrumento indispensável. Inicia-se com a caracterização do espaço geográfico das comunidades situadas no sertão, em seguida construímos sistematicamente a trajetória das quatro comunidades negras pesquisadas: Pau de Leite, São Pedro dos Miguéis, Lagoa Rasa e Curralinho/Jatobá. Por conseguinte foi realizado um debate sobre a implementação das políticas públicas, direitos humanos e a discussão de gênero a partir da vida das mulheres negras, elucidando suas resistências, trajetórias e histórias</p>	<p>Com o resultado das investigações foi possível perceber que embora as comunidades tenham os indícios de ocupação histórica quilombola, a exemplo da manutenção dos costumes, memória, cultura e ter acionado instâncias jurídicas, os caminhos percorridos para a legalização do território são tortuosos e demorados e muitas vezes ineficientes, causando sempre movimentos de desarticulação política nas comunidades.</p>

<p>26- Dissertação-2017</p> <p>CAMPOS, Jocimar Jesus de.</p> <p>Morrinhos; Narrativas míticas; Educação quilombola.</p>	<p>Universidade Federal de Mato Grosso</p> <p>PPG em Educação</p> <p>As narrativas míticas da comunidade quilombola de Morrinhos/Poconé /MT e os fazeres escolares.</p>	<p>Compreender as relações entre as narrativas e memórias partilhadas na comunidade quilombola de Morrinhos, Poconé/MT com os saberes e fazeres da Escola Municipal Professora Catarina Antônia da Silva.</p>	<p>Foram utilizados o método etnográfico e o gênero história oral. Os principais instrumentos da coleta de dados foram a entrevista, a observação participante e a análise documental. Nas entrevistas utilizou-se questionário semiestruturado.</p>	<p>Apontaram para a importância da função social desempenhada pelos anciãos e anciãs da comunidade quilombola de Morrinhos, uma vez que são eles os detentores da experiência do vivido e, por isso, configuram-se no esteio do grupo. Porque são os guardiões das mensagens educativas espontâneas e/ou naturais que permeiam o universo cultural da comunidade.</p>
<p>16- Tese – 2017</p> <p>SILVA, Delma Josefa da.</p> <p>Educação; Afrocêntrica; Currículo; Quilombola; Ancestralidade; Memória.</p>	<p>Universidade Federal de Pernambuco</p> <p>PPG em Educação</p> <p>Referenciais epistêmicos que orientam e substanciam práticas curriculares em uma escola localizada na Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas.</p>	<p>Compreender os Referenciais Epistêmicos que Orientam e Substanciam as Práticas Curriculares em uma Escola Localizada na Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas.</p>	<p>A pesquisa é qualitativa, com estudo de caso. Coleta de dados através de entrevista semi-estruturada e com análise de conteúdo, referenciada em Bardin (2011).</p>	<p>Os resultados da pesquisa indicam que a consciência e organização política dos quilombolas possibilitaram a conquista da educação específica dialogada com as Bases da Educação Nacional; A formação inicial de professores responde incipientemente às necessidades da qualificação do professor quilombola.</p>
<p>27- Dissertação – 2017</p> <p>CHRISTOVAO, Sílvia Regina Teixeira</p> <p>Identidade; Memória; Quilombo; Território; Pertencimento.</p>	<p>Universidade Federal de Pelotas</p> <p>PPG em História</p> <p>Festa, Música e Memória na Comunidade Quilombola de São Roque (SC) e os Vetores de Uma Identidade Étnica como Demarcação de</p>	<p>Busca evidenciar e reconstruir a história de luta dos remanescentes do quilombo São Roque/Pedra Branca, pelo reconhecimento do seu território, e a consolidação da sua identidade étnica</p>	<p>Metodologicamente baseia-se na pesquisa qualitativa, levantamento bibliográfico, material digital artigos, dissertação, teses.</p>	<p>Os resultados pontuam a música e a festa, como espaço de ligação que aproximam a comunidade nos festejos aos santos de devoção, recriando a identidade da comunidade e alimentando o sentimento de</p>

	Território e Pertencimento.			pertença. Oportunizando a estabilidade de determinada cultura quilombola, enquanto um espaço-tempo intrinsecamente relacionado à rotina diária e enquanto um lugar de produção identitária ligada à festa, à música, a terra e ao trabalho.
17- Tese – 2017 GOMES, Antonio Maspoli de Araújo.  Trauma Intergeracional; Complexo Cultural; Quilombolas; Cultural complexa.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PPG em Psicologia  "Melhor que o Mel, só o Céu": trauma intergeracional, complexo cultural e resiliência na diáspora africana (um estudo de caso do Quilombo do Mel da Pedreira, em Macapá, AP).	Analisar o impacto do trauma histórico intergeracional na produção de complexos que se desenvolvem inconscientemente, nessas populações, e minam os seus recursos.	Esta pesquisa assentou-se sobre o método misto, em sua execução. A análise da produção cultural de 42 sujeitos quilombolas, homens e mulheres, do Quilombo do Mel da Pedreira, em Macapá — Amapá, realizou-se por métodos quantitativos e qualitativos: a observação participante; a observação etnológica e etnográfica; a entrevista semidirigida; a análise de conteúdo; o Inventário de Autoconceito de Adriano Vaz Serra; a Escala de Autoestima de Rosenberg; e a análise estatística simples.	O trauma histórico intergeracional decorrente das memórias da escravidão permanece presente nas narrativas e na produção cultural de quilombolas. O trauma histórico intergeracional gera um complexo cultural de inferioridade na população quilombola. Baixo autoconceito na população quilombola como sintoma do complexo cultural; não se confirmou. Baixa autoestima na população quilombola como sintoma do complexo cultural. O complexo cultural afeta negativamente o modo de vida de quilombolas e contribui para o empobrecimento da população. O que define a vida no quilombo é o conceito de resistência/resiliência.

<p>28- Dissertação-2017</p> <p>MARTINS, Adriana de Magalhães Chaves.</p> <p>Assistência técnica e extensão rural; Desenvolvimento rural; Agricultura familiar</p>	<p>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica PPG em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Caracterização e Análise do Sistema de ATER em Três Escalas: nacional, estadual e local, com base no estudo de caso da Associação Agroecológica de Teresópolis/RJ (2010 a 2017).</p>	<p>Identificar o sinergismo entre os elementos do sistema de ATER, e a perspectiva de desenvolvimento rural que tem implantado.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e o estudo de caso da AAT, situada na Região Serrana do Rio de Janeiro, local de agricultura familiar e um dos principais polos de produção de alimentos e água para a metrópole carioca.</p>	<p>Entre as principais conclusões está o fato que o sistema de ATER, nas três escalas, é incompleto e inconcluso, e seu elo mais fraco é a prestação de serviços na sua atividade fim, que não vem sendo fortalecida na medida necessária para o suprimento das demandas.</p>
<p>29- Dissertação – 2017</p> <p>GONÇALVES, Ana Cláudia.</p> <p>Cidadania; Políticas públicas; Memória; Quilombolas do Baú.</p>	<p>Universidade Federal de Juiz de Fora</p> <p>PPG em História</p> <p>Políticas públicas para quilombolas: a construção da cidadania na comunidade remanescente de quilombo do Baú.</p>	<p>Investigar como a cidadania configura-se neste território, após o reconhecimento legal do Estado às comunidades quilombolas.</p>	<p>Intercalou-se a utilização de fontes orais (entrevistas) e textuais</p>	<p>Evidenciou-se a articulação entre a organização social destes sujeitos e as políticas públicas, contribuindo com as discussões travadas no campo das políticas públicas e com ressignificação que compõe os quilombolas na atualidade. O estudo poderá corroborar para compreensão histórica das práticas que se tem atribuído como necessárias a formação cidadã, podendo fomentar debates que busquem uma concepção mais ampla do conceito de cidadania.</p>



<p>30- Dissertação-2017</p> <p>POLLI, Leonardo de Souza</p> <p>Quilombo; Território; Identidade; Sistema de Informações Geográficas (SIG); Etnomapeamento ; Geoprocessamento.</p>	<p>Universidade Federal da Bahia</p> <p>PPG em Arquitetura e Urbanismo</p> <p>Etnomapeamento Enquanto Método, Geoprocessamento Enquanto Técnica: Ferramentas e Práticas Para o Imageamento da Territorialidade Quilombola.</p>	<p>Apresenta-se nessa dissertação uma afirmação de que quanto mais se conhece o seu espaço, mais possível é preservar, gerir, planejar e desenvolver esse local a partir da percepção do grupo social que pertence e é pertencido por esse território.</p>	<p>Sustentado no etnomapeamento enquanto método, geoprocessamento enquanto técnica. Um estudo de caso, demonstra-se a possibilidade real de se criar um Sistema de Informações Geográficas (SIG) de um quilombo, incluindo informações subjetivas e identitárias, a partir de percepções singulares do espaço.</p>	<p>Esse trabalho apresenta uma reflexão teórica e jurídica sobre a questão quilombola no Brasil, e um relato sobre a história que envolve o quilombo Rio dos Macacos, que resiste há quase um século em seu território, mesmo disputando-o (em uma grande parte da história) contra um setor antagonístico – em todos os aspectos possíveis –, a Marinha do Brasil.</p>
<p>31- Dissertação-2017</p> <p>FEITOSA, Eliana Aparecida Silva Santos.</p> <p>Cultura; Etnogeografia; Comunidades quilombolas; Medicina popular; Identidade cultural.</p>	<p>Universidade de Brasília, Brasília, PPG em Geografia</p> <p>Identidade e cultura: estudo etnogeográfico da comunidade tradicional do MOINHO em Alto Paraíso de Goiás.</p>	<p>Analisar como a Comunidade Tradicional do Moinho pôde perpetuar seu Conhecimento Tradicional, sua Identidade e Cultura ancestralmente construída em um contexto social de pouca valorização da sabedoria repassada de geração a geração sobre plantas, ervas e seus usos que integram medicina natural quilombola.</p>	<p>Pesquisas bibliográficas, de campo, entrevistas com os moradores e vivências com Dona Flor, parteira, raizeira e principal expoente da medicina tradicional quilombola.</p>	<p>Concluiu-se que a Comunidade Tradicional do Moinho agora certificada é conhecida pela medicina quilombola praticada pelos moradores mais antigos, o conhecimento tradicional é repassado de geração em geração pela oralidade e convívio. Toda a riqueza cultural expressa na religiosidade, na culinária e na manipulação e formulação de remédios “do mato” está ameaçada pela modernidade caracterizada pela agricultura tecnificada e expansão imobiliária que diminuem o território utilizado</p>

				para a coleta de ervas.
32- Dissertação-2017  PASSOLD, Sirlene Barbosa Corrêa.	Universidade de Brasília  PPG em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais  Desapocadas: concepções de beleza e conhecimentos tradicionais de mulheres quilombolas do Puris- MG.	Compreender como as mulheres quilombolas do Puris constroem representações acerca da beleza, relacionando essas concepções com os conhecimentos tradicionais relativos ao embelezamento e cuidados com o corpo feminino nesta comunidade.	Inicialmente, apresenta uma historicização dos processos de territorialidade e identidade do Quilombo Puris, pensando esses processos desde o tempo dos antigos até os dias de hoje. Em seguida, a partir da análise de relatos orais, diversos elementos são problematizados.	Por fim, como sinalização de um exercício epistemológico, a autora constrói uma narrativa em que reflete sobre a sua história de vida ao relacionar os conhecimentos aprendidos tradicionalmente e aqueles que exercitou na universidade, durante a experiência do mestrado.
33- Dissertação – 2017  SILVA, Daniela Santos.  Identidade Étnica; Etnicidade; Memória.	Universidade Federal de Sergipe  PPG em Sociologia  Sítio Alto: entre dança, história e etnicidade.	O objetivo é desenvolver uma análise de como a comunidade em questão tem construído sua identidade étnica através da memória e da dança de roda. Procura-se compreender como a questão étnica vem sendo difundida e socialmente construída entre os moradores de Sítio Alto, nos últimos cinco anos. Nesse mesmo cenário, busca-se analisar a trajetória da comunidade, sua luta pelo reconhecimento como remanescente quilombola e pela certificação do território.	1-História social da comunidade Sítio Alto e o mapeamento dos seus moradores, considerando alguns aspectos como etnia, cor, escolaridade, renda. 2- Visitas a campo, fazendo uso da observação participante. 3- Realização de entrevistas com moradores mais antigos e jovens e pessoas envolvidas no processo de luta da comunidade, buscando, através do uso da memória, perceber a trajetória histórica dos moradores e da comunidade. 4-Acompanhar reuniões na Associação de moradores da comunidade e eventos	O processo de autoidentificação como remanescente quilombola tem modificado a maneira de os moradores se perceberem e se compreenderem, nesse processo de se analisarem constantemente e de participarem mais ativamente de outros movimentos sociais, a identidade local tem sido valorizada através de estratégias como o registro das memórias por meio dos documentários que surgiram sobre a comunidade, além dos registros das cantigas da dança de roda por Dona Josefa, que será publicado em forma de livro com o incentivo da Prefeitura Municipal.

			realizados por diversas instituições que envolviam a Comunidade Sítio Alto.	
34- Dissertação– 2018  SANTOS, José Rodrigo Pontes dos.  Juventude; Identidade; Quilombolas.	Universidade Federal do Pará, PPG em Educação  Juventudes quilombolas: memória, resistência e construção de identidades) –	Analisar os processos de construção de identidades desenvolvidos pelos(as) jovens quilombolas nos confrontos entre as suas relações e práticas no contexto do quilombo e com territórios externos, assim como as estratégias de resistências que são geradas nesses processos.	Metodologicamente, o trabalho se desenvolveu por meio da pesquisa participante e da aplicação de um formulário discutido junto a sete jovens das Comunidades Associadas de Remanescentes Quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, situadas no município de Inhangapi, nordeste do Estado do Pará.	O resultado da pesquisa mostrou que as interações no interior das comunidades revelam atividades educativas que são repassadas de geração a geração por meio de práticas cotidianas como pesca, caça e extração de frutos da mata, que constituem traços da cultura, memória e ancestralidade dos quilombolas, dando vida e sustento à identidade do grupo quilombola.
35- Dissertação– 2018  FRANCIS, Poliana de Almeida.  Agrobiodiversidade Quilombos; Sistemas agrícolas; Comunidades tradicionais.	Universidade de Brasília  PPG em Desenvolvimento Sustentável  Unidades de conservação, territórios quilombolas e reservas da agrobiodiversidade de áreas protegidas ou territórios ameaçados?	Buscou compreender a relação entre o contexto político do Brasil e a conservação da agrobiodiversidade em áreas de sobreposição entre TQs e UCs.	Esta pesquisa, de caráter qualitativo e interdisciplinar. Para tanto, foram realizadas revisão bibliográfica, consulta a dados oficiais, entrevistas e reuniões com grupos focais. Os dados levantados compõem também um estudo de caso acerca da sobreposição entre o Território Quilombola da Comunidade Mumbuca e a Reserva Biológica da Mata Escura, localizados em	A pesquisa destaca, dentre outros aspectos, a importância da convergência entre políticas públicas ambientais, territoriais, agrícolas, sociais e culturais; a necessidade da adoção de instrumentos de gestão de áreas protegidas que compatibilizem os direitos das comunidades quilombolas com os objetivos de criação das UCs nas áreas de sobreposição, em consonância com o imperativo de conservação da agrobiodiversidade; e a

			Jequitinhonha-MG.	oportunidade de construção de uma coalizão de áreas protegidas em prol da proteção do patrimônio socioambiental brasileiro.
36- Dissertação-2018 MARQUES, Carla Renata dos Santos.  Práticas Alimentares; Grupo com Ancestrais do Continente Africano; Antropologia Cultural; Segurança Alimentar e Nutricional.	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, RJ  PPG em Saúde Pública  Alimentação, saúde e cultura: um estudo das práticas alimentares em uma comunidade remanescente de quilombo na Amazônia brasileira.	Os objetivos do estudo são: compreender como se configuram as práticas alimentares e de que forma elas se relacionam com a saúde e a cultura dos sujeitos envolvidos no contexto da comunidade quilombola de Abacatal; caracterizar o contexto sociodemográfico e ambiental dessa comunidade, considerando seu processo histórico de formação; conhecer a memória das práticas alimentares e analisa-las a partir das falas dos participantes envolvidos, compreendendo sua relação com a saúde e a cultura desse grupo.	Adotou-se a abordagem qualitativa e a perspectiva teórica interpretativista para fundamentar a análise. A construção dos dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico e documental, observação e entrevistas do tipo semiestruturada.	Os resultados nos situaram sobre a atual conjuntura sociodemográfica e ambiental, os entraves de acesso aos serviços e bens de consumo, a expansão urbana desordenada e os conflitos socioambientais, que ameaçam o acesso aos recursos naturais. Também revelaram a importância do trabalho agroextrativista realizado na comunidade, como norteador do comportamento alimentar e para a manutenção da saúde.
18- Tese- 2018 FELIPE, Márcia Leyla de Freitas Macêdo.  História oral; Quilombo;	Universidade do Vale do Rio dos Sinos  PPG em História  O protagonismo feminino: Comunidade Quilombola Sítio	Analisar aspectos da liderança e do protagonismo feminino na Comunidade Quilombola do Sítio Arruda, no estado do Ceará, enquanto experiência	A pesquisa se deu inicialmente por uma revisão bibliográfica e História Oral, como principal metodologia e memória como principal fonte, sendo entrevistadas	Percebe-se que, se antes o espaço de atuação da mulher quilombola estava relacionado à luta constante pela reprodução da família e da comunidade, hoje, essa luta toma

<p>Mulher quilombola;          Protagonismo feminino.</p>	<p>Arruda em Araripe – Ceará.</p>	<p>coletiva e/ou individual.</p>	<p>mulheres envolvidas em vários segmentos, como educação, associação comunitária, religiosidade e representatividade de política.</p>	<p>outros sentidos, atuando no espaço público-político pela inclusão da comunidade em políticas públicas e pelo reconhecimento de seus direitos fundiários. Confirmei a minha hipótese de que essas mulheres tem agido de forma ativa, como verdadeiras protagonistas, que contribuem com a manutenção e o desenvolvimento dessas comunidades quilombolas.</p>
<p>19- Tese – 2018          MARTINS, Mayara Roberta.          Turismo Sustentável; Juventude rural; Patrimônio natural; Patrimônio cultural; Quilombos.</p>	<p>Universidade Estadual de Campinas PPG em Ambiente e Sociedade          Turismo sustentável: o protagonismo da juventude e a conservação do patrimônio natural-cultural do quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil.</p>	<p>Discute o turismo sustentável na perspectiva de auto-organização de base comunitária com o foco na participação social dos jovens de uma comunidade rural negra (quilombo) localizada na região do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil.</p>	<p>Como metodologia foi utilizada o estudo de caso de uma abordagem qualitativa, a partir de dados coletados por meio de intenso trabalho de campo e observação simples do contexto-situacional, a realização de quatro entrevistas semiestruturadas com atores-chaves (lideranças comunitárias) e a aplicação de 35 questionários aos jovens quilombolas de 18 a 35 anos (10% da amostra populacional). Para a análise dos dados foi realizada a análise</p>	<p>Os resultados e as discussões indicaram a importância do reconhecimento e da segurança jurídica do uso coletivo do território, que foi legitimado pelo histórico das lideranças mais antigas, como ponto-chave para o desenvolvimento do TBC em Ivaporunduva. Espera-se que essa pesquisa contribua como ferramenta de planejamento do turismo para outros contextos, cujo desafio é possibilitar estímulos para a permanência dos jovens nas áreas rurais. Tudo isso, envolverá a interação dos aprendizados ecológicos e culturais entre as</p>

			descritiva e de estatística multivariada com o software SAS (Statistical Analysis Software), análise de Clusters e o modelo IAD.	gerações, de modo a garantir avaliações constantes das ações no turismo e no patrimônio natural-cultural, como expressões da memória e do futuro das próximas gerações.
20- Tese – 2018 MÉLO, Cláudia Fernanda Teixeira de.  Educação ambiental; Memória; Sociologia educacional; Cultura; Quilombos; Conservação da natureza; Comunidade Castainho; Processos educativos.	Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE  PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente  Memórias e sentidos de natureza nas práticas educativas da comunidade Quilombola Castainho/PE.	Analisar os sentidos de natureza atribuídos por sujeitos da comunidade rural Castainho por meio dos seus processos educativos	A pesquisa contou com um plano de estudo bibliográfico, distribuído em etapas de aparato documental, sob o método etnográfico, através da história oral, com base na história oral in locus, junto aos integrantes da comunidade Quilombola centenária do Agreste Meridional de Pernambuco.	A pesquisa contribuiu para a sistematização dos conhecimentos sobre as memórias e os sentidos de natureza ao ampliar estudos dos processos identitários e socioculturais enquanto ação de conservação do lugar, como também na reflexão do pertencimento do homem em relação à natureza mediante processos identitários sociocultural de um lugar, ao conservar o ambiente (natureza) por meio dos processos educativos.
37- Dissertação - 2018  FRANÇA, Aurênia Pereira de  Oralidade; Análise crítica do discurso; Identidade; Dissertações.	Universidade Católica de Pernambuco PPG em Ciências da Linguagem  Análise crítica do discurso quilombola em Conceição das Crioulas: oralidade,	Analisar os discursos quilombolas a partir da memória e da oralidade enquanto práticas de legitimação da identidade étnica	Pesquisa qualitativa, transversal, analítica, fundamentada na teoria social do discurso	Esta comunidade negra, rural, foi fundada por seis mulheres negras que lutaram pela posse da terra, seus direitos étnicos e políticos, na perspectiva de afirmar suas identidades, nutridas pelas memórias

	memória e identidade social.			discursivas com vistas ao combate ao racismo
<p>38- Dissertação-2018</p> <p>HOSTENSKY, Ilka Lima.</p> <p>Sítios históricos; Patrimônio imaterial; Quilombos.</p>	<p>Universidade de Brasília, Brasília PPG em Geografia</p> <p>Patrimônio-territorial em Olinda- PE: Comunidade quilombola do Portão do Gelo – Nação Xambá, valorização da cultura afro-latino-americana.</p>	<p>Analisar como se dá a ativação do patrimônio-territorial e como se caracterizam as práticas de resistência da comunidade quilombola do Portão do Gelo – Nação Xambá, localizada na cidade de Olinda (PE), no bairro de São Benedito.</p>	<p>A pesquisa de campo aconteceu na comunidade quilombola mencionada, em quatro etapas distintas, ao longo de 2017. Realizou-se: observação participante, com registro em diário de campo, análise documental, registros fotográficos e 17 entrevistas semiestruturadas. Empregou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011).</p>	<p>Os resultados indicam que o patrimônio-territorial, definido pela comunidade e localizado no perímetro do quilombo, compreende seus atores sociais (os sujeitos-patrimônio) e o patrimônio material e imaterial. O estudo apresenta profícua contribuição empírica ao conceito de patrimônio-territorial proposto por Costa (2016, 2017) e possibilita concluir que a Comunidade Xambá é a protagonista da ativação de seu patrimonioterritorial. A atuação organizada do grupo, por meio das ações de persistência, resistência e visibilização, contribui para a manutenção de suas referências culturais.</p>
<p>39- Dissertação-2018</p> <p>NASCIMENTO, Jorge Luiz da Silva</p> <p>Memória social; Quilombo urbano; Etnodesenvolvimento; Canoas.</p>	<p>Universidade La Salle PPG em Memória Social e Bens Culturais</p> <p>Alternativas de etnodesenvolvimento na comunidade Chácara das Rosas em Canoas/RS: um estudo de memória social.</p>	<p>Objetivo é identificar as alternativas de etnodesenvolvimento da comunidade remanescente de quilombo Chácara das Rosas, em Canoas/RS</p>	<p>A pesquisa é de caráter qualitativo. Mais especificamente, o método fundamenta-se na pesquisa-ação como ferramenta de investigação e transformação da realidade.</p>	<p>Os resultados parciais indicam que a comunidade vem se empoderando com as discussões sobre etnodesenvolvimento, prevendo a realização não apenas do curso de extensão previsto pelo projeto de pesquisa em mestrado</p>

				profissional, mas seminários e ações pontuais com vistas à tomada de consciência da importância histórica, social e memorial do quilombo.
40- Dissertação-2018  FERREIRA, Bruno Simara.  Quilombos; Engenharia ambiental; Direito ambiental; Biodiversidade; Biopirataria; Repartição de benefícios.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro  PPG em Saneamento Ambiental: controle da poluição urbana e industrial  Benefícios da biodiversidade para as comunidades quilombolas: a nova legislação os sustenta?	Recentemente foi sancionada, no Brasil, a Lei nº 13.123, de 2015, denominada a Nova Lei da Biodiversidade. Como objetivo analisar esta Nova Lei à Luz da legislação anterior.	Caráter bibliográfico e exploratório, com base em revisão da literatura. Para complementar o estudo em caráter ilustrativo, foram realizadas entrevistas com membros de algumas comunidades quilombolas, por meio de um questionário com perguntas semiestruturadas	O estudo concluiu que, apesar de trazer inovações, a nova Lei da Biodiversidade ainda não atende aos anseios das comunidades tradicionais, principalmente no que diz respeito à repartição justa dos benefícios tanto porque as mesmas desconhecem a legislação quanto porque a legislação permite outros meios de compensação que não apenas os monetários, permitindo que a biopirataria continue ocorrendo.
41- Dissertação – 2018 RIBEIRO, Levy Felix  ACD; Identidade ética; Memória; Oralidade.	Universidade Federal de Alagoas PPG em Antropologia Social  Território e memória: uma etnografia na comunidade remanescente quilombola do Muquém em União dos Palmares – Alagoas	Compreender as narrativas de uma parcela de atores sociais da Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém em União dos Palmares – AL, sobre a construção do território, identidade, com base na experiência de acontecimentos históricos e conflitos que marcaram a coletividade.	Pesquisa qualitativa, transversal, analítica, com Análise do discurso para compreender a partir da análise os significados textuais dos discursos dos sujeitos, com enfoque na oralidade, memória e identidade social.	Ao analisar os seus discursos, costumes, constata-se que esse povo se diferencia de outros grupos, quanto a cor da pele; estrutura física; a forma de falar de conviver entre eles, quanto a textura do cabelo e suas tradições folclóricas e costumes que os define como raça, e a esta raça a qual ao analisar-se, auto define-se como Quilombola.



<p>42- Dissertação-2019</p> <p>ARAÚJO, Laís Gois de.</p> <p>Educação; Conhecimentos tradicionais; Práticas educativas; Educação quilombola; Colonialidade; Decolonialidade.</p>	<p>Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.</p> <p>PPG em Educação</p> <p>A prática educativa da mandiocada nas comunidades quilombolas Tabuleiro dos Negros e Sapé - Alagoas.</p>	<p>Compreender o processo de transmissão dos saberes tradicionais através da prática cultural da Mandiocada nas comunidades remanescentes dos quilombos Tabuleiro dos Negros e Sapé, localizadas, respectivamente, nos municípios de Penedo e Igreja Nova, estado de Alagoas.</p>	<p>Desenvolvemos a pesquisa, através de consulta a documentos, observações com anotações em diário de campo e realização de entrevistas semiestruturadas.</p>	<p>Os resultados nos possibilitaram identificar que a Mandiocada praticada nas comunidades quilombolas de Tabuleiro dos Negros e Sapé, é uma prática cultural e pedagógica que transmite, através da oralidade, conhecimentos/saberes de uma coletividade ancestral africana que se constrói pelo corpo e na própria vivência. Estes conhecimentos tradicionais compõem uma visão de mundo não universalizante ou dogmática, constituindo-se como prática decolonial e empoderadora do grupo quilombola.</p>
<p>21- Tese – 2019</p> <p>LOPES, Rita de Cássia Domingues.</p> <p>Antropologia; Quilombos – Tocantins; Quilombolas – Identidade étnica; Territorialidade humana.</p>	<p>Universidade Federal de Pernambuco PPG em Antropologia</p> <p>Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins.</p>	<p>Compreender a história, a forma e a dinâmica da ocupação agrária da região do Bico do Papagaio e sua influência na identificação e na territorialidade da Comunidade Ilha de São Vicente.</p>	<p>Pesquisa qualitativa, utilizando o método etnográfico, com as seguintes etapas: levantamento bibliográfico e documental; trabalho de campo com as técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas; organização e análise dos dados obtidos durante as etapas de campo.</p>	<p>A comunidade constrói e dá significado ao lugar, partindo dos vínculos com a terra, com as águas (rio e lagoas), com as relações de parentesco/afinidade que unem as famílias. Assim, a memória de suas referências históricas de origem, a manutenção do grupo de parentesco/afinidade e as ligações com o território demonstram que, dentro de um cenário regional, estes elementos marcam uma</p>

				identidade de luta pelos direitos assegurados constitucionalmente, para, desta maneira, garantir as suas terras e de serem respeitados.
43- Dissertação – 2019 SILVA, Elisângela de Jesus da.  História; Memória coletiva; Quilombolas; Administração; Belo Horizonte	Universidade Federal de Minas Gerais PPG em Administração  Entre vivências e lembranças de uma Comunidade Quilombola: história, memória e discurso	Analisar a forma pela qual a história da comunidade Luizes pode ser construída a partir da memória dos seus membros.	A pesquisa fundamentou-se na ontologia nominalista, com base no método indutivo, sendo a pesquisa qualitativa	Os resultados obtidos através das entrevistas permitem contar diversas histórias da comunidade Luizes, que remetem à dinâmica do grupo e dele como outros grupos sociais, o que indica que as histórias e memórias podem ser associados a um discurso de identidade. As narrativas foram fundamentadas em fatores que, em última instância, são responsáveis por diferir a comunidade dos demais grupos sociais.
44- Dissertação- 2019 FREITAS, Joana Maria Borges de.  Comunidades ribeirinhas - saúde; Quilombolas – Amazonas (Estado); Territorialidade humana.	Universidade Federal do Amazonas, Manaus  PPG em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia  Território e redes vivas de saúde numa Amazônia quilombola.	Analisar as redes vivas de saúde produzidas na comunidade Santa Tereza do Mutupiri, Localizada no rio Andirá, Município de Barreirinha, região do baixo Rio Amazonas	O método utilizado foi a abordagem cartográfica, caminho metodológico que permite a construção do conhecimento a partir do envolvimento e mistura do pesquisador com o campo.	Desse modo, foi possível conhecer os processos que confrontam os modos de vida quilombola do rio Andirá, permitindo conexões com as redes vivas, bem como a compreensão da noção de territorialidade, identidade social e práticas de cuidado em saúde, tanto por métodos tradicionais, quanto pelos serviços disponíveis no

				sistema público de saúde.
<p>45- Dissertação-2019</p> <p>SUCUPIRA, Tânia Gorayeb.</p> <p>Quilombos; Estudo e ensino; Negros; Identidade étnica; Usos e costumes Brasil; Civilização; Influências africanas.</p>	<p>Universidade Federal do Ceará PPG em Educação</p> <p>Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas.</p>	<p>Identificar as práticas educativas e compreender o construto cultural desta comunidade tradicional, destacando, em especial, as vivências que carregam traços de ancestralidade.</p>	<p>A pesquisa qualitativa recorre ao método História Oral e utiliza técnicas de entrevistas semiestruturadas</p>	<p>É possível concluir que, no contexto social atual, o quilombo permanece como exemplo de espaço de rebelião e resistência, porém não mais para fugir de cativeiro. Os remanescentes quilombolas do Boqueirão da Arara continuam a lutar, mas para terem assegurados seus direitos enquanto comunidade tradicional de descendentes de antigos escravos, bem como por garantia de sobrevivência digna e acesso a bens sociais essenciais, como educação, saúde e trabalho.</p>
<p>46- Dissertação - 2019</p> <p>GOMES, Rosenilda Botelho.</p> <p>Políticas públicas; Assistência técnica; Comunidades quilombolas; Agricultura familiar.</p>	<p>Universidade Federal do Pará, Abaetetuba.</p> <p>PPG em Cidades, Territórios e Identidades</p> <p>Saberes tradicionais quilombolas e a política nacional de assistência técnica e extensão rural: o caso do Arapapuzinho (Abaetetuba-PA).</p>	<p>Analisar se a ATER está contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar no território quilombola, no que diz respeito à organização produtiva, ao manejo sustentável e ao diálogo com os saberes socioambientais desses povos tradicionais na comunidade de Arapapuzinho, em Abaetetuba-PA.</p>	<p>Estudo de Caso. Utilizou-se a pesquisa qualitativa, a observação participante e a entrevistas semiestruturadas, dirigida aos agricultores quilombolas, técnicos e coordenador da COODERSUS e representantes do movimento quilombola – ARQUIA</p>	<p>Despontam o fortalecimento da agricultura familiar, com a presença da ATER, sendo que a cooperativa apresenta uma inovação de orientação que busca a interdependência econômica, social e ambiental, que consolida um modelo de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, expõe que o desenvolvimento local e o aumento produtivo estão nas práticas do conhecimento</p>

				técnico, entretanto, não desmerece o saber tradicional.
<p>22- Tese – 2019</p> <p>MACEDO, Bernardo Vaz de.</p> <p>Quilombo; Memória; Água; Vida e morte; Sujeito; História oral; Etnografia; Identificações; Vale do Jequitinhonha; Minas Gerais.</p>	<p>Universidade Federal de São Carlos PPG em Sociologia</p> <p>“Papagaio velho não pega língua mais, não”: estuciando o jeito de falar e de fazer, o jeito de ser, no quilombo Córrego do Narciso do Meio, Vale do Jequitinhonha (MG).</p>	<p>Como objetivo e fio condutor inicial, toma-se a compreensão de um sujeito, em sua processualidade de des-re-identificações, como um recurso heurístico temporário, que também, ao longo da pesquisa, vai dando lugar a uma certa rarefação do objeto de pesquisa, agora imiscuído àquelas outras categorias, também contingentes.</p>	<p>A partir de metodologias de história oral, de apreensão da memória, da proposta de feitura de desenhos e mapas (em papel e na terra) por moradores/as de distintas gerações, do percurso de trajetos por lugares de memória e da observação e análise de situações etnográficas, a questão do sujeito foi tomada de maneira suficientemente aberta de modo a permitir que se desdobrasse ou ramificasse naquela multiplicidade de questões e temas.</p>	<p>A reidentificação como quilombola é aceita e assumida, por vezes de maneira firme, mas nos próprios termos dos sujeitos que a processam, de uma forma que mantém componentes de um ser que lhe é anterior, de um modo que não se deixa dobrar a língua, que não se deixa enganar. O novo sujeito político e híbrido que é forjado não é tão novo assim. São reidentificações envoltas e abarcadas em uma multiplicidade de outras identificações.</p>
<p>47- Dissertação – 2019</p> <p>SANTOS, José Augusto Menezes dos.</p> <p>Geografia agrícola; Posse da terra; Quilombos; História; Conflito social; Quilombolas; Atividades políticas; Luta pela terra; Território; Organização política.</p>	<p>Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE</p> <p>PPG em geografia</p> <p>A luta do povo quilombola, Mussuca: organização política e resistência em Sergipe.</p>	<p>Objetivou avaliar a espacialização da luta dos remanescentes do Território quilombola Mussuca, localizado no município de Laranjeiras, no estado de Sergipe</p>	<p>A aplicação de quarenta e um questionários apontaram para o desvelamento sobre a condição de luta contínua da comunidade quilombola da Mussuca.</p>	<p>Uma realidade que marca o conjunto dos territórios quilombolas brasileiros, que apesar das conquistas constitucionais permanecem áreas à margem de condições mínimas para a reprodução das famílias, que em geral têm negados direitos básicos. Observou-se que o quadro de resistência da</p>

				identidade e de lutas por direitos sociais se agravou a partir do golpe de 2016 e da eleição da ultradireita brasileira em 2018.
23- Tese – 2019  SOUZA, Cassia Fabiana dos Santos.  Educação ambiental; Mulheres negras; Justiça climática; Cartografia do imaginário; Narrativas.	Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá  PPG em Educação  O esvoçar de lembranças no pouso de lutas socioambientais de mulheres negras.	Conhecer as narrativas de vidas de 11 mulheres negras, que embora sejam professoras em sua maioria, atuam em diferentes setores sociais.	Por meio da escuta sensível das narrativas, quis conhecer as formas de lutas étnico-raciais, e de que maneira a dimensão climática se associava a esta ação.	Com auxílio do artista Gildásio Jardim, evidencio os processos de formação como meios importantes de se comunicar o clima. Sustento a tese de que a Educação Ambiental consegue se inscrever nas vidas das pessoas, pintando telas que denunciam as injustiças das situações de vulnerabilidade climática, mas, sobretudo, são linguagens que anunciam um esperançar com formas, cores e texturas que possibilitam o relevo da vida.

<p>24- Tese – 2019 GUIMARÃES, Johnatan Razen Ferreira.</p> <p>Quilombos; Direitos étnicos; Conflitos fundiários; Teoria do Estado.</p>	<p>Universidade de Brasília, Brasília PPG em Direito</p> <p>Quilombolas e navais: contribuições à crítica do Estado e do Direito a partir do conflito na comunidade remanescente de quilombo de Rio dos Macacos.</p>	<p>Investigar os entraves à efetivação das normas constitucionais relativas aos direitos fundamentais de comunidades quilombolas e os potenciais expansivos de uma hermenêutica voltada à inclusão e ao reconhecimento da diferença.</p>	<p>Para este fim, parte-se da descrição do conflito com base na documentação produzida pela própria comunidade e pelo Estado, em processos judiciais e administrativos. A partir dos discursos e práticas mobilizados no âmbito do conflito.</p>	<p>A tese retoma a crítica pós- colonial para sustentar o papel estruturante da raça na formação do Estado e da economia nacionais. A partir deste diagnóstico, busca contrapor o projeto político representado pelas comunidades quilombolas ao modelo de desenvolvimento nacional que guia a atuação do Estado no conflito de Rio dos Macacos.</p>
<p>25- Tese – 2019  SILVA, David Junior de Souza.</p> <p>Movimento; Quilombola; Cidadania étnica; Território; Memória; Amazônia.</p>	<p>Universidade Federal de Goiás, Goiânia</p> <p>PPG em Geografia</p> <p>“Foi uma luta grande que nós tivemos aqui”: etnogênese e territorialidade do Quilombo do Rosa, Macapá/AP.</p>	<p>O objetivo principal é análise dos processos recentes de reconhecimento identitário e de territorialização da comunidade do Rosa, no início do século XXI; portanto, a análise do processo de auto- identificação como remanescente quilombola e da territorialização específica engendrada de forma decorrente desta identificação.</p>	<p>A metodologia baseia-se em etnografia, sendo o método etnográfico escolhido é da chamada Etnografia Histórica, de Marshall Sahlins (1993).</p>	<p>Os resultados da pesquisa indicam que uma vez tendo acesso à categoria identitária e jurídica de quilombola, e uma vez tendo se reapropriado de sua ancestralidade de remanescente quilombola, a comunidade, em um processo deliberativo próprio, num processo político autônomo, engaja-se num processo de auto- reconhecimento identitário e numa territorialização própria, com base nos quais mobilizou-se e tem se mobilizado para garantir a titulação apropriada de seu território tradicional e o acesso pleno à cidadania quilombola.</p>

<p>48- Dissertação – 2019</p> <p>SILVA, Willian Vieira da.</p> <p>Quilombolas; Comunidade; Boa Nova; Cidadania.</p>	<p>Universidade Estadual de Goiás.</p> <p>PPG em Ambiente e Sociedade</p> <p>Memória, identidade e políticas públicas na comunidade remanescente de Quilombo Boa Nova do município de Prof. Jamil (GO).</p>	<p>Investigar como essa comunidade luta pelo seu direito à cidadania em diálogo com as outras lutas empreendidas por comunidades remanescentes de quilombo no âmbito nacional.</p>	<p>Recorremos à fontes orais, por intermédio das entrevistas, e textuais, revisando a biografia a respeito do tema.</p>	<p>Foi constatado nesta investigação onde o principal discurso dos quilombolas é de que eles não esperam, nem muito menos querem favores do governo. Ao contrário, aspiram apenas o direito de ser cidadão pleno e ter acesso aos espaços nos quais, historicamente, seus antepassados foram privados.</p>
<p>49- Dissertação- 2019</p> <p>TEIXEIRA, Carolina Mara</p> <p>Turismo; Tour da Experiência; Relações Étnico-Raciais.</p>	<p>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica PPG em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas</p> <p>“Levanta meu povo, o cativo acabou”: uma análise sobre as narrativas reproduzidas no Tour da Experiência na cidade de Vassouras - RJ.</p>	<p>Analisar as representações utilizadas nas narrativas do negro num possível processo de espetacularização e desvalorização de sua história no interior de um projeto que faz parte de uma política pública.</p>	<p>A metodologia que será empregada para a construção deste trabalho está baseada em uma pesquisa bibliográfica, fontes primárias, além de visitas de campo.</p>	<p>Busca-se contribuir através da análise da política pública em Vassouras-RJ em conjunto com as atividades turísticas locais proporcionar um turismo cultural inclusivo, evidenciando narrativas que ainda são silenciadas, como a história, memória e identidade do negro na região.</p>
<p>50- Dissertação- 2019</p> <p>MATIAS, Emanuela Ferreira.</p> <p>Conjunto Palmeiras; Movimento Social; Afrodescendência ; Quilombismo Urbano; Umbanda.</p>	<p>Universidade Federal do Ceará, PPG em Educação</p> <p>Deus Criou o Mundo e Nós Construímos o Conjunto Palmeiras: Quilombismo Urbano de Populações Afrodescendentes em Fortaleza- Ceará.</p>	<p>Objetivo principal deste trabalho é evidenciar o Conjunto Palmeiras como um bairro de maioria afrodescendente , reconhecendo a memória de suas lutas e resistência, como prática do quilombismo urbano, dando visibilidade às populações tradicionais de matriz africana e</p>	<p>Utilizamos o método de pesquisa Afrodescendência em que se estabelece uma relação sujeito da pesquisa e sujeito pesquisador, partindo do reconhecimento que os dois são partes do mesmo conjunto, a experiência de vida do sujeito pesquisador</p>	<p>Conclui-se que nossa maior representação ancestral africana é a Umbanda e que o movimento social do Conjunto Palmeiras não reconhece o bairro como sendo de maioria negra. Logo, é necessário fazermos a luta que tenha como pauta central a luta dos afrodescendentes e lutarmos por</p>

		a prática da Umbanda	com o ambiente pesquisado estão entrelaçados	políticas públicas que favoreçam a cultura, a identidade e a vida dos negros e negras do Conjunto Palmeiras.
51- Dissertação – 2020  SANTOS, Nayara Kallinne Cândido dos.  Quilombo; Morro São João; Território; Fazenda; Congo.	Universidade Federal do Tocantins PPG em Geografia  Comunidade quilombola Morro São João no município de Santa Rosa do Tocantins: memórias e territórios	A natureza deste trabalho deriva do ser quilombola e, a partir disso, poder historicizar a possibilidade de delimitação territorial da comunidade Quilombola Morro São João, no município de Santa Rosa do Tocantins.	A partir dos relatos e memórias acordados com o referencial teórico e pesquisa de campo utilizado no desenvolvimento da pesquisa.	Com essas análises, foi possível realizar a delimitação territorial da Comunidade Quilombola Morro São João no município de Santa Rosa do Tocantins além de caracterizar o território real com base nas premissas do território originário, expressos e disposto no território do devir.
52- Dissertação- 2020  SILVA, Debora Rodrigues Azevedo  Mulheres quilombolas; Memória; Tradição; Artesania das práticas sociais.	Universidade Federal de Minas Gerais PPG em Educação – Conhecimento e Inclusão Social  A artesanaria das práticas sociais e a existência inventiva das mulheres do Quilombo de Pinhões.	Este estudo busca reconfigurar narrativas sobre quilombos por meio da rediscussão de práticas tradicionais em uma comunidade específica, o quilombo de Pinhões, localizado na cidade de Santa Luzia, Minas Gerais.	Desenvolvido por uma pesquisadora quilombola – o que altera o lugar de enunciação – considera o protagonismo das mulheres na sustentação do quilombo e focaliza a artesanaria das práticas sociais (Santos, 2019) a partir de relatos de treze mulheres.	As conclusões tecem considerações acerca da dinâmica da memória e destacam a agência das mulheres da comunidade viabilizando outras possibilidades de existência no território. As reflexões foram acompanhadas pelas noções de memória, tradição e narrativa; justiça epistêmica e epistemicídio; raça e racismo; e escrevivência.
26- Tese – 2020  KLOZOVSKI, Marcel Luciano.  Quilombos; Territorialização;	Universidade Estadual de Maringá PPG em Administração  O cotidiano dos "Herdeiros do	Desvelar, a partir das memórias das lideranças da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha – Fundão, a	A investigação realizada foi essencialmente qualitativa por meio da História Oral sendo esta utilizada num conjunto de	Os resultados trouxeram que no caso do Fundão, a gestão ordinária manifestada por suas lideranças-anciãs estava e, de certa forma,



Desterritorialização; Reterritorialização (TDR)	Fundão": gestão ordinária e o movimento de T-D-R na comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha – Reserva do Iguaçu/PR.	gestão ordinária das práticas cotidianas ao longo da história, e, por conseguinte, compreender o processo de territorialização-desterritorialização- reterritorialização (T-D-R) dos moradores desta comunidade neste território	fontes orais e escrita, dentre elas as entrevista temática.	ainda está, nas escolhas diárias dos sujeitos, que se manifestam no saber empírico e em suas formas de organizar, sem que estas sejam estritamente as técnicas convencionalment e ensinadas pelo mainstream
53- Dissertação – 2020  CARVALHO, Natália Lídia Garcia de.  Quilombolas Bom Jardim; Comunidades Negras; Quilombos Bahia; Territorialidade humana; Lagoa das Pedras.	Universidade Federal da Bahia PPG em Geografia  Negros do Sertão no Chão da Terra da Luz: A Territorialidade Quilombola de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, Tamboril/CE.	Investiga-se as territorialidades das Comunidades Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, localizadas no município de Tamboril/CE, a partir do processo de autorreconhecimento quilombola	Os procedimentos metodológicos foram baseados em pesquisas bibliográficas e documental, trabalhos de campo, obtenção de dados primários através de diálogos, observações, rodas de conversa e entrevistas.	Assim, programas como o Bolsa Família são fundamentais para o sustento das famílias, chegando a representar quase 70% da renda mensal familiar. Desta forma, infere-se que o Estado tem função essencial no enfrentamento ou na perpetuação das desigualdades.

<p>54- Dissertação – 2020</p> <p>CUNHA, Fernanda Ielpoda.</p> <p>Antepassados; Cultura negra e identidades; Sementes.</p>	<p>Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção.</p> <p>PPG Sociobiodiversidade e Tecnologias sustentáveis</p> <p>Os saberes ancestrais e o cultivo de sementes crioulas: estudo no Quilombo Sítio Veiga, Quixadá-Ceará.</p>	<p>Analisar como o cultivo de sementes crioulas contribui para a preservação da identidade sociocultural e sustentabilidade ambiental quilombola na comunidade Sítio Veiga, em Quixadá, Ceará.</p>	<p>Tipologia exploratório-descritiva com abordagem qualitativa, valendo-se das técnicas de entrevistas semiestruturadas, cuja modalidade norteadora foi a etnográfica de observação participante, métodos fundamentais para uma maior aproximação e interação com os sujeitos sociais da pesquisa.</p>	<p>Relevância dos saberes ancestrais do cultivo de sementes crioulas para a preservação da identidade sociocultural quilombola e os aspectos de preservação e sustentabilidade ambiental, de uma alimentação saudável com base nas sementes crioulas, simbolizando esses conhecimentos uma forma de manter vivos e atuantes seus costumes e tradições, a simbologia das 12 sementes crioulas, que representa a vida, o conhecimento e a oralidade, que serão perpetuados pelas próximas gerações como continuidade da existência quilombola.</p>
<p>55- Dissertação – 2020</p> <p>DAUBERMANN, Náira Corrêa.</p> <p>Práticas de escrita ordinárias; Escrita de mulheres negras; Escrita de mulheres quilombolas; Memória e narrativa; Alfabetização.</p>	<p>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</p> <p>PPG em Educação</p> <p>Práticas de escrita ordinárias de mulheres negras: memórias narrativas de si.</p>	<p>Apresenta as práticas de escrita ordinárias realizadas por cinco mulheres negras ou quilombolas, da capital e interior do estado do Rio Grande do Sul, nascidas entre as décadas de 1940 e 1970</p>	<p>Esta pesquisa filia-se no campo da História Cultural e História da Cultura escrita, relacionando-se também com a História da Educação</p>	<p>A análise aqui realizada permite dizer as especificidades de sua produção material guardam relações com o grupo social de pertencimento, o grau de escolaridade e a relação pessoal com as práticas de leitura e escrita. Não se pode dizer que representam todas as práticas de escrita realizadas pelas</p>

				mulheres da pesquisa ao longo de suas vidas. Mas o corpus empírico convida a refletir sobre o desejo de narrar-se, o gesto de produção, os significados de guardar... a produção de uma memória do cotidiano.
27- Tese – 2021 BARBOSA, Ricardo Tadeu.  Educação Escolar Quilombola; Escola Quilombola; Comunidades Tradicionais Quilombolas; Estado do Conhecimento.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  PPG em Educação  Tendências de Pesquisa em Educação Escolar Quilombola: um estudo de teses desenvolvidas	Buscou-se mapear, descrever, compreender e analisar, os diversos contextos e processos inerentes às dinâmicas que envolvem a produção de teses em EEQ	Qualitativa e de viés bibliográfico, tem como propósito central apresentar o estado do conhecimento acerca da Educação Escolar Quilombola (EEQ) em pesquisas de doutoramento desenvolvidas em Programas de Pós- Graduação em Educação (PPGE) no país, no período compreendido entre 2012 a 2019. Utilizou- se, enquanto recurso metodológico, as técnicas de interpretação de dados advindos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011).	Os resultados destacam a associação das práxis educativas desenvolvidas nas comunidades remanescentes de quilombos (CRQ's) a mecanismos de apreensão das realidades contextuais, em perspectivas de emancipação social das populações quilombolas. Nos processos de construção coletiva sinalizadas no âmbito da formação escolar, a análise das teses em EEQ revela o caráter afirmativo da educação como mecanismo de resistência, situando a EEQ como um ator político em constante construção, o que permite às CRQ's a se auto reconhecerem como agentes sociais e históricos, dotados de valores culturais próprios, notadamente

				vinculados à cultura tradicional de matriz africana.
56- Dissertação – 2021  SILVA, Francisca Maria Bezerra da  Quilombola; Escola; Identidade; Memória	Universidade Federal do Ceará PPG Sociologia em Rede Nacional  Do tempo dos antigos aos tempos atuais: um estudo através de narrativas memoriais da história do quilombo de queimadas em Crateús	Realizar um estudo, pela via da memória, da história do Quilombo de Queimadas, localizado no município de Crateús-Ceará.	O trabalho tem suas análises e reflexões desenvolvidas em torno de temáticas como identidade, território, etnicidade, educação, organização quilombola, dentre outros termos, entrelaçados por relatos orais colhidos na pesquisa de campo.	A pesquisa evidenciou a luta desse povo para sobreviver na terra e dali retirar o sustento de seus descendentes, bem como manter através das novas gerações de remanescentes do quilombo, a firmeza da luta quilombola por organização e direito a ter seu território, espaço de vivência e de sobrevivência. A negação de uma educação contextualizada às experiências dessa comunidade, algo garantido por lei, é outro elemento relevante para discussão que emerge dos relatos dos jovens.